

preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado para que promova a redução dos preços.

**10.2.1.** Em não sendo reduzido o preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas, podendo o Município de Tupãssi convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

**10.3.** Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e o fornecedor não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado, a ser protocolado antes do pedido de fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

**10.3.1.** Procedente o pedido, o Município de Tupãssi poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pelo fornecedor, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

**10.3.1.1.** Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo Município de Tupãssi, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

**10.4.** Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Tupãssi e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

**10.5.** Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o Município de Tupãssi poderá convocar os demais fornecedores subsequentes de acordo com a classificação final.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA**

**11.1.** A Ata poderá ser cancelada de pleno direito total ou parcialmente, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que a Contratada assista o direito a qualquer indenização, se esta:

**11.1.1.** Falir, entrar em concordata ou ocorrer dissolução da sociedade.

**11.1.2.** Sem justa causa, e prévia comunicação à Prefeitura, suspender a entrega dos produtos.

**11.1.3.** Infringir qualquer cláusula desta Ata e/ou da Lei Federal nº 8.666/93.

**11.1.4.** Não cumprir ou cumprir irregularmente as cláusulas desta Ata, especificações ou prazos.

**11.1.5.** Recusar a redução do preço ao nível dos praticados no mercado.



**11.2.** O cancelamento do Registro de Preços poderá ainda ocorrer quando houver:

**11.2.1.** Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do objeto contratado.

**11.2.2.** Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditivo da execução da do Contrato/Ata de Registro de Preços.

**11.2.3.** Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Prefeitura.

**11.2.4.** Pelo atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pela Prefeitura, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, caso em que sua decisão deverá ser comunicada por escrito à Administração Municipal.

**11.3.** A solicitação da Contratada, para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultado à Prefeitura a aplicação das penalidades previstas nesta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

**11.4.** A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nesta cláusula, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao respectivo processo administrativo.

**11.5.** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Contratada, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da União e pela Internet, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES**

**12.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

**12.1.1.** Não assinar a Ata de Registro de Preços ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta.

**12.1.2.** Apresentar documentação falsa.

**12.1.3.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame.

**12.1.4.** Ensejar o retardamento da execução do objeto.

**12.1.5.** Não mantiver a proposta.

**12.1.6.** Cometer fraude fiscal.

**12.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo.



**12.2.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

**12.3.** O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**12.3.1.** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação.

**12.3.2.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante.

**12.3.3.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de até dois anos.

**12.3.4.** Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos.

**12.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

**12.5.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**12.6.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

**12.7.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**12.8.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**12.9.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.



**12.10.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666, de 1993.

**12.11.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**12.12.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FRAUDE E ANTICORRUPÇÃO**

**13.1.** As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

**13.2.** A contratada deverá observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

**13.3.** Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

**13.3.1. “prática corrupta”:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato.

**13.3.2. “prática fraudulenta”:** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato.

**13.3.3. “prática colusiva”:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos.

**13.3.4. “prática coercitiva”:** causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

**13.3.5. “prática obstrutiva”:** destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover



inspeção.

13.4. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

13.5. A contratada deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná, com referência expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. A presente Ata de Registro de Preços será encaminhada através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo a Contratada a **impressão e assinatura do instrumento em 02 (duas) vias**, providenciando a entrega de 01 (uma) via **em até 05 (cinco) dias após o seu recebimento**. Caso o referido documento seja assinado de forma digital, enviar no e-mail oficial, [licitacao@tupassi.pr.gov.br](mailto:licitacao@tupassi.pr.gov.br), ficando dispensado o envio de uma via original pelo Correio.

15.2. A via do instrumento destinada a Contratada, devidamente assinada pela Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada no Paço Municipal a partir de 05 (cinco) dias após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior. Caso o referido documento seja assinado de forma digital, o mesmo poderá ser acessado através do Site Oficial do Município, ficando dispensada o envio de uma via original pelo Correio.

15.3. A execução da Ata de Registro de Preços/Contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o inciso XII, do art. 55, do mesmo diploma legal.

15.4. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital do **Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 25/2021** e a proposta da Contratada conforme estabelece a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, naquilo que não contrariar as presentes disposições.



**15.5.** A CONTRATADA deverá manter, enquanto vigorar a Ata de Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 25/2021**.

**15.6.** E por estarem justos firmam a presente Ata de Registro de Preços, juntamente com as testemunhas abaixo, para que surta todos os efeitos legais.

**Tupãssi, Estado do Paraná, de 18 de outubro de 2021.**

**Contratante**

**Contratada**

**Testemunhas:**

**1º)**

**2º)**



## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 206/2021.

Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de um lado o MUNICÍPIO DE TUPÃSSI, Estado do Paraná, pessoa jurídica, de direito público, com sede à Praça Santos Dumont, s/nº, inscrita no CNPJ sob nº 77.877.116/0001-38, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Luiz Carlos Beletti, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Carteira de identidade nº 3.839.937-3 SSP/PR, e inscrito no CPF sob nº 523.526.419-34, **denominada Contratante**, e de outro lado a empresa:

**FORNECEDOR:** PontamedFarmaceuticaLtda, empresa privada, com sede à Rua Padre Arnaldo Janssen, nº 1452, Cara Cara, CEP nº 84032-300, na Cidade de PONTA GROSSA - PR, inscrita no CNPJ sob nº 02.816.696/0001-54, neste ato representada pelo Sr. (a) Fernando Parucker da Silva, portador do CPF nº 248.710.109-10, **denominada Contratada**, tem justo e contratado o seguinte:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**1.1.** Apresente Ata de Registro de Preços tem por objeto Registro de Preços para aquisição de Medicamentos, sendo: Lote 01: Medicamentos gerais; e Lote 02: Medicamento manipulado. A entrega será de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Contratante, num período de 12 (doze) meses a contar da assinatura da Ata.

#### 1.2. Descrição:

Lote	Item	Descrição do Produto	Marca/Modelo	Qtde	Un	Preço Unitário	Preço Total
1	23	Propofol - Solução injetável 10mg/ml 20mL - Código BR0305935 - IV.	Propotil/MidFarma	500,00	UN	12,5400	6.270,00
1	28	Suxametônio, Pó para solução - 500 mg - Código BR 0290168 - EV	Succtrat/Blau	1.000,00	AMP	25,9800	25.980,00

**1.3. Valor total da Ata de Registro de Preços: R\$32.250,00** (trinta e dois mil duzentos e cinquenta reais).

**1.4.** Este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações com a empresa Contratada, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.



1.5. A aquisição dos produtos, objeto deste processo, se dará de forma parcelada e não obriga o Município a sua aquisição total, durante a vigência do mesmo.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata terá validade por 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

2.2. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

2.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

3.1. Os medicamentos, objeto deste processo, deverão ser entregues parceladamente (sem ônus de entrega) em até 10 dias úteis, de acordo com as solicitações da Secretaria de Secretaria Municipal de Saúde, no prédio do Centro de Saúde localizado na Rua Paraná, nº 346, centro, CEP nº 85.945-000 ou no prédio do Hospital Municipal, localizado na Rua Paraná – Praça Costa e Silva, s/nº, centro, CEP nº 85.945-000, no Município de Tupãssi - PR, conforme especificado na Autorização de Compras.

3.2. A Contratada deverá atender as solicitações da Secretaria Municipal de Administração, no prazo máximo **de 10 (dez) dias úteis**, contados do momento do envio do pedido (requisição) dos produtos e confirmação por e-mail ou contato telefônico.

3.2.1. Os prazos de que tratam o item 3.2 poderão ser prorrogados uma vez, por igual período, quando solicitado pelo convocado durante o transcurso do prazo e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

3.3. Os medicamentos deverão possuir prazo de validade não inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da data da entrega. A licitante vencedora deverá trocar os insumos as suas custas bem com o arcar com todas as despesas decorrentes da reposição e transporte destes, não cabendo à Municipalidade quaisquer ônus, em especial no que concerne ao envio de itens danificados ao licitante vencedor.

## CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO E GARANTIA

4.1. Os objetos deste Contrato/Ata de Registro de Preços serão dados como recebido conforme:

4.1.1. **Provisoriamente**, na apresentação dos produtos, acompanhado do romaneio de entrega, para efeito de verificação e assinatura do recebedor, devendo neste momento ser realizada conferência dos itens, se identificada a conformidade com o documento que o acompanha, o romaneio é assinado.

4.1.2. **Definitivamente**, após a verificação das especificações técnicas, da qualidade e da



quantidade dos itens. Caso confirmada a conformidade com as especificações técnicas, a Nota Fiscal será atestada pela área responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução.

**4.1.3.** Administração rejeitará, no todo ou em parte, os fornecimentos executados em desacordo com o disposto no Termo de Referência. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os fornecimentos foram realizados em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a empresa Contratada será notificada para que providencie, dentro do prazo a ser determinado, a correção necessária.

**4.1.4.** Em caso de produto entregue em desconformidade com o especificado, ou com defeito, será determinado um prazo, pela Administração, para que a Contratada faça a substituição. Este prazo iniciar-se-á a partir da data da notificação da Contratada, ficando a mesma, obrigada a substituir, às suas expensas, o item do objeto que for recusado.

**4.2.** Os objetos deste Contrato/Ata de Registro de Preços serão dados como recebido conforme:

**4.2.1.** Independentemente da aceitação, a empresa fornecedora deverá garantir a qualidade dos produtos fornecidos pelo prazo de garantia, obrigando-se a substituir no prazo determinado pela Administração, às suas expensas, aquele que apresentar falha ou defeito durante o recebimento e o período de cobertura da garantia.

**4.2.2.** Na **hipótese de substituição**, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Secretaria Municipal de Saúde, no **prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado. Sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação.

**4.3.** A Contratada deverá responsabilizar-se e arcar por quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto da presente licitação, bem como demais custos, encargos inerentes e necessários para a completa execução das obrigações assumidas.

## **CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**5.1.** Os medicamentos que os laboratórios fabricarem em **embalagens hospitalares fracionadas** devem ser entregues fracionados individualmente **por unidade** e conforme as normas vigentes.

**5.2.** Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes. Na entrega serão verificados os prazos de validade e o estado de conservação das embalagens.

**5.3.** A Contratada deverá entregar, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, **a mesma marca dos produtos apresentados na proposta.**

**5.4.** A Contratada ficará obrigada a trocar, a suas expensas, a mercadoria que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação. **Prazo de troca: 05 (cinco) dias úteis.**

**5.5.** A Contratada deverá responsabilizar-se e arcar por quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto da presente licitação, bem como demais custos, encargos inerentes e necessários para a completa execução das obrigações assumidas.



5.6. A Contratada deverá manter durante toda a execução do Contrato/Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA RELATIVAS A CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:**

6.1. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela Contratada, que deverá fazer uso racional do consumo de energia e água, adotando medidas para evitar o desperdício.

6.2. Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujo (s) encarregado(s) deve(m) atuar como facilitador(es) das mudanças de comportamento.

6.3. Dar preferência à aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água e que apresentem eficiência energética e redução de consumo.

6.4. Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas.

6.5. Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e Água.

6.6. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços.

6.7. Dar preferência a descarga e torneira com controle de vazão, evitando o desperdício de água.

6.8. Proporcionar treinamento periódico aos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

6.9. Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, crenças religiosas, orientação sexual ou estado civil na seleção de colaboradores no quadro da empresa.

6.10. Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços, como exige a Lei Federal nº 9.985/00.

6.11. Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e/ou insumos que forem utilizados pela empresa na prestação dos serviços, inclusive os potencialmente poluidores, tais como, pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis, pneumáticos inservíveis, produtos e componentes eletroeletrônicos que estejam em desuso e sujeitos à disposição final, considerados lixo tecnológico.

6.12. É proibido incinerar qualquer resíduo gerado.



- 6.13.** Não é permitida a emissão de ruídos de alta intensidade.
- 6.14.** Priorizar a aquisição de bens que sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável.
- 6.15.** Priorizar o aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento.
- 6.16.** Colaborar para a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
- 6.17.** A contratada deverá observar no que couber, durante a execução contratual, critérios e práticas de sustentabilidade, como:
- 6.18.** Dar preferência a envio de documentos na forma digital, a fim de reduzir a impressão de documentos;
- 6.18.1.** Em caso de necessidade de envio de documentos à contratante, usar preferencialmente a função “duplex” (frente e verso), bem como de papel confeccionado com madeira de origem legal.
- 6.18.2.** Capacitar seus empregados, orientando que os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- 6.19.** Armazenar, transportar e destinar os resíduos em conformidade com as normas técnicas específicas.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 7.1.** Acompanhar e Fiscalizar a execução dos serviços.

## **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

- 8.1.** O pagamento será efetuado através de transferência eletrônica, para a conta bancária da Contratada indicada pela mesma, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados da apresentação da Nota Fiscal, após o recebimento definitivo do objeto.
- 8.2.** A Contratada deverá manter em plena validade, durante a execução do Contrato/Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 8.3.** Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal, será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.
- 8.4.** Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Município de Tupãssi, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu



vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

**I** = Índice de atualização financeira.

**TX** = Percentual da taxa de juros de mora anual.

**EM** = Encargos moratórios.

**N** = N.º de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento.

**VP** = Valor da parcela em atraso.

**8.5.** A Nota Fiscal deverá ser entregue juntamente com os produtos, no Setor Solicitante, o qual receberá os produtos e assinará a referida nota e encaminhará para a Divisão de Compras proceder com o processo de pagamento, caso esteja tudo conforme acordado.

#### **8.6. CRITÉRIOS PARA EMISSÃO DA NOTA FISCAL:**

**8.6.1.** O faturamento deverá ser feito através de nota fiscal eletrônica da empresa que participou da licitação emitida: ao **Município de Tupãssi, CNPJ sob nº 77.877.116/0001-38.**

**8.6.2.** Endereço: a Praça Santos Dumont, s/nº, Centro. CEP nº 85.945-000 - Tupãssi - PR.

##### **8.6.3. No corpo da Nota Fiscal deverá conter:**

**8.6.3.1.** A modalidade e o número da Licitação.

**8.6.3.2.** O número da Ata, número do Pedido de Fornecimento (ou ofício) e número do empenho.

**8.6.3.3.** Número do item e descrição do produto.

**8.6.3.4.** A descrição do produto na Nota Fiscal, deverá obrigatoriamente, ser precedida da descrição constante da Ata de Registro de Preços.

**8.6.3.5.** Número do lote e prazo de validade dos produtos entregues.

**8.6.3.6.** Valor unitário (conforme a Ata de Registro de Preços), forma de apresentação e valor total.

**8.6.3.7.** O Banco, número da agência e da conta corrente da empresa contratada.

**8.7.** As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas e seu vencimento ocorrerá 15 (quinze) dias após a data da sua reapresentação.

**8.8.** Poderá a Prefeitura sustar o pagamento de qualquer fatura no caso de inadimplemento da CONTRATADA relativamente a execução do contrato, recaindo sobre a mesma as penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93.

**8.9.** Os recursos orçamentários previstos para o pagamento resultante do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

Órgão	Unidade	Nome do Órgão
06	06.03	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**8.9.1.** Em exercícios futuros, correspondentes à vigência da Ata de Registro de Preços e ou Contrato, a despesa ocorrerá a conta de dotações orçamentárias próprias para atendimento de despesas da mesma natureza.



8.10. Durante a vigência do Registro de Preços, os valores registrados não serão reajustados.

8.11. Somente poderá ocorrer a recomposição de valores nos casos enquadrados no disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei Federal nº 8.666/93.

8.12. Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.

8.13. Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal.

8.14. Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei Federal nº 8.666/93.

8.15. Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

#### **CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. Caberá ao representante da CONTRATADA, a responsabilizar-se por:

9.1.1. Garantir o cumprimento das atividades, de acordo com as diretrizes estabelecidas para sua realização.

9.1.2. Reportar-se ao fiscal de Contrato/Ata de Registro de Preços quando necessário, adotando as providências pertinentes para a correção das falhas detectadas.

9.2. Fica designado pela Administração do Município, para fiscalização da entrega, bem como prestar toda assistência e orientação que se fizerem necessárias, *as Servidoras (a Secretária de Saúde Dahiane Locatelli de Sousa, a Farmacêutica do Centro de Saúde Juliane Comarella, a Chefe da Divisão de Administração Hospitalar Idione Cordeiro e a Farmacêutica do Hospital Municipal Carolina Fernanda de Barros)*, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não sanadas no prazo estabelecido, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades cabíveis.

9.3. A Fiscalização da presente Ata de Registro de preços ficará a cargo da Secretária Municipal de Saúde, Senhora Dahiane Locatelli de Sousa, inscrita no CPF sob o nº 051.599.959-86. portadora do RG nº 9.292.720-2.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO DOS PREÇOS**

10.1. Os preços registrados na presente ata poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens correspondentes.

10.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao



preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado para que promova a redução dos preços.

**10.2.1.** Em não sendo reduzido o preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas, podendo o Município de Tupãssi convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

**10.3.** Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e o fornecedor não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado, a ser protocolado antes do pedido de fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

**10.3.1.** Procedente o pedido, o Município de Tupãssi poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pelo fornecedor, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

**10.3.1.1.** Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo Município de Tupãssi, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

**10.4.** Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Tupãssi e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

**10.5.** Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o Município de Tupãssi poderá convocar os demais fornecedores subsequentes de acordo com a classificação final.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA**

**11.1.** A Ata poderá ser cancelada de pleno direito total ou parcialmente, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que a Contratada assista o direito a qualquer indenização, se esta:

**11.1.1.** Falir, entrar em concordata ou ocorrer dissolução da sociedade.

**11.1.2.** Sem justa causa, e prévia comunicação à Prefeitura, suspender a entrega dos produtos.

**11.1.3.** Infringir qualquer cláusula desta Ata e/ou da Lei Federal nº 8.666/93.

**11.1.4.** Não cumprir ou cumprir irregularmente as cláusulas desta Ata, especificações ou prazos.

**11.1.5.** Recusar a redução do preço ao nível dos praticados no mercado.



**11.2.** O cancelamento do Registro de Preços poderá ainda ocorrer quando houver:

**11.2.1.** Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do objeto contratado.

**11.2.2.** Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditivo da execução da do Contrato/Ata de Registro de Preços.

**11.2.3.** Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Prefeitura.

**11.2.4.** Pelo atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pela Prefeitura, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, caso em que sua decisão deverá ser comunicada por escrito à Administração Municipal.

**11.3.** A solicitação da Contratada, para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultado à Prefeitura a aplicação das penalidades previstas nesta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

**11.4.** A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nesta cláusula, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao respectivo processo administrativo.

**11.5.** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Contratada, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da União e pela Internet, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES**

**12.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

**12.1.1.** Não assinar a Ata de Registro de Preços ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta.

**12.1.2.** Apresentar documentação falsa.

**12.1.3.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame.

**12.1.4.** Ensejar o retardamento da execução do objeto.

**12.1.5.** Não mantiver a proposta.

**12.1.6.** Cometer fraude fiscal.

**12.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo.



**12.2.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

**12.3.** O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**12.3.1.** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação.

**12.3.2.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante.

**12.3.3.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de até dois anos.

**12.3.4.** Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos.

**12.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

**12.5.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**12.6.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

**12.7.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**12.8.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**12.9.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.



**12.10.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666, de 1993.

**12.11.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**12.12.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FRAUDE E ANTICORRUPÇÃO**

**13.1.** As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

**13.2.** A contratada deverá observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

**13.3.** Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

**13.3.1. “prática corrupta”:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato.

**13.3.2. “prática fraudulenta”:** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato.

**13.3.3. “praticacolusiva”:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos.

**13.3.4. “prática coercitiva”:** causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

**13.3.5. “prática obstrutiva”:** destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover



inspeção.

13.4. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

13.5. A contratada deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná, com referência expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. A presente Ata de Registro de Preços será encaminhada através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo a Contratada a **impressão e assinatura do instrumento em 02 (duas) vias**, providenciando a entrega de 01 (uma) via **em até 05 (cinco) dias após o seu recebimento**. Caso o referido documento seja assinado de forma digital, enviar no e-mail oficial, **licitacao@tupassi.pr.gov.br**, ficando dispensado o envio de uma via original pelo Correio.

15.2. A via do instrumento destinada a Contratada, devidamente assinada pela Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada no Paço Municipal a partir de 05 (cinco) dias após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior. Caso o referido documento seja assinado de forma digital, o mesmo poderá ser acessado através do Site Oficial do Município, ficando dispensada o envio de uma via original pelo Correio.

15.3. A execução da Ata de Registro de Preços/Contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o inciso XII, do art. 55, do mesmo diploma legal.

15.4. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital do **Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 25/2021** e a proposta da Contratada conforme estabelece a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, naquilo que não contrariar as presentes disposições.



15.5. A CONTRATADA deverá manter, enquanto vigorar a Ata de Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 25/2021**.

15.6. E por estarem justos firmam a presente Ata de Registro de Preços, juntamente com as testemunhas abaixo, para que surta todos os efeitos legais.

**Tupãssi, Estado do Paraná, de 18 de outubro de 2021.**

**Contratante**

**Contratada**

**Testemunhas:**

1º)

2º)



## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 207/2021.

Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de um lado o MUNICÍPIO DE TUPASSI, Estado do Paraná, pessoa jurídica, de direito público, com sede à Praça Santos Dumont, s/nº, inscrita no CNPJ sob nº 77.877.116/0001-38, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Luiz Carlos Beletti, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Carteira de identidade nº 3.839.937-3 SSP/PR, e inscrito no CPF sob nº 523.526.419-34, **denominada Contratante**, e de outro lado a empresa:

**FORNECEDOR:** Fernamed Ltda., empresa privada, com sede à Rua Cassiano Jorge Fernandes, nº 2058, Vila Tolentino, CEP nº 85802-240, na Cidade de CASCAVEL - PR, inscrita no CNPJ sob nº 04.759.433/0001-86, neste ato representada pelo Sr. (a) Gelson Martins Teixeira portador do CPF nº 575.171.509-87, **denominada Contratada**, tem justo e contratado o seguinte:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Apresente Ata de Registro de Preços tem por objeto Registro de Preços para aquisição de Medicamentos, sendo: Lote 01: Medicamentos gerais; e Lote 02: Medicamento manipulado. A entrega será de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Contratante, num período de 12 (doze) meses a contar da assinatura da Ata.

#### 1.2. Descrição:

Lote	Item	Descrição do Produto	Marca/Modelo	Qtde	Un	Preço Unitário	Preço Total
1	12	Fenobarbital, Solução Injetável, Ampola - 200mg/mL - 1mL (200mg) - Código BR 0300722 - IV/IM.	Teuto	300,00	AMP	3,0000	900,00

1.3 Valor total da Ata de Registro de Preços: **R\$900,00** (novecentos reais).

1.4. Este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações com a empresa Contratada, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

1.5. A aquisição dos produtos, objeto deste processo, se dará de forma parcelada e não obriga o Município a sua aquisição total, durante a vigência do mesmo.



## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 2.1.** A presente Ata terá validade por 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.
- 2.2.** O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.
- 2.3.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA**

- 3.1.** Os medicamentos, objeto deste processo, deverão ser entregues parceladamente (sem ônus de entrega) em até 10 dias úteis, de acordo com as solicitações da Secretaria de Secretaria Municipal de Saúde, no prédio do Centro de Saúde localizado na Rua Paraná, nº 346, centro, CEP nº 85.945-000 ou no prédio do Hospital Municipal, localizado na Rua Paraná – Praça Costa e Silva, s/nº, centro, CEP nº 85.945-000, no Município de Tupãssi - PR, conforme especificado na Autorização de Compras.
- 3.2.** A Contratada deverá atender as solicitações da Secretaria Municipal de Administração, no prazo máximo **de 10 (dez) dias úteis**, contados do momento do envio do pedido (requisição) dos produtos e confirmação por e-mail ou contato telefônico.
- 3.2.1.** Os prazos de que tratam o item 3.2 poderão ser prorrogados uma vez, por igual período, quando solicitado pelo convocado durante o transcurso do prazo e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.
- 3.3.** Os medicamentos deverão possuir prazo de validade não inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da data da entrega. A licitante vencedora deverá trocar os insumos as suas custas bem com o arcar com todas as despesas decorrentes da reposição e transporte destes, não cabendo à Municipalidade quaisquer ônus, em especial no que concerne ao envio de itens danificados ao licitante vencedor.

## **CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO E GARANTIA**

- 4.1.** Os objetos deste Contrato/Ata de Registro de Preços serão dados como recebido conforme:
- 4.1.1. Provisoriamente,** na apresentação dos produtos, acompanhado do romaneio de entrega, para efeito de verificação e assinatura do receptor, devendo neste momento ser realizada conferência dos itens, se identificada a conformidade com o documento que o acompanha, o romaneio é assinado.
- 4.1.2. Definitivamente,** após a verificação das especificações técnicas, da qualidade e da quantidade dos itens. Caso confirmada a conformidade com as especificações técnicas, a Nota Fiscal será atestada pela área responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução.



4.1.3. Administração rejeitará, no todo ou em parte, os fornecimentos executados em desacordo com o disposto no Termo de Referência. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os fornecimentos foram realizados em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a empresa Contratada será notificada para que providencie, dentro do prazo a ser determinado, a correção necessária.

4.1.4. Em caso de produto entregue em desconformidade com o especificado, ou com defeito, será determinado um prazo, pela Administração, para que a Contratada faça a substituição. Este prazo iniciar-se-á a partir da data da notificação da Contratada, ficando a mesma, obrigada a substituir, às suas expensas, o item do objeto que for recusado.

4.2. Os objetos deste Contrato/Ata de Registro de Preços serão dados como recebido conforme:

4.2.1. Independentemente da aceitação, a empresa fornecedora deverá garantir a qualidade dos produtos fornecidos pelo prazo de garantia, obrigando-se a substituir no prazo determinado pela Administração, às suas expensas, aquele que apresentar falha ou defeito durante o recebimento e o período de cobertura da garantia.

4.2.2. Na **hipótese de substituição**, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Secretaria Municipal de Saúde, no **prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado. Sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação.

4.3. A Contratada deverá responsabilizar-se e arcar por quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto da presente licitação, bem como demais custos, encargos inerentes e necessários para a completa execução das obrigações assumidas.

#### **CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

5.1. Os medicamentos que os laboratórios fabricarem em **embalagens hospitalares fracionadas** devem ser entregues fracionados individualmente **por unidade** e conforme as normas vigentes.

5.2. Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes. Na entrega serão verificados os prazos de validade e o estado de conservação das embalagens.

5.3. A Contratada deverá entregar, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, **a mesma marca dos produtos apresentados na proposta.**

5.4. A Contratada ficará obrigada a trocar, a suas expensas, a mercadoria que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação. **Prazo de troca: 05 (cinco) dias úteis.**

5.5. A Contratada deverá responsabilizar-se e arcar por quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto da presente licitação, bem como demais custos, encargos inerentes e necessários para a completa execução das obrigações assumidas.



5.6. A Contratada deverá manter durante toda a execução do Contrato/Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA RELATIVAS A CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:**

6.1. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela Contratada, que deverá fazer uso racional do consumo de energia e água, adotando medidas para evitar o desperdício.

6.2. Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujo (s) encarregado(s) deve(m) atuar como facilitador(es) das mudanças de comportamento.

6.3. Dar preferência à aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água e que apresentem eficiência energética e redução de consumo.

6.4. Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas.

6.5. Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e Água.

6.6. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços.

6.7. Dar preferência a descarga e torneira com controle de vazão, evitando o desperdício de água.

6.8. Proporcionar treinamento periódico aos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

6.9. Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, crenças religiosas, orientação sexual ou estado civil na seleção de colaboradores no quadro da empresa.

6.10. Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços, como exige a Lei Federal nº 9.985/00.

6.11. Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e/ou insumos que forem utilizados pela empresa na prestação dos serviços, inclusive os potencialmente poluidores, tais como, pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis, pneumáticos inservíveis, produtos e componentes eletroeletrônicos que estejam em desuso e sujeitos à disposição final, considerados lixo tecnológico.

6.12. É proibido incinerar qualquer resíduo gerado.



- 6.13. Não é permitida a emissão de ruídos de alta intensidade.
- 6.14. Priorizar a aquisição de bens que sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável.
- 6.15. Priorizar o aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento.
- 6.16. Colaborar para a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
- 6.17. A contratada deverá observar no que couber, durante a execução contratual, critérios e práticas de sustentabilidade, como:
- 6.18. Dar preferência a envio de documentos na forma digital, a fim de reduzir a impressão de documentos;
- 6.18.1. Em caso de necessidade de envio de documentos à contratante, usar preferencialmente a função "duplex" (frente e verso), bem como de papel confeccionado com madeira de origem legal.
- 6.18.2. Capacitar seus empregados, orientando que os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- 6.19. Armazenar, transportar e destinar os resíduos em conformidade com as normas técnicas específicas.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 7.1. Acompanhar e Fiscalizar a execução dos serviços.

## **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

- 8.1. O pagamento será efetuado através de transferência eletrônica, para a conta bancária da Contratada indicada pela mesma, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados da apresentação da Nota Fiscal, após o recebimento definitivo do objeto.
- 8.2. A Contratada deverá manter em plena validade, durante a execução do Contrato/Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 8.3. Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal, será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.
- 8.4. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Município de Tupãssi, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de



0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira.

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual.

EM = Encargos moratórios.

N = N.º de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela em atraso.

**8.5.** A Nota Fiscal deverá ser entregue juntamente com os produtos, no Setor Solicitante, o qual receberá os produtos e assinará a referida nota e encaminhará para a Divisão de Compras proceder com o processo de pagamento, caso esteja tudo conforme acordado.

### 8.6. CRITÉRIOS PARA EMISSÃO DA NOTA FISCAL:

**8.6.1.** O faturamento deverá ser feito através de nota fiscal eletrônica da empresa que participou da licitação emitida: ao **Município de Tupãssi, CNPJ sob nº 77.877.116/0001-38.**

**8.6.2.** Endereço: a Praça Santos Dumont, s/nº, Centro. CEP nº 85.945-000 - Tupãssi - PR.

**8.6.3. No corpo da Nota Fiscal deverá conter:**

**8.6.3.1.** A modalidade e o número da Licitação.

**8.6.3.2.** O número da Ata, número do Pedido de Fornecimento (ou ofício) e número do empenho.

**8.6.3.3.** Número do item e descrição do produto.

**8.6.3.4.** A descrição do produto na Nota Fiscal, deverá obrigatoriamente, ser precedida da descrição constante da Ata de Registro de Preços.

**8.6.3.5.** Número do lote e prazo de validade dos produtos entregues.

**8.6.3.6.** Valor unitário (conforme a Ata de Registro de Preços), forma de apresentação e valor total.

**8.6.3.7.** O Banco, número da agência e da conta corrente da empresa contratada.

**8.7.** As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas e seu vencimento ocorrerá 15 (quinze) dias após a data da sua reapresentação.

**8.8.** Poderá a Prefeitura sustar o pagamento de qualquer fatura no caso de inadimplemento da CONTRATADA relativamente a execução do contrato, recaiando sobre a mesma as penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93.

**8.9.** Os recursos orçamentários previstos para o pagamento resultante do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

Órgão	Unidade	Nome do Órgão
06	06.03	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**8.9.1.** Em exercícios futuros, correspondentes à vigência da Ata de Registro de Preços e ou Contrato, a despesa ocorrerá a conta de dotações orçamentárias próprias para atendimento de despesas da mesma natureza.



- 8.10. Durante a vigência do Registro de Preços, os valores registrados não serão reajustados.
- 8.11. Somente poderá ocorrer a recomposição de valores nos casos enquadrados no disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei Federal nº 8.666/93.
- 8.12. Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.
- 8.13. Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal.
- 8.14. Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei Federal nº 8.666/93.
- 8.15. Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

#### **CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 9.1. Caberá ao representante da CONTRATADA, a responsabilizar-se por:
- 9.1.1. Garantir o cumprimento das atividades, de acordo com as diretrizes estabelecidas para sua realização.
- 9.1.2. Reportar-se ao fiscal de Contrato/Ata de Registro de Preços quando necessário, adotando as providências pertinentes para a correção das falhas detectadas.
- 9.2. Fica designado pela Administração do Município, para fiscalização da entrega, bem como prestar toda assistência e orientação que se fizerem necessárias, **as Servidoras (a Secretária de Saúde Dahiane Locatelli de Sousa, a Farmacêutica do Centro de Saúde Juliane Comarella, a Chefe da Divisão de Administração Hospitalar Idione Cordeiro e a Farmacêutica do Hospital Municipal Carolina Fernanda de Barros)**, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não sanadas no prazo estabelecido, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades cabíveis.
- 9.3. A Fiscalização da presente Ata de Registro de preços ficará a cargo da Secretária Municipal de Saúde, Senhora Dahiane Locatelli de Sousa, inscrita no CPF sob o nº 051.599.959-86, portadora do RG nº 9.292.720-2.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO DOS PREÇOS**

- 10.1. Os preços registrados na presente ata poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens correspondentes.
- 10.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado para que promova a redução dos preços.



**10.2.1.** Em não sendo reduzido o preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas, podendo o Município de Tupãssi convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

**10.3.** Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e o fornecedor não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado, a ser protocolado antes do pedido de fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

**10.3.1.** Procedente o pedido, o Município de Tupãssi poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pelo fornecedor, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

**10.3.1.1.** Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo Município de Tupãssi, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

**10.4.** Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Tupãssi e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

**10.5.** Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o Município de Tupãssi poderá convocar os demais fornecedores subsequentes de acordo com a classificação final.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA**

**11.1.** A Ata poderá ser cancelada de pleno direito total ou parcialmente, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que a Contratada assista o direito a qualquer indenização, se esta:

**11.1.1.** Falir, entrar em concordata ou ocorrer dissolução da sociedade.

**11.1.2.** Sem justa causa, e prévia comunicação à Prefeitura, suspender a entrega dos produtos.

**11.1.3.** Infringir qualquer cláusula desta Ata e/ou da Lei Federal nº 8.666/93.

**11.1.4.** Não cumprir ou cumprir irregularmente as cláusulas desta Ata, especificações ou prazos.

**11.1.5.** Recusar a redução do preço ao nível dos praticados no mercado.

**11.2.** O cancelamento do Registro de Preços poderá ainda ocorrer quando houver:



11.2.1. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do objeto contratado.

11.2.2. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditivo da execução do Contrato/Ata de Registro de Preços.

11.2.3. Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Prefeitura.

11.2.4. Pelo atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pela Prefeitura, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, caso em que sua decisão deverá ser comunicada por escrito à Administração Municipal.

11.3. A solicitação da Contratada, para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultado à Prefeitura a aplicação das penalidades previstas nesta Ata, caso não aceite as razões do pedido.

11.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nesta cláusula, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao respectivo processo administrativo.

11.5. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Contratada, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da União e pela Internet, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

12.1.1. Não assinar a Ata de Registro de Preços ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta.

12.1.2. Apresentar documentação falsa.

12.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame.

12.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto.

12.1.5. Não mantiver a proposta.

12.1.6. Cometer fraude fiscal.

12.1.7. Comportar-se de modo inidôneo.





**TUPÃSSI**

ESTADO DO PARANÁ

- 12.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 12.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 12.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação.
- 12.3.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante.
- 12.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de até dois anos.
- 12.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos.
- 12.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
- 12.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 12.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 12.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 12.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 12.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 12.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666, de 1993.



12.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FRAUDE E ANTICORRUPÇÃO**

13.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

13.2. A contratada deverá observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

13.3. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

13.3.1. “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato.

13.3.2. “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato.

13.3.3. “**praticacolusiva**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos.

13.3.4. “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

13.3.5. “**prática obstrutiva**”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

13.4. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral,



mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

13.5. A contratada deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

14.1. Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná, com referência expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

15.1. A presente Ata de Registro de Preços será encaminhada através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo a Contratada a **impressão e assinatura do instrumento em 02 (duas) vias**, providenciando a entrega de 01 (uma) via **em até 05 (cinco) dias após o seu recebimento**. Caso o referido documento seja assinado de forma digital, enviar no e-mail oficial, **licitacao@tupassi.pr.gov.br**, ficando dispensado o envio de uma via original pelo Correio.

15.2. A via do instrumento destinada a Contratada, devidamente assinada pela Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada no Paço Municipal a partir de 05 (cinco) dias após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior. Caso o referido documento seja assinado de forma digital, o mesmo poderá ser acessado através do Site Oficial do Município, ficando dispensada o envio de uma via original pelo Correio.

15.3. A execução da Ata de Registro de Preços/Contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o inciso XII, do art. 55, do mesmo diploma legal.

15.4. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital do **Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 25/2021** e a proposta da Contratada conforme estabelece a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, naquilo que não contrariar as presentes disposições.

15.5. A CONTRATADA deverá manter, enquanto vigorar a Ata de Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 25/2021**.



15.6. E por estarem justos firmam a presente Ata de Registro de Preços, juntamente com as testemunhas abaixo, para que surta todos os efeitos legais.

Tupãssi, Estado do Paraná, 18 de outubro de 2021.

**Contratante**

**Contratada**

**Testemunhas:**

1º)

2º)



## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 208/2021.

Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de um lado o MUNICÍPIO DE TUPÃSSI, Estado do Paraná, pessoa jurídica, de direito público, com sede à Praça Santos Dumont, s/nº, inscrita no CNPJ sob nº 77.877.116/0001-38, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Luiz Carlos Beletti, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Carteira de identidade nº 3.839.937-3 SSP/PR, e inscrito no CPF sob nº 523.526.419-34, **denominada Contratante**, e de outro lado a empresa:

**FORNECEDOR:** Pró-Remédios Distribuidora de Produtos Farmacêuticos e Cosméticos Eireli, empresa privada, com sede à Rua São Paulo, nº 39, Bairro Medeiros, CEP nº 75902-140, na Cidade de Rio Verde - GO, inscrita no CNPJ sob nº 05.159.591/0001-68, neste ato representada pelo Sr. (a) Cleidson Godoy de Oliveira, portador do CPF nº 336.137.371-91, **denominada Contratada**, tem justo e contratado o seguinte:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**1.1.** Apresente Ata de Registro de Preços tem por objeto Registro de Preços para aquisição de Medicamentos, sendo: Lote 01: Medicamentos gerais; e Lote 02: Medicamento manipulado. A entrega será de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Contratante, num período de 12 (doze) meses a contar da assinatura da Ata.

### 1.2. Descrição:

Lote	Item	Descrição do Produto	Marca/Modelo	Qtde	Un	Preço Unitário	Preço Total
1	1	Atropina, Solução Injetável, Ampola - 0,25mg/mL - 1mL - Código BR 0268214 - IV/IM/SC.	Hipolabor	1.000,00	AMP	0,7000	700,00
1	29	Tiamina (Cloridrato) + Piridoxina (Cloridrato) + Cianocobalamina, Solução Injetável - 100 mg + 100 mg + 5.000 mcg - Código BR 0401890 - IM	Procter	1.000,00	AMP	8,0000	8.000,00



**1.3 Valor total da Ata de Registro de Preços: R\$8.700,00 (oito mil e setecentos reais).**

**1.4.** Este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações com a empresa Contratada, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

**1.5.** A aquisição dos produtos, objeto deste processo, se dará de forma parcelada e não obriga o Município a sua aquisição total, durante a vigência do mesmo.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

**2.1.** A presente Ata terá validade por 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

**2.2.** O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

**2.3.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA**

**3.1.** Os medicamentos, objeto deste processo, deverão ser entregues parceladamente (sem ônus de entrega) em até 10 dias úteis, de acordo com as solicitações da Secretaria de Secretaria Municipal de Saúde, no prédio do Centro de Saúde localizado na Rua Paraná, nº 346, centro, CEP nº 85.945-000 ou no prédio do Hospital Municipal, localizado na Rua Paraná – Praça Costa e Silva, s/nº, centro, CEP nº 85.945-000, no Município de Tupãssi - PR, conforme especificado na Autorização de Compras.

**3.2.** A Contratada deverá atender as solicitações da Secretaria Municipal de Administração, no prazo máximo **de 10 (dez) dias úteis**, contados do momento do envio do pedido (requisição) dos produtos e confirmação por e-mail ou contato telefônico.

**3.2.1.** Os prazos de que tratam o item 3.2 poderão ser prorrogados uma vez, por igual período, quando solicitado pelo convocado durante o transcurso do prazo e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

**3.3.** Os medicamentos deverão possuir prazo de validade não inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da data da entrega. A licitante vencedora deverá trocar os insumos as suas custas bem com o arcar com todas as despesas decorrentes da reposição e transporte destes, não cabendo à Municipalidade quaisquer ônus, em especial no que concerne ao envio de itens danificados ao licitante vencedor.

## **CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO E GARANTIA**

**4.1.** Os objetos deste Contrato/Ata de Registro de Preços serão dados como recebido conforme:

**4.1.1. Provisoriamente**, na apresentação dos produtos, acompanhado do romaneio de



entrega, para efeito de verificação e assinatura do recebedor, devendo neste momento ser realizada conferência dos itens, se identificada a conformidade com o documento que o acompanha, o romaneio é assinado.

**4.1.2. Definitivamente**, após a verificação das especificações técnicas, da qualidade e da quantidade dos itens. Caso confirmada a conformidade com as especificações técnicas, a Nota Fiscal será atestada pela área responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução.

**4.1.3.** Administração rejeitará, no todo ou em parte, os fornecimentos executados em desacordo com o disposto no Termo de Referência. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os fornecimentos foram realizados em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a empresa Contratada será notificada para que providencie, dentro do prazo a ser determinado, a correção necessária.

**4.1.4.** Em caso de produto entregue em desconformidade com o especificado, ou com defeito, será determinado um prazo, pela Administração, para que a Contratada faça a substituição. Este prazo iniciar-se-á a partir da data da notificação da Contratada, ficando a mesma, obrigada a substituir, às suas expensas, o item do objeto que for recusado.

**4.2.** Os objetos deste Contrato/Ata de Registro de Preços serão dados como recebido conforme:

**4.2.1.** Independentemente da aceitação, a empresa fornecedora deverá garantir a qualidade dos produtos fornecidos pelo prazo de garantia, obrigando-se a substituir no prazo determinado pela Administração, às suas expensas, aquele que apresentar falha ou defeito durante o recebimento e o período de cobertura da garantia.

**4.2.2.** Na **hipótese de substituição**, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Secretaria Municipal de Saúde, no **prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado. Sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação.

**4.3.** A Contratada deverá responsabilizar-se e arcar por quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto da presente licitação, bem como demais custos, encargos inerentes e necessários para a completa execução das obrigações assumidas.

## **CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**5.1.** Os medicamentos que os laboratórios fabricarem em **embalagens hospitalares fracionadas** devem ser entregues fracionados individualmente **por unidade** e conforme as normas vigentes.

**5.2.** Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes. Na entrega serão verificados os prazos de validade e o estado de conservação das embalagens.

**5.3.** A Contratada deverá entregar, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, a **mesma marca dos produtos apresentados na proposta.**



5.4. A Contratada ficará obrigada a trocar, a suas expensas, a mercadoria que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação. Prazo de troca: 05 (cinco) dias úteis.

5.5. A Contratada deverá responsabilizar-se e arcar por quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto da presente licitação, bem como demais custos, encargos inerentes e necessários para a completa execução das obrigações assumidas.

5.6. A Contratada deverá manter durante toda a execução do Contrato/Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### **CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA RELATIVAS A CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:**

6.1. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela Contratada, que deverá fazer uso racional do consumo de energia e água, adotando medidas para evitar o desperdício.

6.2. Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujo (s) encarregado(s) deve(m) atuar como facilitador(es) das mudanças de comportamento.

6.3. Dar preferência à aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água e que apresentem eficiência energética e redução de consumo.

6.4. Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas.

6.5. Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e Água.

6.6. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços.

6.7. Dar preferência a descarga e torneira com controle de vazão, evitando o desperdício de água.

6.8. Proporcionar treinamento periódico aos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

6.9. Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, crenças religiosas, orientação sexual ou estado civil na seleção de colaboradores no quadro da empresa.

6.10. Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços, como exige a Lei Federal nº 9.985/00.



6.11. Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e/ou insumos que forem utilizados pela empresa na prestação dos serviços, inclusive os potencialmente poluidores, tais como, pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis, pneumáticos inservíveis, produtos e componentes eletroeletrônicos que estejam em desuso e sujeitos à disposição final, considerados lixo tecnológico.

6.12. É proibido incinerar qualquer resíduo gerado.

6.13. Não é permitida a emissão de ruídos de alta intensidade.

6.14. Priorizar a aquisição de bens que sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável.

6.15. Priorizar o aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento.

6.16. Colaborar para a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

6.17. A contratada deverá observar no que couber, durante a execução contratual, critérios e práticas de sustentabilidade, como:

6.18. Dar preferência a envio de documentos na forma digital, a fim de reduzir a impressão de documentos;

6.18.1. Em caso de necessidade de envio de documentos à contratante, usar preferencialmente a função "duplex" (frente e verso), bem como de papel confeccionado com madeira de origem legal.

6.18.2. Capacitar seus empregados, orientando que os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

6.19. Armazenar, transportar e destinar os resíduos em conformidade com as normas técnicas específicas.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1. Acompanhar e Fiscalizar a execução dos serviços.

## **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento será efetuado através de transferência eletrônica, para a conta bancária da Contratada indicada pela mesma, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados da apresentação da Nota Fiscal, após o recebimento definitivo do objeto.

8.2. A Contratada deverá manter em plena validade, durante a execução do Contrato/Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



8.3. Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal, será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

8.4. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Município de Tupãssi, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira.

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual.

EM = Encargos moratórios.

N = N.º de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela em atraso.

8.5.A Nota Fiscal deverá ser entregue juntamente com os produtos, no Setor Solicitante, o qual receberá os produtos e assinará a referida nota e encaminhará para a Divisão de Compras proceder com o processo de pagamento, caso esteja tudo conforme acordado.

#### 8.6. CRITÉRIOS PARA EMISSÃO DA NOTA FISCAL:

8.6.1. O faturamento deverá ser feito através de nota fiscal eletrônica da empresa que participou da licitação emitida: ao **Município de Tupãssi, CNPJ sob nº 77.877.116/0001-38.**

8.6.2. Endereço: a Praça Santos Dumont, s/nº, Centro. CEP nº 85.945-000 - Tupãssi - PR.

##### 8.6.3. No corpo da Nota Fiscal deverá conter:

8.6.3.1. A modalidade e o número da Licitação.

8.6.3.2. O número da Ata, número do Pedido de Fornecimento (ou ofício) e número do empenho.

8.6.3.3. Número do item e descrição do produto.

8.6.3.4. A descrição do produto na Nota Fiscal, deverá obrigatoriamente, ser precedida da descrição constante da Ata de Registro de Preços.

8.6.3.5. Número do lote e prazo de validade dos produtos entregues.

8.6.3.6. Valor unitário (conforme a Ata de Registro de Preços), forma de apresentação e valor total.

8.6.3.7. O Banco, número da agência e da conta corrente da empresa contratada.

8.7. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas e seu vencimento ocorrerá 15 (quinze) dias após a data da sua reapresentação.

8.8. Poderá a Prefeitura sustar o pagamento de qualquer fatura no caso de inadimplemento da CONTRATADA relativamente a execução do contrato, recaiando sobre a mesma as penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93.



8.9. Os recursos orçamentários previstos para o pagamento resultante do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

Órgão	Unidade	Nome do Órgão
06	06.03	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

8.9.1. Em exercícios futuros, correspondentes à vigência da Ata de Registro de Preços e ou Contrato, a despesa ocorrerá a conta de dotações orçamentárias próprias para atendimento de despesas da mesma natureza.

8.10. Durante a vigência do Registro de Preços, os valores registrados não serão reajustados.

8.11. Somente poderá ocorrer a recomposição de valores nos casos enquadrados no disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei Federal nº 8.666/93.

8.12. Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.

8.13. Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal.

8.14. Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei Federal nº 8.666/93.

8.15. Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

## **CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. Caberá ao representante da CONTRATADA, a responsabilizar-se por:

9.1.1. Garantir o cumprimento das atividades, de acordo com as diretrizes estabelecidas para sua realização.

9.1.2. Reportar-se ao fiscal de Contrato/Ata de Registro de Preços quando necessário, adotando as providências pertinentes para a correção das falhas detectadas.

9.2. Fica designado pela Administração do Município, para fiscalização da entrega, bem como prestar toda assistência e orientação que se fizerem necessárias, **as Servidoras (a Secretária de Saúde DahianeLocatelli de Sousa, a Farmacêutica do Centro de Saúde Juliane Comarella, a Chefe da Divisão de Administração Hospitalar Idione Cordeiro e a Farmacêutica do Hospital Municipal Carolina Fernanda de Barros)**, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não sanadas no prazo estabelecido, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades cabíveis.

**9.3. A Fiscalização da presente Ata de Registro de preços ficará a cargo da Secretária Municipal de Saúde, Senhora DahianeLocatelli de Sousa, inscrita no CPF sob o nº**



**051.599.959-86. portadora do RG nº 9.292.720-2.**

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO DOS PREÇOS**

**10.1.** Os preços registrados na presente ata poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens correspondentes.

**10.2.** Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado para que promova a redução dos preços.

**10.2.1.** Em não sendo reduzido o preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas, podendo o Município de Tupãssi convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

**10.3.** Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e o fornecedor não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado, a ser protocolado antes do pedido de fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

**10.3.1.** Procedente o pedido, o Município de Tupãssi poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pelo fornecedor, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

**10.3.1.1.** Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo Município de Tupãssi, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

**10.4.** Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Tupãssi e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

**10.5.** Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o Município de Tupãssi poderá convocar os demais fornecedores subsequentes de acordo com a classificação final.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA**

**11.1.** A Ata poderá ser cancelada de pleno direito total ou parcialmente, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que a Contratada assista o direito a qualquer indenização, se esta:

**11.1.1.** Falir, entrar em concordata ou ocorrer dissolução da sociedade.

**11.1.2.** Sem justa causa, e prévia comunicação à Prefeitura, suspender a entrega dos produtos.



**11.1.3.** Infringir qualquer cláusula desta Ata e/ou da Lei Federal nº 8.666/93.

**11.1.4.** Não cumprir ou cumprir irregularmente as cláusulas desta Ata, especificações ou prazos.

**11.1.5.** Recusar a redução do preço ao nível dos praticados no mercado.

**11.2.** O cancelamento do Registro de Preços poderá ainda ocorrer quando houver:

**11.2.1.** Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do objeto contratado.

**11.2.2.** Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditivo da execução da do Contrato/Ata de Registro de Preços.

**11.2.3.** Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Prefeitura.

**11.2.4.** Pelo atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pela Prefeitura, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, caso em que sua decisão deverá ser comunicada por escrito à Administração Municipal.

**11.3.** A solicitação da Contratada, para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultado à Prefeitura a aplicação das penalidades previstas nesta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

**11.4.** A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nesta cláusula, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao respectivo processo administrativo.

**11.5.** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Contratada, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da União e pela Internet, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES**

**12.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

**12.1.1.** Não assinar a Ata de Registro de Preços ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta.

**12.1.2.** Apresentar documentação falsa.

**12.1.3.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame.



**12.1.4.** Ensejar o retardamento da execução do objeto.

**12.1.5.** Não mantiver a proposta.

**12.1.6.** Cometer fraude fiscal.

**12.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo.

**12.2.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

**12.3.** O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**12.3.1.** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação.

**12.3.2.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante.

**12.3.3.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de até dois anos.

**12.3.4.** Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos.

**12.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

**12.5.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**12.6.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

**12.7.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.



12.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

12.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666, de 1993.

12.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FRAUDE E ANTICORRUPÇÃO

13.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

13.2. A contratada deverá observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

13.3. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

13.3.1. **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato.

13.3.2. **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato.

13.3.3. **“praticacolusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos.



**13.3.4. “prática coercitiva”:** causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

**13.3.5. “prática obstrutiva”:** destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

**13.4.** Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

**13.5.** A contratada deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

**14.1.** Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná, com referência expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**15.1.** A presente Ata de Registro de Preços será encaminhada através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo a Contratada a **impressão e assinatura do instrumento em 02 (duas) vias**, providenciando a entrega de 01 (uma) via **em até 05 (cinco) dias após o seu recebimento**. Caso o referido documento seja assinado de forma digital, enviar no e-mail oficial, [licitacao@tupassi.pr.gov.br](mailto:licitacao@tupassi.pr.gov.br), ficando dispensado o envio de uma via original pelo Correio.

**15.2.** A via do instrumento destinada a Contratada, devidamente assinada pela Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada no Paço Municipal a partir de 05 (cinco) dias após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior. Caso o referido documento seja assinado de forma digital, o mesmo poderá ser acessado através do Site Oficial do Município, ficando dispensada o envio de uma via original pelo Correio.

**15.3.** A execução da Ata de Registro de Preços/Contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na



forma do artigo 54, da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o inciso XII, do art. 55, do mesmo diploma legal.

15.4. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital do **Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 25/2021** e a proposta da Contratada conforme estabelece a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, naquilo que não contrariar as presentes disposições.

15.5. A CONTRATADA deverá manter, enquanto vigorar a Ata de Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 25/2021**.

15.6. E por estarem justos firmam a presente Ata de Registro de Preços, juntamente com as testemunhas abaixo, para que surta todos os efeitos legais.

Tupãssi, Estado do Paraná, 18 de outubro de 2021.

Contratante

Contratada

Testemunhas:

1º)

2º)





**TUPÃSSI**  
ESTADO DO PARANÁ

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 209/2021.

Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de um lado o MUNICÍPIO DE TUPÃSSI, Estado do Paraná, pessoa jurídica, de direito público, com sede à Praça Santos Dumont, s/nº, inscrita no CNPJ sob nº 77.877.116/0001-38, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Luiz Carlos Beletti, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Carteira de identidade nº 3.839.937-3 SSP/PR, e inscrito no CPF sob nº 523.526.419-34, **denominada Contratante**, e de outro lado a empresa:

**FORNECEDOR:** CMH - Central de Medicamentos Hospitalares - Eireli, empresa privada, com sede à Rua Dr. Mario Clapier Urbinatti, nº 1434, Jardim Canadá, CEP nº 87080-120, na Cidade de Maringá - PR, inscrita no CNPJ sob nº 23.228.076/0001-74, neste ato representada pelo Sr. (a) Leandro Rossoni, portador do CPF nº 068.074.369-39, **denominada Contratada**, tem justo e contratado o seguinte:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Apresente Ata de Registro de Preços tem por objeto Registro de Preços para aquisição de Medicamentos, sendo: Lote 01: Medicamentos gerais; e Lote 02: Medicamento manipulado. A entrega será de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Contratante, num período de 12 (doze) meses a contar da assinatura da Ata.

#### 1.2. Descrição:

Lote	Item	Descrição do Produto	Marca/Modelo	Qtde	Un	Preço Unitário	Preço Total
1	2	Biperideno, Solução injetável, Ampola - 5 mg/ml - 1mL - Código BR 0270138 - IV.	Cristalia	300,00	AMP	2,1900	657,00
1	5	Codeína, Comprimido - 30mg - Código BR 0272782 - VO	Cristalia	15.000,00	UN	1,3600	20.400,00
1	7	Deslanosídeo, Solução Injetável, Ampola - 0,2mg/mL - 2mL (0,4mg) - Código BR 0276283 - IV/IM	União	500,00	AMP	2,0000	1.000,00
1	8	Dextroetamina	Cristalia	500,00	AMP	16,4500	8.225,00



		Cloridrato, Solução Injetável, Ampola - 50mg/mL - 2 mL (100mg) - Código BR 0425182 - IV/IM					
1	9	Dexametasona, Solução oftálmica - 1 mg/mL 5mL - Código BR 0267187 - Oftálmico	Novartis	500,00	FR	6,7400	3.370,00
1	16	Heparina, Solução injetável - 5000UI/mL - 0,25 mL - Código BR 0272796 - SC	Cristalia	2.000,00	AMP	9,4900	18.980,00
1	18	Morfina, Solução Injetável, Ampola - 10mg/mL - 1mL (10mg) - Código BR 0304871 - IV/IM/SC	Hipolabor	3.000,00	AMP	2,9900	8.970,00
1	25	Acetato de retinol + Aminoácidos + Metionina + Cloranfenicol, Pomada oftálmica - 10.000 UI/g + 25 mg/g + 5 mg/g + 5 mg/g - Tubo com 3,5 g - Código BR 0274918 - Oftálmico	LatinoFarma	500,00	TB	10,8800	5.440,00

**1.3 Valor total da Ata de Registro de Preços: R\$67.042,00**(sessenta e sete mil e quarenta e dois reais).

**1.4.** Este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações com a empresa Contratada, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.



1.5. A aquisição dos produtos, objeto deste processo, se dará de forma parcelada e não obriga o Município a sua aquisição total, durante a vigência do mesmo.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata terá validade por 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

2.2. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

2.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

3.1. Os medicamentos, objeto deste processo, deverão ser entregues parceladamente (sem ônus de entrega) em até 10 dias úteis, de acordo com as solicitações da Secretaria de Secretaria Municipal de Saúde, no prédio do Centro de Saúde localizado na Rua Paraná, nº 346, centro, CEP nº 85.945-000 ou no prédio do Hospital Municipal, localizado na Rua Paraná – Praça Costa e Silva, s/nº, centro, CEP nº 85.945-000, no Município de Tupãssi - PR, conforme especificado na Autorização de Compras.

3.2. A Contratada deverá atender as solicitações da Secretaria Municipal de Administração, no prazo máximo **de 10 (dez) dias úteis**, contados do momento do envio do pedido (requisição) dos produtos e confirmação por e-mail ou contato telefônico.

3.2.1. Os prazos de que tratam o item 3.2 poderão ser prorrogados uma vez, por igual período, quando solicitado pelo convocado durante o transcurso do prazo e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

3.3. Os medicamentos deverão possuir prazo de validade não inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da data da entrega. A licitante vencedora deverá trocar os insumos as suas custas bem com o arcar com todas as despesas decorrentes da reposição e transporte destes, não cabendo à Municipalidade quaisquer ônus, em especial no que concerne ao envio de itens danificados ao licitante vencedor.

## CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO E GARANTIA

4.1. Os objetos deste Contrato/Ata de Registro de Preços serão dados como recebido conforme:

4.1.1. **Provisoriamente**, na apresentação dos produtos, acompanhado do romaneio de entrega, para efeito de verificação e assinatura do recebedor, devendo neste momento ser realizada conferência dos itens, se identificada a conformidade com o documento que o acompanha, o romaneio é assinado.

4.1.2. **Definitivamente**, após a verificação das especificações técnicas, da qualidade e da quantidade dos itens. Caso confirmada a conformidade com as especificações técnicas, a



Nota Fiscal será atestada pela área responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução.

4.1.3. Administração rejeitará, no todo ou em parte, os fornecimentos executados em desacordo com o disposto no Termo de Referência. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os fornecimentos foram realizados em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a empresa Contratada será notificada para que providencie, dentro do prazo a ser determinado, a correção necessária.

4.1.4. Em caso de produto entregue em desconformidade com o especificado, ou com defeito, será determinado um prazo, pela Administração, para que a Contratada faça a substituição. Este prazo iniciar-se-á a partir da data da notificação da Contratada, ficando a mesma, obrigada a substituir, às suas expensas, o item do objeto que for recusado.

4.2. Os objetos deste Contrato/Ata de Registro de Preços serão dados como recebido conforme:

4.2.1. Independentemente da aceitação, a empresa fornecedora deverá garantir a qualidade dos produtos fornecidos pelo prazo de garantia, obrigando-se a substituir no prazo determinado pela Administração, às suas expensas, aquele que apresentar falha ou defeito durante o recebimento e o período de cobertura da garantia.

4.2.2. Na **hipótese de substituição**, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Secretaria Municipal de Saúde, no **prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado. Sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação.

4.3. A Contratada deverá responsabilizar-se e arcar por quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto da presente licitação, bem como demais custos, encargos inerentes e necessários para a completa execução das obrigações assumidas.

## CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. Os medicamentos que os laboratórios fabricarem em **embalagens hospitalares fracionadas** devem ser entregues fracionados individualmente **por unidade** e conforme as normas vigentes.

5.2. Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes. Na entrega serão verificados os prazos de validade e o estado de conservação das embalagens.

5.3. A Contratada deverá entregar, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, a **mesma marca dos produtos apresentados na proposta.**

5.4. A Contratada ficará obrigada a trocar, a suas expensas, a mercadoria que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação. **Prazo de troca: 05 (cinco) dias úteis.**

5.5. A Contratada deverá responsabilizar-se e arcar por quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto da presente licitação, bem como demais custos, encargos inerentes e necessários para a completa execução das obrigações assumidas.



5.6. A Contratada deverá manter durante toda a execução do Contrato/Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA RELATIVAS A CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:**

- 6.1. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela Contratada, que deverá fazer uso racional do consumo de energia e água, adotando medidas para evitar o desperdício.
- 6.2. Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujo (s) encarregado(s) deve(m) atuar como facilitador(es) das mudanças de comportamento.
- 6.3. Dar preferência à aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água e que apresentem eficiência energética e redução de consumo.
- 6.4. Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas.
- 6.5. Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e Água.
- 6.6. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços.
- 6.7. Dar preferência a descarga e torneira com controle de vazão, evitando o desperdício de água.
- 6.8. Proporcionar treinamento periódico aos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.
- 6.9. Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, crenças religiosas, orientação sexual ou estado civil na seleção de colaboradores no quadro da empresa.
- 6.10. Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços, como exige a Lei Federal nº 9.985/00.
- 6.11. Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e/ou insumos que forem utilizados pela empresa na prestação dos serviços, inclusive os potencialmente poluidores, tais como, pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis, pneumáticos inservíveis, produtos e componentes eletroeletrônicos que estejam em desuso e sujeitos à disposição final, considerados lixo tecnológico.
- 6.12. É proibido incinerar qualquer resíduo gerado.



- 6.13.** Não é permitida a emissão de ruídos de alta intensidade.
- 6.14.** Priorizar a aquisição de bens que sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável.
- 6.15.** Priorizar o aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento.
- 6.16.** Colaborar para a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
- 6.17.** A contratada deverá observar no que couber, durante a execução contratual, critérios e práticas de sustentabilidade, como:
- 6.18.** Dar preferência a envio de documentos na forma digital, a fim de reduzir a impressão de documentos;
- 6.18.1.** Em caso de necessidade de envio de documentos à contratante, usar preferencialmente a função “duplex” (frente e verso), bem como de papel confeccionado com madeira de origem legal.
- 6.18.2.** Capacitar seus empregados, orientando que os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- 6.19.** Armazenar, transportar e destinar os resíduos em conformidade com as normas técnicas específicas.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 7.1.** Acompanhar e Fiscalizar a execução dos serviços.

## **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

- 8.1.** O pagamento será efetuado através de transferência eletrônica, para a conta bancária da Contratada indicada pela mesma, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados da apresentação da Nota Fiscal, após o recebimento definitivo do objeto.
- 8.2.** A Contratada deverá manter em plena validade, durante a execução do Contrato/Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 8.3.** Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal, será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.
- 8.4.** Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Município de Tupãssi, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de





**TUPÃSSI**  
ESTADO DO PARANÁ

0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira.

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual.

EM = Encargos moratórios.

N = N.º de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela em atraso.

**8.5.** A Nota Fiscal deverá ser entregue juntamente com os produtos, no Setor Solicitante, o qual receberá os produtos e assinará a referida nota e encaminhará para a Divisão de Compras proceder com o processo de pagamento, caso esteja tudo conforme acordado.

### **8.6. CRITÉRIOS PARA EMISSÃO DA NOTA FISCAL:**

**8.6.1.** O faturamento deverá ser feito através de nota fiscal eletrônica da empresa que participou da licitação emitida: ao **Município de Tupãssi, CNPJ sob nº 77.877.116/0001-38.**

**8.6.2.** Endereço: a Praça Santos Dumont, s/nº, Centro. CEP nº 85.945-000 - Tupãssi - PR.

**8.6.3. No corpo da Nota Fiscal deverá conter:**

**8.6.3.1.** A modalidade e o número da Licitação.

**8.6.3.2.** O número da Ata, número do Pedido de Fornecimento (ou ofício) e número do empenho.

**8.6.3.3.** Número do item e descrição do produto.

**8.6.3.4.** A descrição do produto na Nota Fiscal, deverá obrigatoriamente, ser precedida da descrição constante da Ata de Registro de Preços.

**8.6.3.5.** Número do lote e prazo de validade dos produtos entregues.

**8.6.3.6.** Valor unitário (conforme a Ata de Registro de Preços), forma de apresentação e valor total.

**8.6.3.7.** O Banco, número da agência e da conta corrente da empresa contratada.

**8.7.** As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas e seu vencimento ocorrerá 15 (quinze) dias após a data da sua reapresentação.

**8.8.** Poderá a Prefeitura sustar o pagamento de qualquer fatura no caso de inadimplemento da CONTRATADA relativamente a execução do contrato, recaiando sobre a mesma as penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93.

**8.9.** Os recursos orçamentários previstos para o pagamento resultante do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

Órgão	Unidade	Nome do Órgão
06	06.03	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**8.9.1.** Em exercícios futuros, correspondentes à vigência da Ata de Registro de Preços e ou Contrato, a despesa ocorrerá a conta de dotações orçamentárias próprias para atendimento de despesas da mesma natureza.



- 8.10. Durante a vigência do Registro de Preços, os valores registrados não serão reajustados.
- 8.11. Somente poderá ocorrer a recomposição de valores nos casos enquadrados no disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei Federal nº 8.666/93.
- 8.12. Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.
- 8.13. Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal.
- 8.14. Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei Federal nº 8.666/93.
- 8.15. Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

#### **CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. Caberá ao representante da CONTRATADA, a responsabilizar-se por:

9.1.1. Garantir o cumprimento das atividades, de acordo com as diretrizes estabelecidas para sua realização.

9.1.2. Reportar-se ao fiscal de Contrato/Ata de Registro de Preços quando necessário, adotando as providências pertinentes para a correção das falhas detectadas.

9.2. Fica designado pela Administração do Município, para fiscalização da entrega, bem como prestar toda assistência e orientação que se fizerem necessárias, **as Servidoras (a Secretária de Saúde Dahiane Locatelli de Sousa, a Farmacêutica do Centro de Saúde Juliane Comarella, a Chefe da Divisão de Administração Hospitalar Idione Cordeiro e a Farmacêutica do Hospital Municipal Carolina Fernanda de Barros)**, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não sanadas no prazo estabelecido, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades cabíveis.

**9.3. A Fiscalização da presente Ata de Registro de preços ficará a cargo da Secretária Municipal de Saúde, Senhora Dahiane Locatelli de Sousa, inscrita no CPF sob o nº 051.599.959-86. portadora do RG nº 9.292.720-2.**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO DOS PREÇOS**

- 10.1. Os preços registrados na presente ata poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens correspondentes.
- 10.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado para que promova a redução dos preços.



**10.2.1.** Em não sendo reduzido o preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas, podendo o Município de Tupãssi convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

**10.3.** Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e o fornecedor não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado, a ser protocolado antes do pedido de fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

**10.3.1.** Procedente o pedido, o Município de Tupãssi poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pelo fornecedor, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

**10.3.1.1.** Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo Município de Tupãssi, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

**10.4.** Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Tupãssi e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

**10.5.** Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o Município de Tupãssi poderá convocar os demais fornecedores subsequentes de acordo com a classificação final.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA**

**11.1.** A Ata poderá ser cancelada de pleno direito total ou parcialmente, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que a Contratada assista o direito a qualquer indenização, se esta:

**11.1.1.** Falir, entrar em concordata ou ocorrer dissolução da sociedade.

**11.1.2.** Sem justa causa, e prévia comunicação à Prefeitura, suspender a entrega dos produtos.

**11.1.3.** Infringir qualquer cláusula desta Ata e/ou da Lei Federal nº 8.666/93.

**11.1.4.** Não cumprir ou cumprir irregularmente as cláusulas desta Ata, especificações ou prazos.

**11.1.5.** Recusar a redução do preço ao nível dos praticados no mercado.

**11.2.** O cancelamento do Registro de Preços poderá ainda ocorrer quando houver:



11.2.1. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do objeto contratado.

11.2.2. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditivo da execução do Contrato/Ata de Registro de Preços.

11.2.3. Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Prefeitura.

11.2.4. Pelo atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pela Prefeitura, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, caso em que sua decisão deverá ser comunicada por escrito à Administração Municipal.

11.3. A solicitação da Contratada, para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultado à Prefeitura a aplicação das penalidades previstas nesta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

11.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nesta cláusula, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao respectivo processo administrativo.

11.5. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Contratada, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da União e pela Internet, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

12.1.1. Não assinar a Ata de Registro de Preços ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta.

12.1.2. Apresentar documentação falsa.

12.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame.

12.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto.

12.1.5. Não mantiver a proposta.

12.1.6. Cometer fraude fiscal.

12.1.7. Comportar-se de modo inidôneo.



- 12.2.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 12.3.** O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 12.3.1.** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação.
  - 12.3.2.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante.
  - 12.3.3.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de até dois anos.
  - 12.3.4.** Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos.
- 12.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
- 12.5.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 12.6.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 12.7.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 12.8.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 12.9.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 12.10.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666, de 1993.



12.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FRAUDE E ANTICORRUPÇÃO**

13.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

13.2. A contratada deverá observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

13.3. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

13.3.1. **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato.

13.3.2. **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato.

13.3.3. **“prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos.

13.3.4. **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

13.3.5. **“prática obstrutiva”**: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

13.4. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral,



mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

13.5. A contratada deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

14.1. Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná, com referência expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

15.1. A presente Ata de Registro de Preços será encaminhada através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo a Contratada a **impressão e assinatura do instrumento em 02 (duas) vias**, providenciando a entrega de 01 (uma) via **em até 05 (cinco) dias após o seu recebimento**. Caso o referido documento seja assinado de forma digital, enviar no e-mail oficial, [licitacao@tupassi.pr.gov.br](mailto:licitacao@tupassi.pr.gov.br), ficando dispensado o envio de uma via original pelo Correio.

15.2. A via do instrumento destinada a Contratada, devidamente assinada pela Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada no Paço Municipal a partir de 05 (cinco) dias após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior. Caso o referido documento seja assinado de forma digital, o mesmo poderá ser acessado através do Site Oficial do Município, ficando dispensada o envio de uma via original pelo Correio.

15.3. A execução da Ata de Registro de Preços/Contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o inciso XII, do art. 55, do mesmo diploma legal.

15.4. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital do **Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 25/2021** e a proposta da Contratada conforme estabelece a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, naquilo que não contrariar as presentes disposições.

15.5. A CONTRATADA deverá manter, enquanto vigorar a Ata de Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 25/2021**.



15.6. E por estarem justos firmam a presente Ata de Registro de Preços, juntamente com as testemunhas abaixo, para que surta todos os efeitos legais.

**Tupãssi, Estado do Paraná, 18 de outubro de 2021.**

**Contratante**

**Contratada**

**Testemunhas:**

1º)

2º)



## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 210/2021.

Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de um lado o MUNICÍPIO DE TUPÃSSI, Estado do Paraná, pessoa jurídica, de direito público, com sede à Praça Santos Dumont, s/nº, inscrita no CNPJ sob nº 77.877.116/0001-38, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Luiz Carlos Beletti, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Carteira de identidade nº 3.839.937-3 SSP/PR, e inscrito no CPF sob nº 523.526.419-34, **denominada Contratante**, e de outro lado a empresa:

**FORNECEDOR:** Espírito Santo Distribuidora de Produtos Hospitalares Eireli, empresa privada, com sede à Rua Serra Negra, nº 78, Praia do Morro, CEP nº 29216-560, na Cidade de Guarapari - ES, inscrita no CNPJ sob nº 28.911.309/0001-52, neste ato representada pelo Sr. (a) Erivelto Silva Dal Col, portador do CPF nº 070.938.597-80, **denominada Contratada**, tem justo e contratado o seguinte:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Apresente Ata de Registro de Preços tem por objeto Registro de Preços para aquisição de Medicamentos, sendo: Lote 01: Medicamentos gerais; e Lote 02: Medicamento manipulado. A entrega será de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Contratante, num período de 12 (doze) meses a contar da assinatura da Ata.

#### 1.2. Descrição:

Lote	Item	Descrição do Produto	Marca/Modelo	Qtde	Un	Preço Unitário	Preço Total
1	20	Omeprazol, Solução injetável - Pó liófilo injetável 40mg + Solução diluente. - Código BR 0268160 - EV.	Blau	3.000,00	AMP	19,1800	57.540,00

1.3 Valor total da Ata de Registro de Preços: **R\$57.540,00** (cinquenta e sete mil quinhentos e quarenta reais).

1.4. Este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações com a empresa Contratada, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

1.5. A aquisição dos produtos, objeto deste processo, se dará de forma parcelada e não obriga o Município a sua aquisição total, durante a vigência do mesmo.



## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

**2.1.** A presente Ata terá validade por 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

**2.2.** O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

**2.3.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA**

**3.1.** Os medicamentos, objeto deste processo, deverão ser entregues parceladamente (sem ônus de entrega) em até 10 dias úteis, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal de Saúde, no prédio do Centro de Saúde localizado na Rua Paraná, nº 346, centro, CEP nº 85.945-000 ou no prédio do Hospital Municipal, localizado na Rua Paraná – Praça Costa e Silva, s/nº, centro, CEP nº 85.945-000, no Município de Tupãssi - PR, conforme especificado na Autorização de Compras.

**3.2.** A Contratada deverá atender as solicitações da Secretaria Municipal de Administração, no prazo máximo **de 10 (dez) dias úteis**, contados do momento do envio do pedido (requisição) dos produtos e confirmação por e-mail ou contato telefônico.

**3.2.1.** Os prazos de que tratam o item 3.2 poderão ser prorrogados uma vez, por igual período, quando solicitado pelo convocado durante o transcurso do prazo e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

**3.3.** Os medicamentos deverão possuir prazo de validade não inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da data da entrega. A licitante vencedora deverá trocar os insumos as suas custas bem com o arcar com todas as despesas decorrentes da reposição e transporte destes, não cabendo à Municipalidade quaisquer ônus, em especial no que concerne ao envio de itens danificados ao licitante vencedor.

## **CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO E GARANTIA**

**4.1.** Os objetos deste Contrato/Ata de Registro de Preços serão dados como recebido conforme:

**4.1.1. Provisoriamente**, na apresentação dos produtos, acompanhado do romaneio de entrega, para efeito de verificação e assinatura do recebedor, devendo neste momento ser realizada conferência dos itens, se identificada a conformidade com o documento que o acompanha, o romaneio é assinado.

**4.1.2. Definitivamente**, após a verificação das especificações técnicas, da qualidade e da quantidade dos itens. Caso confirmada a conformidade com as especificações técnicas, a Nota Fiscal será atestada pela área responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução.



4.1.3. Administração rejeitará, no todo ou em parte, os fornecimentos executados em desacordo com o disposto no Termo de Referência. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os fornecimentos foram realizados em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a empresa Contratada será notificada para que providencie, dentro do prazo a ser determinado, a correção necessária.

4.1.4. Em caso de produto entregue em desconformidade com o especificado, ou com defeito, será determinado um prazo, pela Administração, para que a Contratada faça a substituição. Este prazo iniciar-se-á a partir da data da notificação da Contratada, ficando a mesma, obrigada a substituir, às suas expensas, o item do objeto que for recusado.

4.2. Os objetos deste Contrato/Ata de Registro de Preços serão dados como recebido conforme:

4.2.1. Independentemente da aceitação, a empresa fornecedora deverá garantir a qualidade dos produtos fornecidos pelo prazo de garantia, obrigando-se a substituir no prazo determinado pela Administração, às suas expensas, aquele que apresentar falha ou defeito durante o recebimento e o período de cobertura da garantia.

4.2.2. Na **hipótese de substituição**, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Secretaria Municipal de Saúde, no **prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado. Sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação.

4.3. A Contratada deverá responsabilizar-se e arcar por quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto da presente licitação, bem como demais custos, encargos inerentes e necessários para a completa execução das obrigações assumidas.

## **CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

5.1. Os medicamentos que os laboratórios fabricarem em **embalagens hospitalares fracionadas** devem ser entregues fracionados individualmente **por unidade** e conforme as normas vigentes.

5.2. Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes. Na entrega serão verificados os prazos de validade e o estado de conservação das embalagens.

5.3. A Contratada deverá entregar, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, **a mesma marca dos produtos apresentados na proposta.**

5.4. A Contratada ficará obrigada a trocar, a suas expensas, a mercadoria que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação. **Prazo de troca: 05 (cinco) dias úteis.**

5.5. A Contratada deverá responsabilizar-se e arcar por quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto da presente licitação, bem como demais custos, encargos inerentes e necessários para a completa execução das obrigações assumidas.



5.6. A Contratada deverá manter durante toda a execução do Contrato/Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA RELATIVAS A CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:**

6.1. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela Contratada, que deverá fazer uso racional do consumo de energia e água, adotando medidas para evitar o desperdício.

6.2. Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujo (s) encarregado(s) deve(m) atuar como facilitador(es) das mudanças de comportamento.

6.3. Dar preferência à aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água e que apresentem eficiência energética e redução de consumo.

6.4. Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas.

6.5. Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e Água.

6.6. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços.

6.7. Dar preferência a descarga e torneira com controle de vazão, evitando o desperdício de água.

6.8. Proporcionar treinamento periódico aos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

6.9. Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, crenças religiosas, orientação sexual ou estado civil na seleção de colaboradores no quadro da empresa.

6.10. Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços, como exige a Lei Federal nº 9.985/00.

6.11. Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e/ou insumos que forem utilizados pela empresa na prestação dos serviços, inclusive os potencialmente poluidores, tais como, pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis, pneumáticos inservíveis, produtos e componentes eletroeletrônicos que estejam em desuso e sujeitos à disposição final, considerados lixo tecnológico.

6.12. É proibido incinerar qualquer resíduo gerado.



- 6.13.** Não é permitida a emissão de ruídos de alta intensidade.
- 6.14.** Priorizar a aquisição de bens que sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável.
- 6.15.** Priorizar o aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento.
- 6.16.** Colaborar para a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
- 6.17.** A contratada deverá observar no que couber, durante a execução contratual, critérios e práticas de sustentabilidade, como:
- 6.18.** Dar preferência a envio de documentos na forma digital, a fim de reduzir a impressão de documentos;
- 6.18.1.** Em caso de necessidade de envio de documentos à contratante, usar preferencialmente a função “duplex” (frente e verso), bem como de papel confeccionado com madeira de origem legal.
- 6.18.2.** Capacitar seus empregados, orientando que os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- 6.19.** Armazenar, transportar e destinar os resíduos em conformidade com as normas técnicas específicas.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 7.1.** Acompanhar e Fiscalizar a execução dos serviços.

## **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

- 8.1.** O pagamento será efetuado através de transferência eletrônica, para a conta bancária da Contratada indicada pela mesma, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados da apresentação da Nota Fiscal, após o recebimento definitivo do objeto.
- 8.2.** A Contratada deverá manter em plena validade, durante a execução do Contrato/Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 8.3.** Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal, será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.
- 8.4.** Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Município de Tupãssi, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de



0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$EM = I \times N \times VP$ , onde:

$I$  = Índice de atualização financeira.

$TX$  = Percentual da taxa de juros de mora anual.

$EM$  = Encargos moratórios.

$N$  = N.º de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento.

$VP$  = Valor da parcela em atraso.

8.5.A Nota Fiscal deverá ser entregue juntamente com os produtos, no Setor Solicitante, o qual receberá os produtos e assinará a referida nota e encaminhará para a Divisão de Compras proceder com o processo de pagamento, caso esteja tudo conforme acordado.

#### 8.6. CRITÉRIOS PARA EMISSÃO DA NOTA FISCAL:

**8.6.1.** O faturamento deverá ser feito através de nota fiscal eletrônica da empresa que participou da licitação emitida: ao **Município de Tupãssi, CNPJ sob nº 77.877.116/0001-38.**

**8.6.2.** Endereço: a Praça Santos Dumont, s/nº, Centro. CEP nº 85.945-000 - Tupãssi - PR.

##### **8.6.3. No corpo da Nota Fiscal deverá conter:**

**8.6.3.1.** A modalidade e o número da Licitação.

**8.6.3.2.** O número da Ata, número do Pedido de Fornecimento (ou ofício) e número do empenho.

**8.6.3.3.** Número do item e descrição do produto.

**8.6.3.4.** A descrição do produto na Nota Fiscal, deverá obrigatoriamente, ser precedida da descrição constante da Ata de Registro de Preços.

**8.6.3.5.** Número do lote e prazo de validade dos produtos entregues.

**8.6.3.6.** Valor unitário (conforme a Ata de Registro de Preços), forma de apresentação e valor total.

**8.6.3.7.** O Banco, número da agência e da conta corrente da empresa contratada.

**8.7.** As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas e seu vencimento ocorrerá 15 (quinze) dias após a data da sua reapresentação.

**8.8.** Poderá a Prefeitura sustar o pagamento de qualquer fatura no caso de inadimplemento da CONTRATADA relativamente a execução do contrato, recaiando sobre a mesma as penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93.

**8.9.** Os recursos orçamentários previstos para o pagamento resultante do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

Órgão	Unidade	Nome do Órgão
06	06.03	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**8.9.1.** Em exercícios futuros, correspondentes à vigência da Ata de Registro de Preços e ou Contrato, a despesa ocorrerá a conta de dotações orçamentárias próprias para atendimento de despesas da mesma natureza.



**8.10.** Durante a vigência do Registro de Preços, os valores registrados não serão reajustados.

**8.11.** Somente poderá ocorrer a recomposição de valores nos casos enquadrados no disposto no Artigo 65, II, “d” da Lei Federal nº 8.666/93.

**8.12.** Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.

**8.13.** Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal.

**8.14.** Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no Artigo 65, II, “d” da Lei Federal nº 8.666/93.

**8.15.** Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

## **CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**9.1.** Caberá ao representante da CONTRATADA, a responsabilizar-se por:

**9.1.1.** Garantir o cumprimento das atividades, de acordo com as diretrizes estabelecidas para sua realização.

**9.1.2.** Reportar-se ao fiscal de Contrato/Ata de Registro de Preços quando necessário, adotando as providências pertinentes para a correção das falhas detectadas.

**9.2.** Fica designado pela Administração do Município, para fiscalização da entrega, bem como prestar toda assistência e orientação que se fizerem necessárias, **as Servidoras (a Secretária de Saúde Dahiane Locatelli de Sousa, a Farmacêutica do Centro de Saúde Juliane Comarella, a Chefe da Divisão de Administração Hospitalar Idione Cordeiro e a Farmacêutica do Hospital Municipal Carolina Fernanda de Barros)**, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não sanadas no prazo estabelecido, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades cabíveis.

**9.3. A Fiscalização da presente Ata de Registro de preços ficará a cargo da Secretária Municipal de Saúde, Senhora Dahiane Locatelli de Sousa, inscrita no CPF sob o nº 051.599.959-86. portadora do RG nº 9.292.720-2.**

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO DOS PREÇOS**

**10.1.** Os preços registrados na presente ata poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens correspondentes.

**10.2.** Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado para que promova a redução dos preços.



**10.2.1.** Em não sendo reduzido o preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas, podendo o Município de Tupãssi convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

**10.3.** Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e o fornecedor não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado, a ser protocolado antes do pedido de fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

**10.3.1.** Procedente o pedido, o Município de Tupãssi poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pelo fornecedor, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

**10.3.1.1.** Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo Município de Tupãssi, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

**10.4.** Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Tupãssi e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

**10.5.** Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o Município de Tupãssi poderá convocar os demais fornecedores subsequentes de acordo com a classificação final.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA**

**11.1.** A Ata poderá ser cancelada de pleno direito total ou parcialmente, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que a Contratada assista o direito a qualquer indenização, se esta:

**11.1.1.** Falir, entrar em concordata ou ocorrer dissolução da sociedade.

**11.1.2.** Sem justa causa, e prévia comunicação à Prefeitura, suspender a entrega dos produtos.

**11.1.3.** Infringir qualquer cláusula desta Ata e/ou da Lei Federal nº 8.666/93.

**11.1.4.** Não cumprir ou cumprir irregularmente as cláusulas desta Ata, especificações ou prazos.

**11.1.5.** Recusar a redução do preço ao nível dos praticados no mercado.

**11.2.** O cancelamento do Registro de Preços poderá ainda ocorrer quando houver:



**11.2.1.** Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do objeto contratado.

**11.2.2.** Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditivo da execução da do Contrato/Ata de Registro de Preços.

**11.2.3.** Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Prefeitura.

**11.2.4.** Pelo atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pela Prefeitura, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, caso em que sua decisão deverá ser comunicada por escrito à Administração Municipal.

**11.3.** A solicitação da Contratada, para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultado à Prefeitura a aplicação das penalidades previstas nesta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

**11.4.** A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nesta cláusula, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao respectivo processo administrativo.

**11.5.** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Contratada, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da União e pela Internet, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES**

**12.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

**12.1.1.** Não assinar a Ata de Registro de Preços ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta.

**12.1.2.** Apresentar documentação falsa.

**12.1.3.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame.

**12.1.4.** Ensejar o retardamento da execução do objeto.

**12.1.5.** Não mantiver a proposta.

**12.1.6.** Cometer fraude fiscal.

**12.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo.



**12.2.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

**12.3.** O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**12.3.1.** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação.

**12.3.2.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante.

**12.3.3.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de até dois anos.

**12.3.4.** Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos.

**12.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

**12.5.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**12.6.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

**12.7.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**12.8.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**12.9.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

**12.10.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666, de 1993.



12.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FRAUDE E ANTICORRUPÇÃO**

13.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

13.2. A contratada deverá observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

13.3. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

13.3.1. **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato.

13.3.2. **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato.

13.3.3. **“praticacolusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos.

13.3.4. **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

13.3.5. **“prática obstrutiva”**: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

13.4. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral,



mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

13.5. A contratada deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

14.1. Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná, com referência expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

15.1. A presente Ata de Registro de Preços será encaminhada através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo a Contratada a **impressão e assinatura do instrumento em 02 (duas) vias**, providenciando a entrega de 01 (uma) via **em até 05 (cinco) dias após o seu recebimento**. Caso o referido documento seja assinado de forma digital, enviar no e-mail oficial, [licitacao@tupassi.pr.gov.br](mailto:licitacao@tupassi.pr.gov.br), ficando dispensado o envio de uma via original pelo Correio.

15.2. A via do instrumento destinada a Contratada, devidamente assinada pela Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada no Paço Municipal a partir de 05 (cinco) dias após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior. Caso o referido documento seja assinado de forma digital, o mesmo poderá ser acessado através do Site Oficial do Município, ficando dispensada o envio de uma via original pelo Correio.

15.3. A execução da Ata de Registro de Preços/Contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o inciso XII, do art. 55, do mesmo diploma legal.

15.4. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital do **Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 25/2021** e a proposta da Contratada conforme estabelece a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, naquilo que não contrariar as presentes disposições.

15.5. A CONTRATADA deverá manter, enquanto vigorar a Ata de Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 25/2021**.



15.6. E por estarem justos firmam a presente Ata de Registro de Preços, juntamente com as testemunhas abaixo, para que surta todos os efeitos legais.

**Tupãssi, Estado do Paraná, 18 de outubro de 2021.**

**Contratante**

**Contratada**

**Testemunhas:**

**1º)**

**2º)**



## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 211/2021.

Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de um lado o MUNICÍPIO DE TUPÃSSI, Estado do Paraná, pessoa jurídica, de direito público, com sede à Praça Santos Dumont, s/nº, inscrita no CNPJ sob nº 77.877.116/0001-38, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Luiz Carlos Beletti, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Carteira de identidade nº 3.839.937-3 SSP/PR, e inscrito no CPF sob nº 523.526.419-34, **denominada Contratante**, e de outro lado a empresa:

**FORNECEDOR:** Promefarma Representações Comerciais Ltda, empresa privada, com sede à Rua João Amaral de Almeida, nº 100, Cidade Industrial, CEP nº 81820-000, na Cidade de CURITIBA - PR, inscrita no CNPJ sob nº 81.706.251/0001-98, neste ato representada pelo Sr. (a) ElcioLuisBordignon, portador do CPF nº 972.234.769-15, **denominada Contratada**, tem justo e contratado o seguinte:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**1.1.** Apresente Ata de Registro de Preços tem por objeto Registro de Preços para aquisição de Medicamentos, sendo: Lote 01: Medicamentos gerais; e Lote 02: Medicamento manipulado. A entrega será de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Contratante, num período de 12 (doze) meses a contar da assinatura da Ata.

#### 1.2. Descrição:

Lote	Item	Descrição do Produto	Marca/Modelo	Qtde	Un	Preço Unitário	Preço Total
1	14	Fentanila, Solução Injetável, Frasco - 50mcg/mL - 10mL (500mcg) - Código BR 0271950 - IV.	União Química	1.500,00	AMP	6,9000	10.350,00

**1.3** Valor total da Ata de Registro de Preços: **R\$10.350,00**(dez mil trezentos e cinquenta reais).

**1.4.** Este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações com a empresa Contratada, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

**1.5.** A aquisição dos produtos, objeto deste processo, se dará de forma parcelada e não obriga o Município a sua aquisição total, durante a vigência do mesmo.



## CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. A presente Ata terá validade por 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.
- 2.2. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.
- 2.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

- 3.1. Os medicamentos, objeto deste processo, deverão ser entregues parceladamente (sem ônus de entrega) em até 10 dias úteis, de acordo com as solicitações da Secretaria de Secretaria Municipal de Saúde, no prédio do Centro de Saúde localizado na Rua Paraná, nº 346, centro, CEP nº 85.945-000 ou no prédio do Hospital Municipal, localizado na Rua Paraná – Praça Costa e Silva, s/nº, centro, CEP nº 85.945-000, no Município de Tupãssi - PR, conforme especificado na Autorização de Compras.
- 3.2. A Contratada deverá atender as solicitações da Secretaria Municipal de Administração, no prazo máximo **de 10 (dez) dias úteis**, contados do momento do envio do pedido (requisição) dos produtos e confirmação por e-mail ou contato telefônico.
- 3.2.1. Os prazos de que tratam o item 3.2 poderão ser prorrogados uma vez, por igual período, quando solicitado pelo convocado durante o transcurso do prazo e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.
- 3.3. Os medicamentos deverão possuir **prazo de validade não inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da data da entrega.** A licitante vencedora deverá trocar os insumos as suas custas bem com o arcar com todas as despesas decorrentes da reposição e transporte destes, não cabendo à Municipalidade quaisquer ônus, em especial no que concerne ao envio de itens danificados ao licitante vencedor.

## CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO E GARANTIA

- 4.1. Os objetos deste Contrato/Ata de Registro de Preços serão dados como recebido conforme:
- 4.1.1. **Provisoriamente**, na apresentação dos produtos, acompanhado do romaneio de entrega, para efeito de verificação e assinatura do recebedor, devendo neste momento ser realizada conferência dos itens, se identificada a conformidade com o documento que o acompanha, o romaneio é assinado.
- 4.1.2. **Definitivamente**, após a verificação das especificações técnicas, da qualidade e da quantidade dos itens. Caso confirmada a conformidade com as especificações técnicas, a Nota Fiscal será atestada pela área responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução.



**4.1.3.** Administração rejeitará, no todo ou em parte, os fornecimentos executados em desacordo com o disposto no Termo de Referência. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os fornecimentos foram realizados em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a empresa Contratada será notificada para que providencie, dentro do prazo a ser determinado, a correção necessária.

**4.1.4.** Em caso de produto entregue em desconformidade com o especificado, ou com defeito, será determinado um prazo, pela Administração, para que a Contratada faça a substituição. Este prazo iniciar-se-á a partir da data da notificação da Contratada, ficando a mesma, obrigada a substituir, às suas expensas, o item do objeto que for recusado.

**4.2.** Os objetos deste Contrato/Ata de Registro de Preços serão dados como recebido conforme:

**4.2.1.** Independentemente da aceitação, a empresa fornecedora deverá garantir a qualidade dos produtos fornecidos pelo prazo de garantia, obrigando-se a substituir no prazo determinado pela Administração, às suas expensas, aquele que apresentar falha ou defeito durante o recebimento e o período de cobertura da garantia.

**4.2.2.** Na **hipótese de substituição**, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Secretaria Municipal de Saúde, no **prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado. Sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação.

**4.3.** A Contratada deverá responsabilizar-se e arcar por quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto da presente licitação, bem como demais custos, encargos inerentes e necessários para a completa execução das obrigações assumidas.

## **CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**5.1.** Os medicamentos que os laboratórios fabricarem em **embalagens hospitalares fracionadas** devem ser entregues fracionados individualmente **por unidade** e conforme as normas vigentes.

**5.2.** Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes. Na entrega serão verificados os prazos de validade e o estado de conservação das embalagens.

**5.3.** A Contratada deverá entregar, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, **a mesma marca dos produtos apresentados na proposta.**

**5.4.** A Contratada ficará obrigada a trocar, a suas expensas, a mercadoria que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação. **Prazo de troca: 05 (cinco) dias úteis.**

**5.5.** A Contratada deverá responsabilizar-se e arcar por quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto da presente licitação, bem como demais custos, encargos inerentes e necessários para a completa execução das obrigações assumidas.



5.6. A Contratada deverá manter durante toda a execução do Contrato/Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA RELATIVAS A CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:**

6.1. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela Contratada, que deverá fazer uso racional do consumo de energia e água, adotando medidas para evitar o desperdício.

6.2. Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujo (s) encarregado(s) deve(m) atuar como facilitador(es) das mudanças de comportamento.

6.3. Dar preferência à aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água e que apresentem eficiência energética e redução de consumo.

6.4. Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas.

6.5. Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e Água.

6.6. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços.

6.7. Dar preferência a descarga e torneira com controle de vazão, evitando o desperdício de água.

6.8. Proporcionar treinamento periódico aos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

6.9. Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, crenças religiosas, orientação sexual ou estado civil na seleção de colaboradores no quadro da empresa.

6.10. Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços, como exige a Lei Federal nº 9.985/00.

6.11. Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e/ou insumos que forem utilizados pela empresa na prestação dos serviços, inclusive os potencialmente poluidores, tais como, pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis, pneumáticos inservíveis, produtos e componentes eletroeletrônicos que estejam em desuso e sujeitos à disposição final, considerados lixo tecnológico.

6.12. É proibido incinerar qualquer resíduo gerado.



- 6.13. Não é permitida a emissão de ruídos de alta intensidade.
- 6.14. Priorizar a aquisição de bens que sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável.
- 6.15. Priorizar o aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento.
- 6.16. Colaborar para a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
- 6.17. A contratada deverá observar no que couber, durante a execução contratual, critérios e práticas de sustentabilidade, como:
- 6.18. Dar preferência a envio de documentos na forma digital, a fim de reduzir a impressão de documentos;
- 6.18.1. Em caso de necessidade de envio de documentos à contratante, usar preferencialmente a função “duplex” (frente e verso), bem como de papel confeccionado com madeira de origem legal.
- 6.18.2. Capacitar seus empregados, orientando que os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- 6.19. Armazenar, transportar e destinar os resíduos em conformidade com as normas técnicas específicas.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 7.1. Acompanhar e Fiscalizar a execução dos serviços.

## **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

- 8.1. O pagamento será efetuado através de transferência eletrônica, para a conta bancária da Contratada indicada pela mesma, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados da apresentação da Nota Fiscal, após o recebimento definitivo do objeto.
- 8.2. A Contratada deverá manter em plena validade, durante a execução do Contrato/Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 8.3. Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal, será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.
- 8.4. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Município de Tupãssi, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de



0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

**EM** =  $I \times N \times VP$ , onde:

**I** = Índice de atualização financeira.

**TX** = Percentual da taxa de juros de mora anual.

**EM** = Encargos moratórios.

**N** = N.º de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento.

**VP** = Valor da parcela em atraso.

**8.5.** A Nota Fiscal deverá ser entregue juntamente com os produtos, no Setor Solicitante, o qual receberá os produtos e assinará a referida nota e encaminhará para a Divisão de Compras proceder com o processo de pagamento, caso esteja tudo conforme acordado.

#### **8.6. CRITÉRIOS PARA EMISSÃO DA NOTA FISCAL:**

**8.6.1.** O faturamento deverá ser feito através de nota fiscal eletrônica da empresa que participou da licitação emitida: ao **Município de Tupãssi, CNPJ sob nº 77.877.116/0001-38.**

**8.6.2.** Endereço: a Praça Santos Dumont, s/nº, Centro. CEP nº 85.945-000 - Tupãssi - PR.

##### **8.6.3. No corpo da Nota Fiscal deverá conter:**

**8.6.3.1.** A modalidade e o número da Licitação.

**8.6.3.2.** O número da Ata, número do Pedido de Fornecimento (ou ofício) e número do empenho.

**8.6.3.3.** Número do item e descrição do produto.

**8.6.3.4.** A descrição do produto na Nota Fiscal, deverá obrigatoriamente, ser precedida da descrição constante da Ata de Registro de Preços.

**8.6.3.5.** Número do lote e prazo de validade dos produtos entregues.

**8.6.3.6.** Valor unitário (conforme a Ata de Registro de Preços), forma de apresentação e valor total.

**8.6.3.7.** O Banco, número da agência e da conta corrente da empresa contratada.

**8.7.** As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas e seu vencimento ocorrerá 15 (quinze) dias após a data da sua reapresentação.

**8.8.** Poderá a Prefeitura sustar o pagamento de qualquer fatura no caso de inadimplemento da CONTRATADA relativamente a execução do contrato, recaindo sobre a mesma as penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93.

**8.9.** Os recursos orçamentários previstos para o pagamento resultante do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

Órgão	Unidade	Nome do Órgão
06	06.03	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**8.9.1.** Em exercícios futuros, correspondentes à vigência da Ata de Registro de Preços e ou Contrato, a despesa ocorrerá a conta de dotações orçamentárias próprias para atendimento de despesas da mesma natureza.



- 8.10. Durante a vigência do Registro de Preços, os valores registrados não serão reajustados.
- 8.11. Somente poderá ocorrer a recomposição de valores nos casos enquadrados no disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei Federal nº 8.666/93.
- 8.12. Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.
- 8.13. Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal.
- 8.14. Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei Federal nº 8.666/93.
- 8.15. Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

#### **CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. Caberá ao representante da CONTRATADA, a responsabilizar-se por:

9.1.1. Garantir o cumprimento das atividades, de acordo com as diretrizes estabelecidas para sua realização.

9.1.2. Reportar-se ao fiscal de Contrato/Ata de Registro de Preços quando necessário, adotando as providências pertinentes para a correção das falhas detectadas.

9.2. Fica designado pela Administração do Município, para fiscalização da entrega, bem como prestar toda assistência e orientação que se fizerem necessárias, *as Servidoras (a Secretária de Saúde Dahiane Locatelli de Sousa, a Farmacêutica do Centro de Saúde Juliane Comarella, a Chefe da Divisão de Administração Hospitalar Idione Cordeiro e a Farmacêutica do Hospital Municipal Carolina Fernanda de Barros)*, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não sanadas no prazo estabelecido, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades cabíveis.

**9.3. A Fiscalização da presente Ata de Registro de preços ficará a cargo da Secretária Municipal de Saúde, Senhora Dahiane Locatelli de Sousa, inscrita no CPF sob o nº 051.599.959-86. portadora do RG nº 9.292.720-2.**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO DOS PREÇOS**

10.1. Os preços registrados na presente ata poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens correspondentes.

10.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado para que promova a redução dos preços.



**10.2.1.** Em não sendo reduzido o preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas, podendo o Município de Tupãssi convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

**10.3.** Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e o fornecedor não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado, a ser protocolado antes do pedido de fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

**10.3.1.** Procedente o pedido, o Município de Tupãssi poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pelo fornecedor, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

**10.3.1.1.** Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo Município de Tupãssi, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

**10.4.** Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Tupãssi e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

**10.5.** Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o Município de Tupãssi poderá convocar os demais fornecedores subsequentes de acordo com a classificação final.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA**

**11.1.** A Ata poderá ser cancelada de pleno direito total ou parcialmente, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que a Contratada assista o direito a qualquer indenização, se esta:

**11.1.1.** Falir, entrar em concordata ou ocorrer dissolução da sociedade.

**11.1.2.** Sem justa causa, e prévia comunicação à Prefeitura, suspender a entrega dos produtos.

**11.1.3.** Infringir qualquer cláusula desta Ata e/ou da Lei Federal nº 8.666/93.

**11.1.4.** Não cumprir ou cumprir irregularmente as cláusulas desta Ata, especificações ou prazos.

**11.1.5.** Recusar a redução do preço ao nível dos praticados no mercado.

**11.2.** O cancelamento do Registro de Preços poderá ainda ocorrer quando houver:



**11.2.1.** Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do objeto contratado.

**11.2.2.** Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditivo da execução do Contrato/Ata de Registro de Preços.

**11.2.3.** Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Prefeitura.

**11.2.4.** Pelo atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pela Prefeitura, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, caso em que sua decisão deverá ser comunicada por escrito à Administração Municipal.

**11.3.** A solicitação da Contratada, para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultado à Prefeitura a aplicação das penalidades previstas nesta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

**11.4.** A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nesta cláusula, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao respectivo processo administrativo.

**11.5.** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Contratada, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da União e pela Internet, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES**

**12.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

**12.1.1.** Não assinar a Ata de Registro de Preços ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta.

**12.1.2.** Apresentar documentação falsa.

**12.1.3.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame.

**12.1.4.** Ensejar o retardamento da execução do objeto.

**12.1.5.** Não mantiver a proposta.

**12.1.6.** Cometer fraude fiscal.

**12.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo.



- 12.2.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 12.3.** O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 12.3.1.** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação.
- 12.3.2.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante.
- 12.3.3.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de até dois anos.
- 12.3.4.** Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos.
- 12.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
- 12.5.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 12.6.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 12.7.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 12.8.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 12.9.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 12.10.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666, de 1993.



12.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FRAUDE E ANTICORRUPÇÃO

13.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

13.2. A contratada deverá observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

13.3. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

13.3.1. “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato.

13.3.2. “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato.

13.3.3. “**prática colusiva**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos.

13.3.4. “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

13.3.5. “**prática obstrutiva**”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

13.4. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral,



mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

**13.5.** A contratada deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

**14.1.** Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná, com referência expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**15.1.** A presente Ata de Registro de Preços será encaminhada através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo a Contratada a **impressão e assinatura do instrumento em 02 (duas) vias**, providenciando a entrega de 01 (uma) via **em até 05 (cinco) dias após o seu recebimento**. Caso o referido documento seja assinado de forma digital, enviar no e-mail oficial, **licitacao@tupassi.pr.gov.br**, ficando dispensado o envio de uma via original pelo Correio.

**15.2.** A via do instrumento destinada a Contratada, devidamente assinada pela Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada no Paço Municipal a partir de 05 (cinco) dias após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior. Caso o referido documento seja assinado de forma digital, o mesmo poderá ser acessado através do Site Oficial do Município, ficando dispensada o envio de uma via original pelo Correio.

**15.3.** A execução da Ata de Registro de Preços/Contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o inciso XII, do art. 55, do mesmo diploma legal.

**15.4.** Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital do **Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 25/2021** e a proposta da Contratada conforme estabelece a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, naquilo que não contrariar as presentes disposições.

**15.5.** A CONTRATADA deverá manter, enquanto vigorar a Ata de Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 25/2021**.



15.6. E por estarem justos firmam a presente Ata de Registro de Preços, juntamente com as testemunhas abaixo, para que surta todos os efeitos legais.

Tupãssi, Estado do Paraná, 18 de outubro de 2021.

**Contratante**

**Contratada**

**Testemunhas:**

1º)

2º)



## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 212/2021.

Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de um lado o MUNICÍPIO DE TUPASSI, Estado do Paraná, pessoa jurídica, de direito público, com sede à Praça Santos Dumont, s/nº, inscrita no CNPJ sob nº 77.877.116/0001-38, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Luiz Carlos Beletti, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Carteira de identidade nº 3.839.937-3 SSP/PR, e inscrito no CPF sob nº 523.526.419-34, **denominada Contratante**, e de outro lado a empresa:

**FORNECEDOR:** Cavalli Comércio de Produtos Médicos Hospitalares - Eireli, empresa privada, com sede à Rua Maria Olimpia Jardim, nº 370A, Jardim Izabel, CEP nº 87309-185, na Cidade de Campo Mourão - PR, inscrita no CNPJ sob nº 32.743.242/0001-61, neste ato representada pelo Sr. (a) Giovana Cavalli Ronqui, portador do CPF nº 081.561.389-02, **denominada Contratada**, tem justo e contratado o seguinte:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Apresente Ata de Registro de Preços tem por objeto Registro de Preços para aquisição de Medicamentos, sendo: Lote 01: Medicamentos gerais; e Lote 02: Medicamento manipulado. A entrega será de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Contratante, num período de 12 (doze) meses a contar da assinatura da Ata.

### 1.2. Descrição:

Lote	Item	Descrição do Produto	Marca/Modelo	Qtde	Un	Preço Unitário	Preço Total
1	6	Complexo B – Solução Injetável, Ampola - 2mL - Código BR 0363088 - IV.	Hypofarma	5.000,00	AMP	1,3789	6.894,50
1	13	Fenoterol Gotas - 5mg/mL - Frasco com 20 mL - Código BR 0396471 - Inalatório	Hipolabor	800,00	FR	5,9000	4.720,00
1	19	Nifedipino - Comprimido - 10mg - Código BR0267728 - VO	Neoquímica	15.000,00	UN	0,1050	1.575,00





**TUPÃSSI**  
ESTADO DO PARANÁ

**1.3 Valor total da Ata de Registro de Preços: R\$13.189,50** (treze mil cento e oitenta e nove reais e cinquenta centavos).

**1.4.** Este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações com a empresa Contratada, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

**1.5.** A aquisição dos produtos, objeto deste processo, se dará de forma parcelada e não obriga o Município a sua aquisição total, durante a vigência do mesmo.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

**2.1.** A presente Ata terá validade por 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

**2.2.** O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

**2.3.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA**

**3.1.** Os medicamentos, objeto deste processo, deverão ser entregues parceladamente (sem ônus de entrega) em até 10 dias úteis, de acordo com as solicitações da Secretaria de Secretaria Municipal de Saúde, no prédio do Centro de Saúde localizado na Rua Paraná, nº 346, centro, CEP nº 85.945-000 ou no prédio do Hospital Municipal, localizado na Rua Paraná – Praça Costa e Silva, s/nº, centro, CEP nº 85.945-000, no Município de Tupãssi - PR, conforme especificado na Autorização de Compras.

**3.2.** A Contratada deverá atender as solicitações da Secretaria Municipal de Administração, no prazo máximo **de 10 (dez) dias úteis**, contados do momento do envio do pedido (requisição) dos produtos e confirmação por e-mail ou contato telefônico.

**3.2.1.** Os prazos de que tratam o item 3.2 poderão ser prorrogados uma vez, por igual período, quando solicitado pelo convocado durante o transcurso do prazo e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

**3.3.** Os medicamentos deverão possuir prazo de **validade não inferior a 75%** (setenta e cinco por cento) **da data da entrega**. A licitante vencedora deverá trocar os insumos as suas custas bem com o arcar com todas as despesas decorrentes da reposição e transporte destes, não cabendo à Municipalidade quaisquer ônus, em especial no que concerne ao envio de itens danificados ao licitante vencedor.

## **CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO E GARANTIA**

**4.1.** Os objetos deste Contrato/Ata de Registro de Preços serão dados como recebido conforme:



**4.1.1. Provisoriamente**, na apresentação dos produtos, acompanhado do romaneio de entrega, para efeito de verificação e assinatura do recebedor, devendo neste momento ser realizada conferência dos itens, se identificada a conformidade com o documento que o acompanha, o romaneio é assinado.

**4.1.2. Definitivamente**, após a verificação das especificações técnicas, da qualidade e da quantidade dos itens. Caso confirmada a conformidade com as especificações técnicas, a Nota Fiscal será atestada pela área responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução.

**4.1.3.** Administração rejeitará, no todo ou em parte, os fornecimentos executados em desacordo com o disposto no Termo de Referência. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os fornecimentos foram realizados em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a empresa Contratada será notificada para que providencie, dentro do prazo a ser determinado, a correção necessária.

**4.1.4.** Em caso de produto entregue em desconformidade com o especificado, ou com defeito, será determinado um prazo, pela Administração, para que a Contratada faça a substituição. Este prazo iniciar-se-á a partir da data da notificação da Contratada, ficando a mesma, obrigada a substituir, às suas expensas, o item do objeto que for recusado.

**4.2.** Os objetos deste Contrato/Ata de Registro de Preços serão dados como recebido conforme:

**4.2.1.** Independentemente da aceitação, a empresa fornecedora deverá garantir a qualidade dos produtos fornecidos pelo prazo de garantia, obrigando-se a substituir no prazo determinado pela Administração, às suas expensas, aquele que apresentar falha ou defeito durante o recebimento e o período de cobertura da garantia.

**4.2.2.** Na **hipótese de substituição**, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Secretaria Municipal de Saúde, no **prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado. Sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação.

**4.3.** A Contratada deverá responsabilizar-se e arcar por quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto da presente licitação, bem como demais custos, encargos inerentes e necessários para a completa execução das obrigações assumidas.

## **CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**5.1.** Os medicamentos que os laboratórios fabricarem em **embalagens hospitalares fracionadas** devem ser entregues fracionados individualmente **por unidade** e conforme as normas vigentes.

**5.2.** Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes. Na entrega serão verificados os prazos de validade e o estado de conservação das embalagens.

**5.3.** A Contratada deverá entregar, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, **a mesma marca dos produtos apresentados na proposta.**



**5.4.** A Contratada ficará obrigada a trocar, a suas expensas, a mercadoria que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação. **Prazo de troca: 05 (cinco) dias úteis.**

**5.5.** A Contratada deverá responsabilizar-se e arcar por quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto da presente licitação, bem como demais custos, encargos inerentes e necessários para a completa execução das obrigações assumidas.

**5.6.** A Contratada deverá manter durante toda a execução do Contrato/Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### **CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA RELATIVAS A CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:**

**6.1.** As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela Contratada, que deverá fazer uso racional do consumo de energia e água, adotando medidas para evitar o desperdício.

**6.2.** Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujo (s) encarregado(s) deve(m) atuar como facilitador(es) das mudanças de comportamento.

**6.3.** Dar preferência à aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água e que apresentem eficiência energética e redução de consumo.

**6.4.** Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas.

**6.5.** Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e Água.

**6.6.** Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços.

**6.7.** Dar preferência a descarga e torneira com controle de vazão, evitando o desperdício de água.

**6.8.** Proporcionar treinamento periódico aos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

**6.9.** Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, crenças religiosas, orientação sexual ou estado civil na seleção de colaboradores no quadro da empresa.

**6.10.** Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços, como exige a Lei Federal nº 9.985/00.



- 6.11. Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e/ou insumos que forem utilizados pela empresa na prestação dos serviços, inclusive os potencialmente poluidores, tais como, pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis, pneumáticos inservíveis, produtos e componentes eletroeletrônicos que estejam em desuso e sujeitos à disposição final, considerados lixo tecnológico.
- 6.12. É proibido incinerar qualquer resíduo gerado.
- 6.13. Não é permitida a emissão de ruídos de alta intensidade.
- 6.14. Priorizar a aquisição de bens que sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável.
- 6.15. Priorizar o aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento.
- 6.16. Colaborar para a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
- 6.17. A contratada deverá observar no que couber, durante a execução contratual, critérios e práticas de sustentabilidade, como:
- 6.18. Dar preferência a envio de documentos na forma digital, a fim de reduzir a impressão de documentos;
- 6.18.1. Em caso de necessidade de envio de documentos à contratante, usar preferencialmente a função “duplex” (frente e verso), bem como de papel confeccionado com madeira de origem legal.
- 6.18.2. Capacitar seus empregados, orientando que os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- 6.19. Armazenar, transportar e destinar os resíduos em conformidade com as normas técnicas específicas.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 7.1. Acompanhar e Fiscalizar a execução dos serviços.

## **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

- 8.1. O pagamento será efetuado através de transferência eletrônica, para a conta bancária da Contratada indicada pela mesma, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados da apresentação da Nota Fiscal, após o recebimento definitivo do objeto.
- 8.2. A Contratada deverá manter em plena validade, durante a execução do Contrato/Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.





**TUPÃSSI**  
ESTADO DO PARANÁ

8.3. Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal, será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

8.4. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Município de Tupãssi, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira.

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual.

EM = Encargos moratórios.

N = N.º de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela em atraso.

8.5. A Nota Fiscal deverá ser entregue juntamente com os produtos, no Setor Solicitante, o qual receberá os produtos e assinará a referida nota e encaminhará para a Divisão de Compras proceder com o processo de pagamento, caso esteja tudo conforme acordado.

#### 8.6. CRITÉRIOS PARA EMISSÃO DA NOTA FISCAL:

8.6.1. O faturamento deverá ser feito através de nota fiscal eletrônica da empresa que participou da licitação emitida: ao **Município de Tupãssi, CNPJ sob nº 77.877.116/0001-38.**

8.6.2. Endereço: a Praça Santos Dumont, s/nº, Centro. CEP nº 85.945-000 - Tupãssi - PR.

8.6.3. No corpo da Nota Fiscal deverá conter:

8.6.3.1. A modalidade e o número da Licitação.

8.6.3.2. O número da Ata, número do Pedido de Fornecimento (ou ofício) e número do empenho.

8.6.3.3. Número do item e descrição do produto.

8.6.3.4. A descrição do produto na Nota Fiscal, deverá obrigatoriamente, ser precedida da descrição constante da Ata de Registro de Preços.

8.6.3.5. Número do lote e prazo de validade dos produtos entregues.

8.6.3.6. Valor unitário (conforme a Ata de Registro de Preços), forma de apresentação e valor total.

8.6.3.7. O Banco, número da agência e da conta corrente da empresa contratada.

8.7. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas e seu vencimento ocorrerá 15 (quinze) dias após a data da sua reapresentação.

8.8. Poderá a Prefeitura sustar o pagamento de qualquer fatura no caso de inadimplemento da CONTRATADA relativamente a execução do contrato, recaiando sobre a mesma as penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93.



8.9. Os recursos orçamentários previstos para o pagamento resultante do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

Órgão	Unidade	Nome do Órgão
06	06.03	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

8.9.1. Em exercícios futuros, correspondentes à vigência da Ata de Registro de Preços e ou Contrato, a despesa ocorrerá a conta de dotações orçamentárias próprias para atendimento de despesas da mesma natureza.

8.10. Durante a vigência do Registro de Preços, os valores registrados não serão reajustados.

8.11. Somente poderá ocorrer a recomposição de valores nos casos enquadrados no disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei Federal nº 8.666/93.

8.12. Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.

8.13. Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal.

8.14. Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei Federal nº 8.666/93.

8.15. Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

## **CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. Caberá ao representante da CONTRATADA, a responsabilizar-se por:

9.1.1. Garantir o cumprimento das atividades, de acordo com as diretrizes estabelecidas para sua realização.

9.1.2. Reportar-se ao fiscal de Contrato/Ata de Registro de Preços quando necessário, adotando as providências pertinentes para a correção das falhas detectadas.

9.2. Fica designado pela Administração do Município, para fiscalização da entrega, bem como prestar toda assistência e orientação que se fizerem necessárias, as **Servidoras (a Secretária de Saúde Dahiane Locatelli de Sousa, a Farmacêutica do Centro de Saúde Juliane Comarella, a Chefe da Divisão de Administração Hospitalar Idione Cordeiro e a Farmacêutica do Hospital Municipal Carolina Fernanda de Barros)**, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não sanadas no prazo estabelecido, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades cabíveis.

9.3. A Fiscalização da presente Ata de Registro de preços ficará a cargo da Secretária Municipal de Saúde, Senhora Dahiane Locatelli de Sousa, inscrita no CPF sob o nº



**051.599.959-86. portadora do RG nº 9.292.720-2.**

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO DOS PREÇOS**

**10.1.** Os preços registrados na presente ata poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens correspondentes.

**10.2.** Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado para que promova a redução dos preços.

**10.2.1.** Em não sendo reduzido o preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas, podendo o Município de Tupãssi convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

**10.3.** Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e o fornecedor não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado, a ser protocolado antes do pedido de fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

**10.3.1.** Procedente o pedido, o Município de Tupãssi poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pelo fornecedor, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

**10.3.1.1.** Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo Município de Tupãssi, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

**10.4.** Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Tupãssi e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

**10.5.** Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o Município de Tupãssi poderá convocar os demais fornecedores subsequentes de acordo com a classificação final.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA**

**11.1.** A Ata poderá ser cancelada de pleno direito total ou parcialmente, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que a Contratada assista o direito a qualquer indenização, se esta:

**11.1.1.** Falir, entrar em concordata ou ocorrer dissolução da sociedade.

**11.1.2.** Sem justa causa, e prévia comunicação à Prefeitura, suspender a entrega dos produtos.



**11.1.3.** Infringir qualquer cláusula desta Ata e/ou da Lei Federal nº 8.666/93.

**11.1.4.** Não cumprir ou cumprir irregularmente as cláusulas desta Ata, especificações ou prazos.

**11.1.5.** Recusar a redução do preço ao nível dos praticados no mercado.

**11.2.** O cancelamento do Registro de Preços poderá ainda ocorrer quando houver:

**11.2.1.** Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do objeto contratado.

**11.2.2.** Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditivo da execução do Contrato/Ata de Registro de Preços.

**11.2.3.** Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Prefeitura.

**11.2.4.** Pelo atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pela Prefeitura, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, caso em que sua decisão deverá ser comunicada por escrito à Administração Municipal.

**11.3.** A solicitação da Contratada, para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultado à Prefeitura a aplicação das penalidades previstas nesta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

**11.4.** A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nesta cláusula, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao respectivo processo administrativo.

**11.5.** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Contratada, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da União e pela Internet, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES**

**12.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

**12.1.1.** Não assinar a Ata de Registro de Preços ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta.

**12.1.2.** Apresentar documentação falsa.

**12.1.3.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame.



12.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto.

12.1.5. Não manter a proposta.

12.1.6. Cometer fraude fiscal.

12.1.7. Comportar-se de modo inidôneo.

12.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

12.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação.

12.3.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante.

12.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de até dois anos.

12.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos.

12.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

12.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

12.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

12.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.



**12.8.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**12.9.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

**12.10.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666, de 1993.

**12.11.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**12.12.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FRAUDE E ANTICORRUPÇÃO**

**13.1.** As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

**13.2.** A contratada deverá observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

**13.3.** Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

**13.3.1. “prática corrupta”:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato.

**13.3.2. “prática fraudulenta”:** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato.

**13.3.3. “praticacolusiva”:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos.



**13.3.4. “prática coercitiva”:** causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

**13.3.5. “prática obstrutiva”:** destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

**13.4.** Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

**13.5.** A contratada deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

**14.1.** Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná, com referência expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**15.1.** A presente Ata de Registro de Preços será encaminhada através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo a Contratada a **impressão e assinatura do instrumento em 02 (duas) vias**, providenciando a entrega de 01 (uma) via **em até 05 (cinco) dias após o seu recebimento**. Caso o referido documento seja assinado de forma digital, enviar no e-mail oficial, [licitacao@tupassi.pr.gov.br](mailto:licitacao@tupassi.pr.gov.br), ficando dispensado o envio de uma via original pelo Correio.

**15.2.** A via do instrumento destinada a Contratada, devidamente assinada pela Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada no Paço Municipal a partir de 05 (cinco) dias após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior. Caso o referido documento seja assinado de forma digital, o mesmo poderá ser acessado através do Site Oficial do Município, ficando dispensada o envio de uma via original pelo Correio.

**15.3.** A execução da Ata de Registro de Preços/Contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na



forma do artigo 54, da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o inciso XII, do art. 55, do mesmo diploma legal.

**15.4.** Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital do **Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 25/2021** e a proposta da Contratada conforme estabelece a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, naquilo que não contrariar as presentes disposições.

**15.5.** A CONTRATADA deverá manter, enquanto vigorar a Ata de Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 25/2021**.

**15.6.** E por estarem justos firmam a presente Ata de Registro de Preços, juntamente com as testemunhas abaixo, para que surta todos os efeitos legais.

**Tupãssi, Estado do Paraná, 18 de outubro de 2021.**

**Contratante**

**Contratada**

**Testemunhas:**

**1º)**

**2º)**



## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 213/2021.

Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de um lado o MUNICÍPIO DE TUPÃSSI, Estado do Paraná, pessoa jurídica, de direito público, com sede à Praça Santos Dumont, s/nº, inscrita no CNPJ sob nº 77.877.116/0001-38, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Luiz Carlos Beletti, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Carteira de identidade nº 3.839.937-3 SSP/PR, e inscrito no CPF sob nº 523.526.419-34, **denominada Contratante**, e de outro lado a empresa:

**FORNECEDOR:** Eco-Farmas - Comércio de Medicamentos - Eireli, empresa privada, com sede à Rua Santa Catarina, nº 850, Centro, CEP nº 85801-040, na Cidade de CASCAVEL - PR, inscrita no CNPJ sob nº 85.477.586/0001-32, neste ato representada pelo Sr. (a) Euclides Luiz Tomazelli, portador do CPF nº 060.116.839-91, **denominada Contratada**, tem justo e contratado o seguinte:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Apresente Ata de Registro de Preços tem por objeto Registro de Preços para aquisição de Medicamentos, sendo: Lote 01: Medicamentos gerais; e Lote 02: Medicamento manipulado. A entrega será de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Contratante, num período de 12 (doze) meses a contar da assinatura da Ata.

#### 1.2. Descrição:

Lote	Item	Descrição do Produto	Marca/Modelo	Qtde	Un	Preço Unitário	Preço Total
1	3	Butilbrometo de Escopolamina + Dipirona - Composto, Solução Injetável, Ampola - 4mg/mL + 500mg/mL - 5mL - Código BR 0270621 - IV/IM.	Hipolabor	5.000,00	AMP	3,3800	16.900,00

1.3 Valor total da Ata de Registro de Preços: **R\$16.900,00** (dezesseis mil e novecentos reais)

1.4. Este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações com a empresa Contratada, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.



1.5. A aquisição dos produtos, objeto deste processo, se dará de forma parcelada e não obriga o Município a sua aquisição total, durante a vigência do mesmo.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. A presente Ata terá validade por 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

2.2. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

2.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA**

3.1. Os medicamentos, objeto deste processo, deverão ser entregues parceladamente (sem ônus de entrega) em até 10 dias úteis, de acordo com as solicitações da Secretaria de Secretaria Municipal de Saúde, no prédio do Centro de Saúde localizado na Rua Paraná, nº 346, centro, CEP nº 85.945-000 ou no prédio do Hospital Municipal, localizado na Rua Paraná – Praça Costa e Silva, s/nº, centro, CEP nº 85.945-000, no Município de Tupãssi - PR, conforme especificado na Autorização de Compras.

3.2. A Contratada deverá atender as solicitações da Secretaria Municipal de Administração, no prazo máximo **de 10 (dez) dias úteis**, contados do momento do envio do pedido (requisição) dos produtos e confirmação por e-mail ou contato telefônico.

3.2.1. Os prazos de que tratam o item 3.2 poderão ser prorrogados uma vez, por igual período, quando solicitado pelo convocado durante o transcurso do prazo e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

3.3. Os medicamentos deverão possuir prazo de validade não inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da data da entrega. A licitante vencedora deverá trocar os insumos as suas custas bem com o arcar com todas as despesas decorrentes da reposição e transporte destes, não cabendo à Municipalidade quaisquer ônus, em especial no que concerne ao envio de itens danificados ao licitante vencedor.

## **CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO E GARANTIA**

4.1. Os objetos deste Contrato/Ata de Registro de Preços serão dados como recebido conforme:

4.1.1. **Provisoriamente**, na apresentação dos produtos, acompanhado do romaneio de entrega, para efeito de verificação e assinatura do recebedor, devendo neste momento ser realizada conferência dos itens, se identificada a conformidade com o documento que o acompanha, o romaneio é assinado.

4.1.2. **Definitivamente**, após a verificação das especificações técnicas, da qualidade e da quantidade dos itens. Caso confirmada a conformidade com as especificações técnicas, a



Nota Fiscal será atestada pela área responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução.

4.1.3. Administração rejeitará, no todo ou em parte, os fornecimentos executados em desacordo com o disposto no Termo de Referência. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os fornecimentos foram realizados em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a empresa Contratada será notificada para que providencie, dentro do prazo a ser determinado, a correção necessária.

4.1.4. Em caso de produto entregue em desconformidade com o especificado, ou com defeito, será determinado um prazo, pela Administração, para que a Contratada faça a substituição. Este prazo iniciar-se-á a partir da data da notificação da Contratada, ficando a mesma, obrigada a substituir, às suas expensas, o item do objeto que for recusado.

4.2. Os objetos deste Contrato/Ata de Registro de Preços serão dados como recebido conforme:

4.2.1. Independentemente da aceitação, a empresa fornecedora deverá garantir a qualidade dos produtos fornecidos pelo prazo de garantia, obrigando-se a substituir no prazo determinado pela Administração, às suas expensas, aquele que apresentar falha ou defeito durante o recebimento e o período de cobertura da garantia.

4.2.2. Na **hipótese de substituição**, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Secretaria Municipal de Saúde, no **prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado. Sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação.

4.3. A Contratada deverá responsabilizar-se e arcar por quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto da presente licitação, bem como demais custos, encargos inerentes e necessários para a completa execução das obrigações assumidas.

#### CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. Os medicamentos que os laboratórios fabricarem em **embalagens hospitalares fracionadas** devem ser entregues fracionados individualmente **por unidade** e conforme as normas vigentes.

5.2. Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes. Na entrega serão verificados os prazos de validade e o estado de conservação das embalagens.

5.3. A Contratada deverá entregar, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, **a mesma marca dos produtos apresentados na proposta.**

5.4. A Contratada ficará obrigada a trocar, a suas expensas, a mercadoria que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação. **Prazo de troca: 05 (cinco) dias úteis.**

5.5. A Contratada deverá responsabilizar-se e arcar por quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto da presente licitação, bem como demais custos, encargos inerentes e necessários para a completa execução das obrigações assumidas.



**5.6.** A Contratada deverá manter durante toda a execução do Contrato/Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA RELATIVAS A CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:**

**6.1.** As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela Contratada, que deverá fazer uso racional do consumo de energia e água, adotando medidas para evitar o desperdício.

**6.2.** Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujo (s) encarregado(s) deve(m) atuar como facilitador(es) das mudanças de comportamento.

**6.3.** Dar preferência à aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água e que apresentem eficiência energética e redução de consumo.

**6.4.** Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas.

**6.5.** Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e Água.

**6.6.** Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços.

**6.7.** Dar preferência a descarga e torneira com controle de vazão, evitando o desperdício de água.

**6.8.** Proporcionar treinamento periódico aos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

**6.9.** Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, crenças religiosas, orientação sexual ou estado civil na seleção de colaboradores no quadro da empresa.

**6.10.** Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços, como exige a Lei Federal nº 9.985/00.

**6.11.** Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e/ou insumos que forem utilizados pela empresa na prestação dos serviços, inclusive os potencialmente poluidores, tais como, pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis, pneumáticos inservíveis, produtos e componentes eletroeletrônicos que estejam em desuso e sujeitos à disposição final, considerados lixo tecnológico.

**6.12.** É proibido incinerar qualquer resíduo gerado.



- 6.13.** Não é permitida a emissão de ruídos de alta intensidade.
- 6.14.** Priorizar a aquisição de bens que sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável.
- 6.15.** Priorizar o aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento.
- 6.16.** Colaborar para a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
- 6.17.** A contratada deverá observar no que couber, durante a execução contratual, critérios e práticas de sustentabilidade, como:
- 6.18.** Dar preferência a envio de documentos na forma digital, a fim de reduzir a impressão de documentos;
- 6.18.1.** Em caso de necessidade de envio de documentos à contratante, usar preferencialmente a função “duplex” (frente e verso), bem como de papel confeccionado com madeira de origem legal.
- 6.18.2.** Capacitar seus empregados, orientando que os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- 6.19.** Armazenar, transportar e destinar os resíduos em conformidade com as normas técnicas específicas.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 7.1.** Acompanhar e Fiscalizar a execução dos serviços.

## **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

- 8.1.** O pagamento será efetuado através de transferência eletrônica, para a conta bancária da Contratada indicada pela mesma, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados da apresentação da Nota Fiscal, após o recebimento definitivo do objeto.
- 8.2.** A Contratada deverá manter em plena validade, durante a execução do Contrato/Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 8.3.** Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal, será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.
- 8.4.** Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Município de Tupãssi, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de



0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$EM = I \times N \times VP$ , onde:

$I$  = Índice de atualização financeira.

$TX$  = Percentual da taxa de juros de mora anual.

$EM$  = Encargos moratórios.

$N$  = N.º de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento.

$VP$  = Valor da parcela em atraso.

**8.5.A Nota Fiscal deverá ser entregue juntamente com os produtos, no Setor Solicitante, o qual receberá os produtos e assinará a referida nota e encaminhará para a Divisão de Compras proceder com o processo de pagamento, caso esteja tudo conforme acordado.**

#### **8.6. CRITÉRIOS PARA EMISSÃO DA NOTA FISCAL:**

**8.6.1.** O faturamento deverá ser feito através de nota fiscal eletrônica da empresa que participou da licitação emitida: ao **Município de Tupãssi, CNPJ sob nº 77.877.116/0001-38.**

**8.6.2.** Endereço: a Praça Santos Dumont, s/nº, Centro. CEP nº 85.945-000 - Tupãssi - PR.

##### **8.6.3. No corpo da Nota Fiscal deverá conter:**

**8.6.3.1.** A modalidade e o número da Licitação.

**8.6.3.2.** O número da Ata, número do Pedido de Fornecimento (ou ofício) e número do empenho.

**8.6.3.3.** Número do item e descrição do produto.

**8.6.3.4.** A descrição do produto na Nota Fiscal, deverá obrigatoriamente, ser precedida da descrição constante da Ata de Registro de Preços.

**8.6.3.5.** Número do lote e prazo de validade dos produtos entregues.

**8.6.3.6.** Valor unitário (conforme a Ata de Registro de Preços), forma de apresentação e valor total.

**8.6.3.7.** O Banco, número da agência e da conta corrente da empresa contratada.

**8.7.** As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas e seu vencimento ocorrerá 15 (quinze) dias após a data da sua reapresentação.

**8.8.** Poderá a Prefeitura sustar o pagamento de qualquer fatura no caso de inadimplemento da CONTRATADA relativamente a execução do contrato, recaindo sobre a mesma as penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93.

**8.9.** Os recursos orçamentários previstos para o pagamento resultante do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

Órgão	Unidade	Nome do Órgão
06	06.03	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**8.9.1.** Em exercícios futuros, correspondentes à vigência da Ata de Registro de Preços e ou Contrato, a despesa ocorrerá a conta de dotações orçamentárias próprias para atendimento de despesas da mesma natureza.



- 8.10. Durante a vigência do Registro de Preços, os valores registrados não serão reajustados.
- 8.11. Somente poderá ocorrer a recomposição de valores nos casos enquadrados no disposto no Artigo 65, II, “d” da Lei Federal nº 8.666/93.
- 8.12. Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.
- 8.13. Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal.
- 8.14. Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no Artigo 65, II, “d” da Lei Federal nº 8.666/93.
- 8.15. Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

#### **CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. Caberá ao representante da CONTRATADA, a responsabilizar-se por:

9.1.1. Garantir o cumprimento das atividades, de acordo com as diretrizes estabelecidas para sua realização.

9.1.2. Reportar-se ao fiscal de Contrato/Ata de Registro de Preços quando necessário, adotando as providências pertinentes para a correção das falhas detectadas.

9.2. Fica designado pela Administração do Município, para fiscalização da entrega, bem como prestar toda assistência e orientação que se fizerem necessárias, *as Servidoras (a Secretária de Saúde Dahiane Locatelli de Sousa, a Farmacêutica do Centro de Saúde Juliane Comarella, a Chefe da Divisão de Administração Hospitalar Idione Cordeiro e a Farmacêutica do Hospital Municipal Carolina Fernanda de Barros)*, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não sanadas no prazo estabelecido, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades cabíveis.

**9.3. A Fiscalização da presente Ata de Registro de preços ficará a cargo da Secretária Municipal de Saúde, Senhora Dahiane Locatelli de Sousa, inscrita no CPF sob o nº 051.599.959-86, portadora do RG nº 9.292.720-2.**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO DOS PREÇOS**

10.1. Os preços registrados na presente ata poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens correspondentes.

10.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado para que promova a redução dos preços.



**10.2.1.** Em não sendo reduzido o preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas, podendo o Município de Tupãssi convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

**10.3.** Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e o fornecedor não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado, a ser protocolado antes do pedido de fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

**10.3.1.** Procedente o pedido, o Município de Tupãssi poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pelo fornecedor, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

**10.3.1.1.** Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo Município de Tupãssi, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

**10.4.** Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Tupãssi e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

**10.5.** Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o Município de Tupãssi poderá convocar os demais fornecedores subsequentes de acordo com a classificação final.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA**

**11.1.** A Ata poderá ser cancelada de pleno direito total ou parcialmente, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que a Contratada assista o direito a qualquer indenização, se esta:

**11.1.1.** Falir, entrar em concordata ou ocorrer dissolução da sociedade.

**11.1.2.** Sem justa causa, e prévia comunicação à Prefeitura, suspender a entrega dos produtos.

**11.1.3.** Infringir qualquer cláusula desta Ata e/ou da Lei Federal nº 8.666/93.

**11.1.4.** Não cumprir ou cumprir irregularmente as cláusulas desta Ata, especificações ou prazos.

**11.1.5.** Recusar a redução do preço ao nível dos praticados no mercado.

**11.2.** O cancelamento do Registro de Preços poderá ainda ocorrer quando houver:



11.2.1. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do objeto contratado.

11.2.2. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditivo da execução do Contrato/Ata de Registro de Preços.

11.2.3. Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Prefeitura.

11.2.4. Pelo atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pela Prefeitura, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, caso em que sua decisão deverá ser comunicada por escrito à Administração Municipal.

11.3. A solicitação da Contratada, para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultado à Prefeitura a aplicação das penalidades previstas nesta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

11.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nesta cláusula, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao respectivo processo administrativo.

11.5. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Contratada, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da União e pela Internet, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

12.1.1. Não assinar a Ata de Registro de Preços ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta.

12.1.2. Apresentar documentação falsa.

12.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame.

12.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto.

12.1.5. Não mantiver a proposta.

12.1.6. Cometer fraude fiscal.

12.1.7. Comportar-se de modo inidôneo.



**12.2.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

**12.3.** O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**12.3.1.** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação.

**12.3.2.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante.

**12.3.3.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de até dois anos.

**12.3.4.** Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos.

**12.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

**12.5.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**12.6.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

**12.7.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**12.8.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**12.9.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

**12.10.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666, de 1993.



12.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FRAUDE E ANTICORRUPÇÃO**

13.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

13.2. A contratada deverá observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

13.3. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

13.3.1. **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato.

13.3.2. **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato.

13.3.3. **“prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos.

13.3.4. **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

13.3.5. **“prática obstrutiva”**: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

13.4. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral,



mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

**13.5.** A contratada deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

**14.1.** Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná, com referência expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**15.1.** A presente Ata de Registro de Preços será encaminhada através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo a Contratada a **impressão e assinatura do instrumento em 02 (duas) vias**, providenciando a entrega de 01 (uma) via **em até 05 (cinco) dias após o seu recebimento**. Caso o referido documento seja assinado de forma digital, enviar no e-mail oficial, **licitacao@tupassi.pr.gov.br**, ficando dispensado o envio de uma via original pelo Correio.

**15.2.** A via do instrumento destinada a Contratada, devidamente assinada pela Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada no Paço Municipal a partir de 05 (cinco) dias após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior. Caso o referido documento seja assinado de forma digital, o mesmo poderá ser acessado através do Site Oficial do Município, ficando dispensada o envio de uma via original pelo Correio.

**15.3.** A execução da Ata de Registro de Preços/Contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o inciso XII, do art. 55, do mesmo diploma legal.

**15.4.** Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital do **Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 25/2021** e a proposta da Contratada conforme estabelece a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, naquilo que não

**15.5.**

**15.6.** contrariar as presentes disposições.

**15.7.** A CONTRATADA deverá manter, enquanto vigorar a Ata de Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e



qualificação exigidas no **Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 25/2021**.

**15.8.** E por estarem justos firmam a presente Ata de Registro de Preços, juntamente com as testemunhas abaixo, para que surta todos os efeitos legais.

**Tupãssi, Estado do Paraná, 18 de outubro de 2021.**

**Contratante**

**Contratada**

**Testemunhas:**

**1º)**

**2º)**





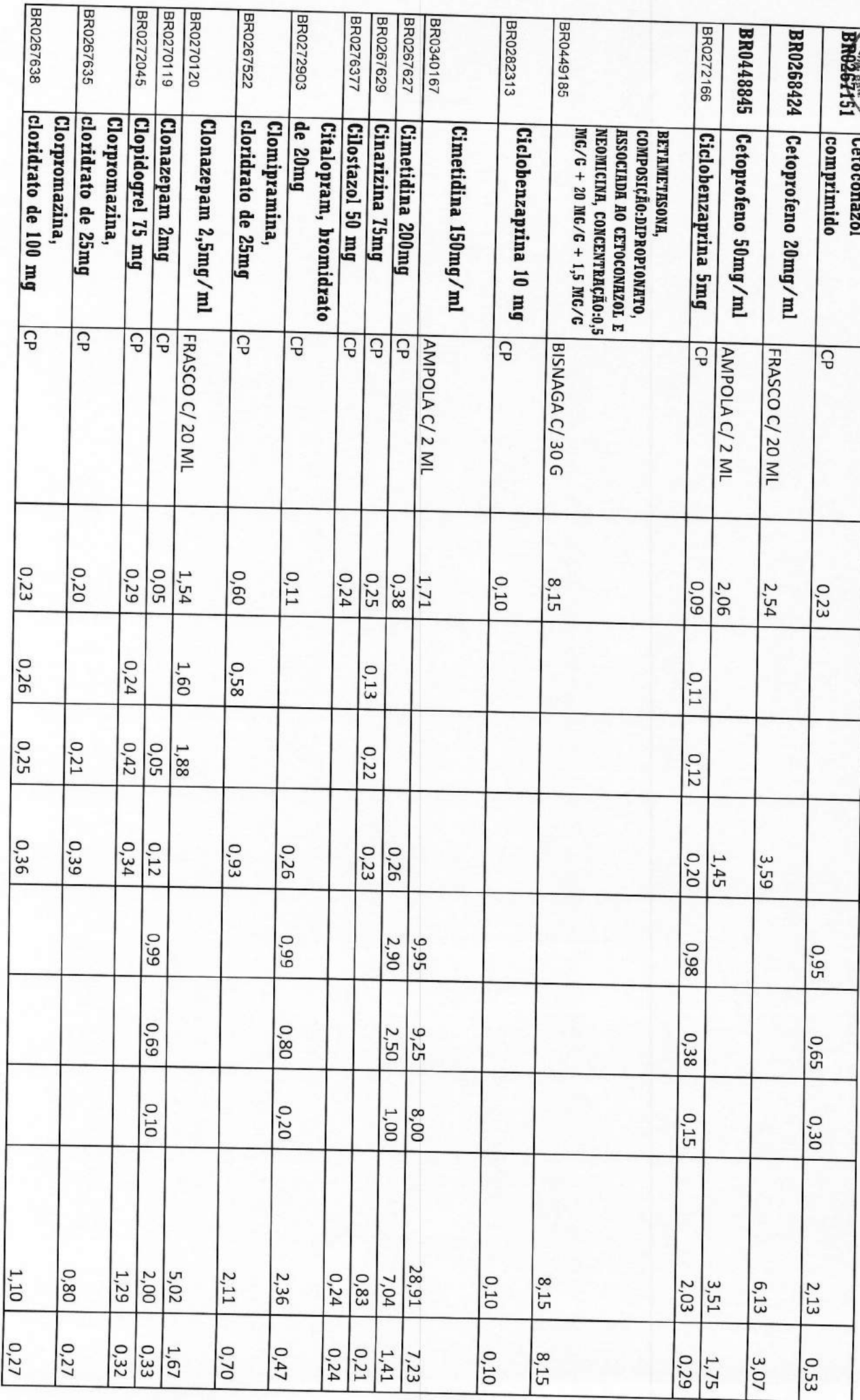
CÓDIGO BR	ESPECIFICAÇÕES DOS MEDICAMENTOS	UNIDADE	BPS MÉDIA PONDERADA	MARIPA	N.º STA ROSA	TUPASSI	TOLEMED	FONTANA	TOLESUL	MÉDIA FINAL
BR0448839	<b>Acetorofilina 10mg/ml com 120 ml</b>	FRASCO C/ 120 ML	4,00			9,44	10,20	9,20	8,00	40,84 8,17
BR0448838	<b>Acetorofilina 5mg/ml com 120 ml</b>	FRASCO C/ 120 ML	2,33		3,20	5,77	7,05	6,05	5,00	29,40 4,90
BR0355786	<b>Acetilcisteína 40 mg/ml</b>	FRASCO C/ 120 ML	7,02				10,00	9,00	8,00	34,02 8,50
BR0268375	<b>Ácido tranexâmico 50mg/g</b>	BISNAGA C/ 10 G	1,77		2,13	2,80	7,80	5,80	3,80	24,10 4,02
BR0278338	<b>250mg</b>	CP	1,12			1,56	5,85	4,85	3,00	16,38 3,28
BR0446263	<b>Ambroxol, cloridrato de 30 MG/ML</b>	FR C/ 100 ML	1,81		1,68	1,80	5,90	3,90	3,00	18,09 3,01
BR0446264	<b>Ambroxol, cloridrato de 15 MG/ML</b>	FR C/ 100 ML	1,66	1,85		1,79	6,99	4,99	4,00	21,28 3,55
BR0267511	<b>Aminofilina 100mg</b>	CP	0,05	0,06		0,11	0,65	0,35	0,14	1,36 0,23
BR0262402	<b>Aminofilina 24mg/ml</b>	AMPOLA C/ 10 ML	1,17	1,08		1,48	3,75	2,75	1,50	11,73 1,95
BR0271710	<b>Amiodarona, cloridrato de 50 mg/ml</b>	AMPOLA C/ 3 ML	1,99	1,90		2,00				5,89 1,96
BR0267512	<b>Amitriptilina, cloridrato de 25mg</b>	CP	0,09			0,17	0,90	0,50	0,25	1,91 0,38
BR0276333	<b>Amitriptilina 75 mg</b>	CP	0,21				1,00	0,80	0,60	2,61 0,65
BR0272434	<b>Anlodipino, besilato de 5mg</b>	CP	0,03			0,06	0,25	0,15	0,06	0,55 0,11
BR0284465	<b>Alprazolam 2 mg</b>	CP	0,12							0,12 0,12
BR0267140	<b>Azitromicina 500mg</b>	CP	0,92	0,71	1,60		2,25	1,90	1,35	8,73 1,45





BR0270590	<b>Betametasona, dipropionato de 5mg/ml + fosfato</b>	AMPOLA C/ 1 ML	3,20	3,05		3,07					9,32	3,11
BR0271848	<b>Bimatoprost 0,3mg/ml</b>	FRASCO C/ 3 ML	22,16		90,00	85,78					197,94	65,98
BR0270140	<b>Biperideno, cloridrato de 2mg</b>	CP	0,18	0,20	0,20		0,80	0,60	0,20		2,18	0,36
BR0268352	<b>Brimonidina, tartarato de 2mg/ml</b>	FRASCO C/ 5 ML	11,37			38,83					50,20	25,10
BR0271773	<b>Bromazepam 3mg</b>	CP	0,08	0,09		0,12					0,29	0,10
BR0269954	<b>Bromoprida 10mg</b>	CP	0,17	0,17	0,17	0,24	0,68	0,48	0,21		2,12	0,30
BR0269956	<b>Bromoprida 4mg/ml</b>	FRASCO C/ 20 ML	1,06	1,17		3,28	2,35	1,85	1,09		10,80	1,80
BR0269958	<b>Bromoprida 5mg/ml</b>	AMPOLA C/ 2 ML	1,22		1,29	1,20	3,75	3,25	2,00		12,71	2,12
BR0267618	<b>Carbamazepina 200mg</b>	CP	0,15	0,14	0,17		1,55	1,25	0,20		3,46	0,58
BR0267617	<b>Carbamazepina 400mg</b>	CP	0,36				3,86	3,26	2,00		9,48	2,37
BR0309060	<b>EXTRATO MEDICINAL, PRINCÍPIO ATIVO: CASTANHA DA ÍNDIA (AESCULUS HIPPOCASTANUM L.), 250 MG</b>	CP	0,42	0,16			0,99	0,90	0,50		2,97	0,59
BR0450891	<b>CEFTRIAXONA SÓDICA 1 G, PÓ P/ SOLUÇÃO INJETÁVEL + LIDOCAÍNA</b>	FRASCO AMP	8,40	8,30	10,90		16,25	14,25	12,80		70,90	11,82
BR0469930	<b>Ceftriaxona 500mg, Pó P/ SOLUÇÃO INJETÁVEL + LIDOCAÍNA</b>	FRASC AMP	8,14		9,00		22,25	23,25	22,50		85,14	17,03
BR0308736	<b>Cetoconazol 20mg/g (2%)</b>	BISNAGA 30 MG	4,26	2,78		4,20					11,24	3,75









COLIGENISE, APRESENTAÇÃO: ASSOCIADA COM CLORANFENICOL, CONCENTRAÇÃO: 0,6UI + 1%													
BR0270495	VITAMINAS DO COMPLEXO B, COMPOSIÇÃO BÁSICA: B1, B2, B3, B5, B6, B12	BISNAGA C/ 30 G	8,78		14,00							22,78	11,40
BR0437109	VITAMINAS DO COMPLEXO B, COMPOSIÇÃO BÁSICA: B1, B2, B3, B5, B6, B12	CP	0,03			0,08						0,11	0,05
BR0396695	VITAMINAS DO COMPLEXO B, COMPOSIÇÃO BÁSICA: B1, B2, B3, B5, B6, B12	FRASCO C/ 100 ML	1,42			3,50						4,92	2,46
BR0363088	VITAMINAS DO COMPLEXO B, COMPOSIÇÃO BÁSICA: B1, B2, B5, B6, PP	AMPOLA C/ 2 ML	1,63		0,87	1,38						3,88	1,29
BR0272782	Codeína, fosfato de 30 mg	CP	0,78									0,78	0,78
BR0267643	Dexametasona 1mg/g (0,1%)	BISNAGA C/ 10 G	0,99					2,99	1,99	1,20		7,17	1,79
BR0268243	DEXAMETASONA, DOSAGEM: 0,1 MG/ML	FRASCO C/ 100 ML	2,01	1,92		2,00						5,93	1,98
BR0321234	Dexametasona 1 mg/mL + sulfato de neomicina 3,5 mg/mL + sulfato de polimixina B 6000 unidades/mL	FRASCO C/ 5 ML	11,99									11,99	11,99
BR0292427	Dexametasona, fosfato dissódico de 4mg/ml	AMPOLA C/ 2,5 ML	1,53		0,66							2,19	1,10
Diazepam 5mg													
BR0267195		CP	0,05	0,07				1,75	0,75	0,09		2,71	0,54
BR0267197	Diazepam 10mg	CP	0,06	0,08		0,13		1,80	0,80	0,10		2,97	0,49



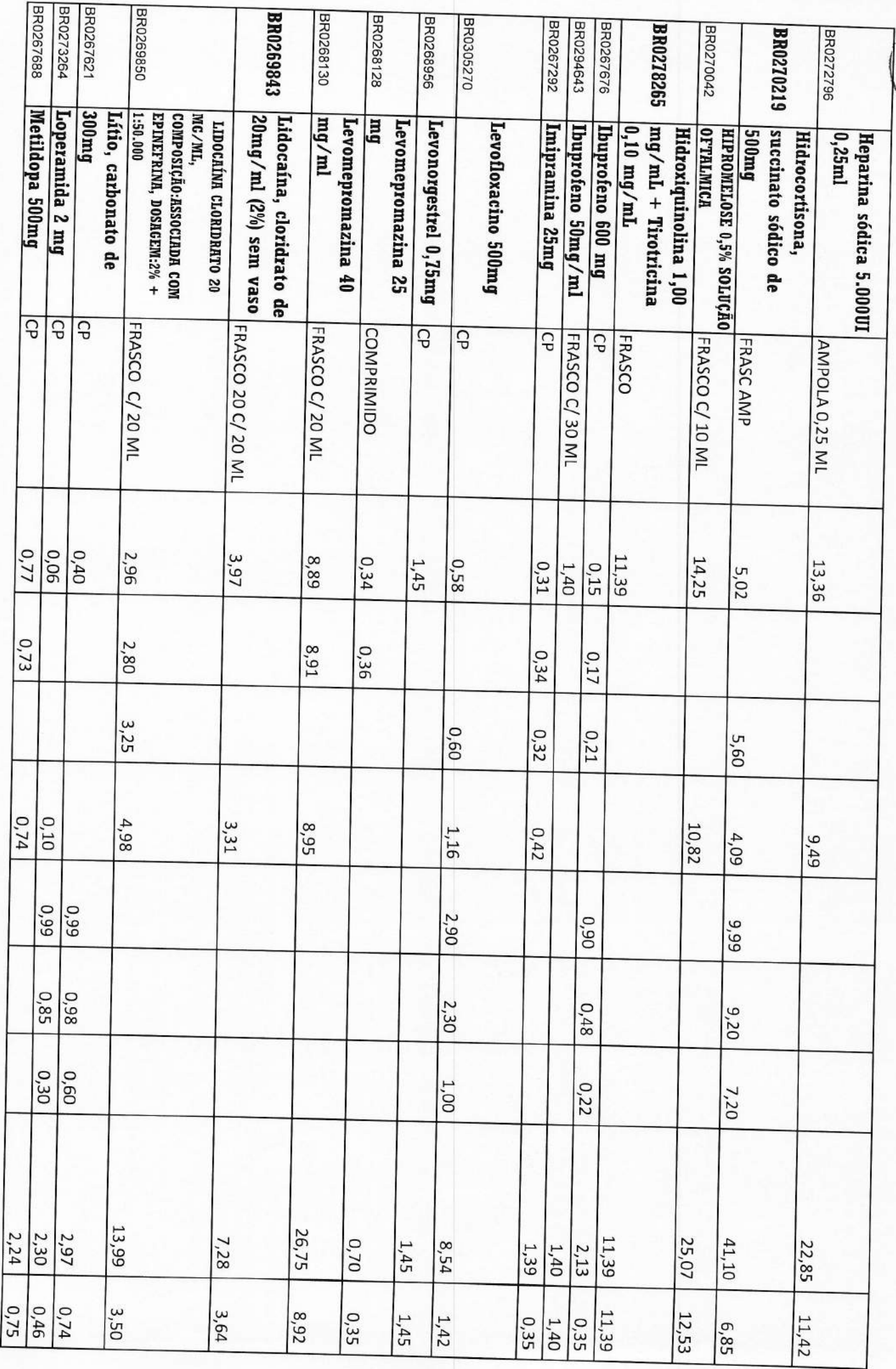


BR026794	<b>Diazepam 5mg/ml</b>	AMPOLA C/ 2 ML	0,79			0,76	4,95	3,95	2,00		12,45	2,49
	<b>Diclofenaco de sódico 75mg/ml</b>	AMPOLA C/ 3 ML	0,71			0,74	5,25	4,25	2,00		12,95	2,59
BR0448612	<b>Diclofenaco, dietilamônio 10mg/g</b>	BISNAGA C/ 60 G	2,98		3,17	5,90	8,25	6,25	4,50		31,05	5,17
BR0271000	<b>Diclofenaco de Sódico 50 mg</b>	CP	0,06	0,07			1,65	0,65	0,10		2,53	0,50
BR0273818	<b>Diosmina 450mg+ hesperidina 50mg</b>	CP	0,32			0,66	1,99	0,99	0,50		4,46	0,89
BR0268252	<b>Dipirona sódica 500mg/ml</b>	AMPOLA C/ 2 ML	0,56	0,54	0,54		3,00	2,00	1,00		7,64	1,27
<b>BR0272603</b>	<b>Dropropizina 15mg/ml</b>	FRASCO C/ 120 ML	8,47			8,20					16,67	8,33
BR0272602	<b>Dropropizina 30 mg/ml</b>	FRASCO C/ 120 ML	6,18	5,80	4,99	8,40					25,37	6,34
	<b>Enoxaparina sódica 40mg/0,4 ml **</b>											
<b>BR0448982</b>	<b>ENOXAPARINA, CONCENTRAÇÃO:100 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA:SOLUÇÃO INJETÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 1:SERINGA PREENCHIDA</b>	SERINGA PREENCHIDA	37,82			39,00	85,90	88,90	60,00		311,62	62,32
<b>BR0268255</b>	<b>Epinefrina, cloridrato ou hemitartrato de 1mg/ml</b>	AMPOLA C/ 1 ML	1,78	1,80		1,81	4,05	3,05	2,40		14,89	2,48
BR0267283	<b>Escopolamina, butilbrometo de 10mg</b>	CP	0,48	0,41		0,62	1,65	0,99	0,60		4,75	0,79



BR0270620	Escopolamina, butilbrometo de 10mg+ dipirona 250mg	CP	0,36	0,31	0,61	1,95	1,25	0,75	5,23	0,87
BR0267281	Escopolamina, butilbrometo de 10mg/ml	FRASCO C/ 20 ML	7,23		7,80	4,90	4,20	3,00	27,13	5,42
BR0270622	Escopolamina, butilbrometo de 6,67 mg/ml+ dipirona 333,4 mg/ml	FRASCO C/ 20 ML	6,65	5,24					11,89	5,94
BR0270621	Escopolamina, butilbrometo de 4mg/ml+ dipirona 500mg/ml	AMPOLA C/ 5 ML	3,04		3,38	14,90	13,90	12,80	48,02	9,60
BR0291770	Escitalopram 10 mg	CP	0,14			1,99	0,99	0,50	3,62	0,90
BR0291771	Escitalopram 20 mg	CP	0,36		0,58	2,25	1,25	0,80	5,24	1,05
BR0267657	Fenitoína sódica 100mg	CP	0,12	0,15	0,13	1,50	0,50	0,20	2,60	0,43
BR0267660	Fenobarbital 100mg	CP	0,12	0,08	0,08				0,28	0,09
BR0396471	Fenoteroi 5mg/ml	FRASCO C/ 20 ML	4,44			17,20	15,20	8,00	44,84	11,21
BR0273009	Fluoxetina, cloridrato de 20mg	CAPSULA	0,07		0,10	0,75	0,25	0,10	1,27	0,25
BR0267666	Furosemida 10mg/ml	AMPOLA C/ 2 ML	0,63	0,50	0,49	2,95	2,15	1,60	8,32	1,39
BR0305414	Furosemida 40mg	CP	0,05			0,55	0,25	0,08	1,10	0,18
BR0267670	GINKGO BILOBA 80 MG	CP	0,20		0,10	0,99	0,85	0,30	2,34	0,58
BR0267669	Haloperidol 1mg	CP	0,12						0,26	0,13
	Haloperidol 5mg	CP	0,19	0,20	0,14				0,39	0,19



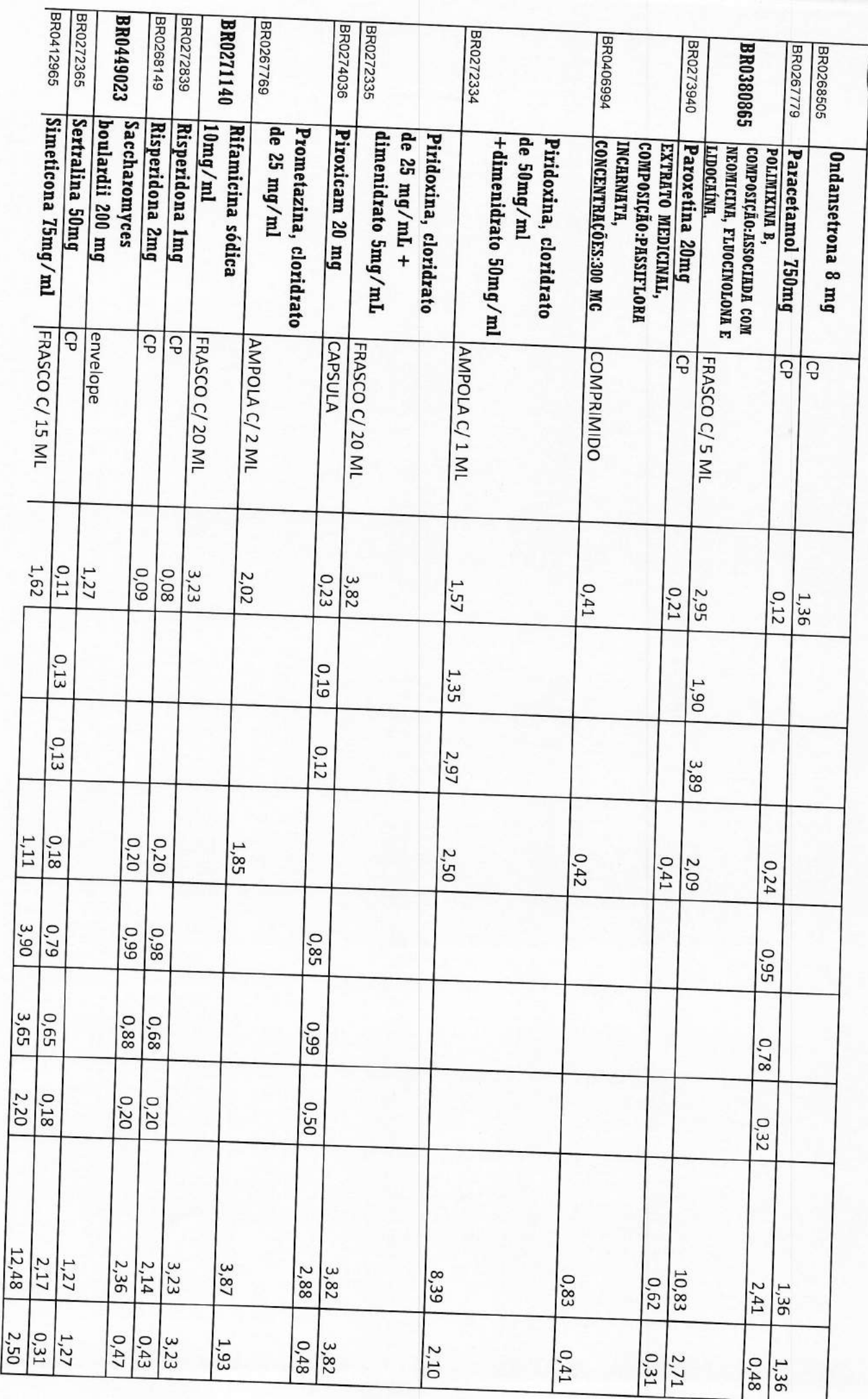






BR0433691	Metilfenidato 10mg	CP	2,65	0,31		0,69						3,65	1,22
BR0267311	Metoclopramida, cloridrato de 4 mg/ml	FRASCO C/ 10 ML	1,06		1,25							2,31	1,15
BR0267310	Metoclopramida, cloridrato de 5 mg/ml	AMPOLA C/ 2 ML	0,50		0,51	0,44						1,45	0,48
BR0276657	Metoprolol, succinato de 50mg	CP	0,44	0,43	0,73							1,60	0,53
BR0304871	Morfina, sulfato de 10mg/ml	AMPOLA C/ 1 ML	2,46	3,52		3,00	6,99	6,58	5,22			27,77	4,63
BR0273167	Neomicina, sulfato de 5mg/g+ bacitracina zincica 250UI/g	BISNAGA C/ 10 G	1,67			2,40	3,50	3,26	2,00			12,83	2,57
BR0448641	Nifedipino retard 20mg	CP	0,17	0,13		0,21	0,88	0,55	0,20			2,14	0,36
BR0273710	Nimesulida 100mg	CP	0,07			0,10	0,56	0,29	0,13			1,15	0,23
BR0273711	Nimesulida 50 mg/ml	FRASCO C/ 15 ML	1,45									1,45	1,45
BR0266788	Nistatina 25.000UI/g Crema Vaginal	BISNAGA C/ 60 G	3,43			6,20	7,95	7,52	6,60			31,70	6,34
BR0279297	Nistatina 100.000UI/g + óxido de zinco 200mg/g	BISNAGA C/ 60 G	4,80	2,60		8,20	6,30	6,90	5,00			33,80	5,63
BR0442584	Norepinefrina, hemitartrato de 2mg/ml	AMPOLA C/ 4 ML	7,57			8,60	18,05	18,90	12,00			65,12	13,02
BR0268851	Norfloxacino 400mg	CP	0,37	0,31		0,66	1,69	1,20	0,60			4,83	0,80
BR0271606	Nortriptilina, cloridrato de 25mg	CP	0,24	0,25	0,29	0,63						1,41	0,35
BR0271607	Nortriptilina, cloridrato de 75mg	CP	0,58	0,64	0,76	1,30						3,28	0,82
BR0267712	Omeprazol 20mg	CP	0,11				0,98	0,60	0,18			1,87	0,47













QUANTIDADE	VALOR TOTAL
300	2.451,00
200	980,00
400	3.400,00
200	804,00
3000	9.840,00
300	903,00
200	710,00
5000	1.150,00
50	97,50
50	98,00
5000	1.900,00
2000	1.300,00
5000	550,00
5000	600,00
2000	2.900,00

1000	3.110,00
20	1.319,60
2000	720,00
20	502,00
5000	500,00
5000	1.500,00
300	540,00
100	212,00
2000	1.160,00
2000	4.740,00
3000	1.770,00
1000	11.820,00
100	1.703,00
200	750,00





2000	1.060,00
100	307,00
1000	1.750,00
20000	5.800,00
400	3.260,00
5000	500,00
200	1.446,00
2000	2.820,00
10000	2.100,00
5000	1.200,00
10000	4.700,00
2000	1.400,00
100	167,00
10000	3.300,00
5000	1.600,00
2000	540,00
2000	540,00



ALTERAR COMPOSIÇÃO

600	6.840,00
15000	750,00
100	246,00
400	516,00
5000	3.900,00
100	179,00
200	396,00
250	2.997,50
100	110,00
2000	1.080,00
10000	4.900,00





	100	249,00
	1000	2.590,00
	1000	5.170,00
	10000	5.000,00
	60000	53.400,00
	100	127,00
	100	833,00
	250	1.585,00
	100	6.232,00
	50	124,00
	3000	2.370,00



10000	8.700,00
100	542,00
300	1.782,00
100	960,00
10000	9.000,00
20000	21.000,00
2000	860,00
2000	180,00
200	2.242,00
2000	500,00
200	278,00
2000	360,00
3000	1.740,00
2000	260,00
2000	380,00





50	571,00
100	685,00
200	2.506,00
200	2.278,00
5000	1.750,00
100	140,00
5000	1.750,00
3000	4.260,00
2000	2.900,00
5000	1.750,00
100	892,00
200	728,00
50	175,00
2000	1.480,00
5000	2.300,00
10000	7.500,00



5000	6.100,00
50	57,50
500	240,00
2000	1.060,00
50	231,50
600	1.542,00
10000	3.600,00
50000	11.500,00
100	145,00
200	1.268,00
300	1.689,00
50	651,00
1000	800,00
2000	700,00
2000	1.640,00
2000	940,00





3000	4.080,00
50000	24.000,00
200	542,00
5000	1.550,00
5000	2.050,00
100	210,00
300	1.146,00
5000	2.400,00
100	193,00
100	323,00
3000	1.290,00
15000	7.050,00
2000	2.540,00
50000	15.500,00
300	750,00

ALTERAR COMPOSIÇÃO



200	2.934,00
2000	500,00
100	390,00
10000	13.700,00
10000	2.300,00
386.175,60	







CEAF - Componente Especializado X  
horas.saude.gov.br/proc/psa X  
Email - endereco.juridico@saude.gov.br X  
BPS - Banco de Preços em São Paulo X  
19/04/2021  
19/10/2021

# RESULTADO

Mostrar 20 v

Módulo 20 v																	
DADOS DO ITEM																	
CÓDIGO BR	DESCRIÇÃO CANTAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	GERENTE	DATA COMPRA	MODALIDADE DA COMPRA	DATA HABILITAÇÃO	TIPO COMPRA	DADOS DO FORNECEDOR		DADOS DA INSTITUIÇÃO				VALORES			
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE
								FAB									





CEAF - Componente Especializado: X [honorarios.gov.br/honorarios](#) X Email - endereço eletrônico: X [bpf - Banco de Preços em São Paulo](#) X

[bpf.saude.gov.br/dados/compras/publicar/dados/geral/index.jsf](#)

RESULTADO

8348-01-00001 BPS

Mostrar 20 v

DADOS DO ITEM																	
DADOS DA COMPRA										DADOS DO FABRICANTE/FORNECEDOR							
CODIGO BR	DESCRIÇÃO CATTAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	GERENCO	DATA COMPARA	MODALIDADE DA COMPRA	DATA INSCRIÇÃO	TIPO COMPRA	FABRICANTE	FORNECEDOR	DADOS DA INSTITUIÇÃO			VALORES				
										INOME DA INSTITUIÇÃO	MUNICIPIO	UF	QTD OTIMIZADA	PREÇO UNITARIO	PREÇO CRED - REGULAR	COMPETENCIA CRED	MEDIA PONDERADA
B044833	ACERBOLINA, CONCENTRAÇÃO 0,1% MG/ML, FORMA FARMACÉUTICA XAROPÉ	FRASCO 100,00 ML	Não	14/07/2021	Pregão	27/07/2021	A	IND. COM. ANT. MEDICINA ESPECIALIZADA LTDA	ANDRE MESSINI	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA	PRESENTE	PR	1	1,0000	N/A	N/A	1,0000
B044833	ACERBOLINA, CONCENTRAÇÃO 0,1% MG/ML, FORMA FARMACÉUTICA XAROPÉ	FRASCO 120,00 ML	Não	16/05/2021	Pregão	26/05/2021	A	PRAT. S. DOMIZZI E CIA LTDA	ALFALOGS LTDA	MUNICÍPIO DE ITAUCI	MAÇARI	MG	1000	3,3190	N/A	N/A	4,0038
B044833	ACERBOLINA, CONCENTRAÇÃO 0,1% MG/ML, FORMA FARMACÉUTICA XAROPÉ	FRASCO 120,00 ML	Não	18/05/2021	Pregão	28/05/2021	J	PRAT. S. DOMIZZI E CIA LTDA	FORCE FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FAJDE	APARECIDA DO TABOADO	MS	900	3,3900	N/A	N/A	4,2178
B044833	ACERBOLINA, CONCENTRAÇÃO 0,1% MG/ML, FORMA FARMACÉUTICA XAROPÉ	FRASCO 120,00 ML	Sim	07/05/2021	Pregão	18/05/2021	A	CHED INDUSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA	CHED INDUSTRIA DE MEDICAMENTOS	CONSORCIO INTERMUNICIPAL CARABENES, CACABENES, CACABENES	FLORENDOLE	SC	89130	3,7800	23,2000	10/2021	4,0038
B044833	ACERBOLINA, CONCENTRAÇÃO 0,1% MG/ML, FORMA FARMACÉUTICA XAROPÉ	FRASCO 120,00 ML	Sim	03/05/2021	Pregão	19/07/2021	A	BRANFARMA INDUSTRIA QUIMICA E FARMACUTICA S.A.	CENTRUM INDUSTRIA DE PRODUTOS DE HIGIENE E SAÚDE	MUNICÍPIO DE PATO BRANCO	PATO BRANCO	PR	300	3,8000	24,0700	10/2021	4,0038
B044833	ACERBOLINA, CONCENTRAÇÃO 0,1% MG/ML, FORMA FARMACÉUTICA XAROPÉ	FRASCO 120,00 ML	Não	12/05/2021	Pregão	23/07/2021	A	BRANFARMA INDUSTRIA QUIMICA E FARMACUTICA S.A.	CENTRUM INDUSTRIA DE PRODUTOS DE HIGIENE E SAÚDE	MUNICÍPIO DE TAMBAU	TAMBAU	SP	1500	3,3900	N/A	N/A	4,0038
B044833	ACERBOLINA, CONCENTRAÇÃO 0,1% MG/ML, FORMA FARMACÉUTICA XAROPÉ	FRASCO 120,00 ML	Sim	15/08/2021	Pregão	01/10/2021	A	CHED INDUSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA	CHED INDUSTRIA DE MEDICAMENTOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPO MORIBO	CAPO MORIBO	PR	10000	3,3000	17,4182	10/2021	4,0038
B044833	ACERBOLINA, CONCENTRAÇÃO 0,1% MG/ML, FORMA FARMACÉUTICA XAROPÉ	FRASCO 120,00 ML	Não	30/07/2021	Pregão	03/08/2021	A	PRAT. S. DOMIZZI E CIA LTDA	CENTRUM INDUSTRIA DE PRODUTOS DE HIGIENE E SAÚDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIZINHOS	DOS VIZINHOS	PR	1000	4,1000	N/A	N/A	4,0038
B044833	ACERBOLINA, CONCENTRAÇÃO 0,1% MG/ML, FORMA FARMACÉUTICA XAROPÉ	FRASCO 120,00 ML	Sim	05/07/2021	Pregão	14/05/2021	A	BRANFARMA INDUSTRIA QUIMICA E FARMACUTICA S.A.	CENTRUM INDUSTRIA DE PRODUTOS DE HIGIENE E SAÚDE	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO RIO TAQUARI - CONSIG. VRT	LALEAO	RS	800	4,1000	24,0700	10/2021	4,0038
B044833	ACERBOLINA, CONCENTRAÇÃO 0,1% MG/ML, FORMA FARMACÉUTICA XAROPÉ	FRASCO 120,00 ML	Sim	30/07/2021	Pregão	26/08/2021	A	BRANFARMA INDUSTRIA QUIMICA E FARMACUTICA S.A.	CENTRUM INDUSTRIA DE PRODUTOS DE HIGIENE E SAÚDE	MUNICÍPIO DE SÃO MATÉIS DO SUL	SÃO MATÉIS DO SUL	PR	800	4,1400	24,0700	10/2021	4,0038
B044833	ACERBOLINA, CONCENTRAÇÃO 0,1% MG/ML, FORMA FARMACÉUTICA XAROPÉ	FRASCO 120,00 ML	Sim	17/08/2021	Pregão	04/08/2021	A	BRANFARMA INDUSTRIA QUIMICA E FARMACUTICA S.A.	CENTRUM INDUSTRIA DE PRODUTOS DE HIGIENE E SAÚDE	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO PARANAÍCA	ASSIS	SP	3014	4,2000	22,4300	10/2021	4,0038



CEf - Componente Especializado X [Home](#) [saude.gov.br/procure/pag](#) X [Email - endereço jaqueline toni](#) X [BPS - Banco de Preços em São](#) X +

# RESULTADO

Exibir 20 v

Exibir 100

Exibir 100

DADOS DO ITEM																		
CÓDIGO BR	DESCRIÇÃO CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	GERENCIO	DATA COMPRA	MODALIDADE DA COMPRA	DATA INSCRIÇÃO	TIPO COMPRA	DADOS DO FABRICANTE/FORNECEDOR				DADOS DA INSTITUIÇÃO				VALORES		
								FABRICANTE	FORNECEDOR	NOME DA INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	UF	QTD ITENS COMPARADOS	PREÇO UNITÁRIO	CARD - PREÇO RESULTADO	COMPETÊNCIA CARD	MÉDIA PONDERADA	
BR035786	AGETLSTENIA, CONCENTRAÇÃO 40 MG/ML, FÓRMULA FARMACÉUTICA XAROPE	FRASCO 120.00 ML	Não	02/07/2021	Pregão	11/10/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACÉUTICA LTDA	A. O. KEMEN E CIA LTDA	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO	CANÓVIAS	SC	500	6.600	27.7100	10/2021	7.0392	
BR035786	AGETLSTENIA, CONCENTRAÇÃO 40 MG/ML, FÓRMULA FARMACÉUTICA XAROPE	FRASCO 100.00 ML	Não	05/09/2021	Pregão	05/10/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACÉUTICA LTDA	COMERCIAL UNIK - ME	MUNICÍPIO DE PACATU	PACATU	SP	1000	6.700	30.6900	10/2021	7.6920	
BR035786	AGETLSTENIA, CONCENTRAÇÃO 40 MG/ML, FÓRMULA FARMACÉUTICA XAROPE	FRASCO 120.00 ML	Sim	14/07/2021	Pregão	27/07/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACÉUTICA LTDA	IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS DO OESTE E NOROESTE DO BRASIL	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE E NOROESTE DO BRASIL	PRUDENTE	SP	4050	6.920	28.2000	10/2021	7.0292	
BR035786	AGETLSTENIA, CONCENTRAÇÃO 40 MG/ML, FÓRMULA FARMACÉUTICA XAROPE	FRASCO 120.00 ML	Sim	07/05/2021	Pregão	18/09/2021	A	ENS S/A	GRUPOS & GRUPOS LTDA - ME	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO CEARÁ	FLORIANÓPOLIS	SC	47120	7.089	31.6700	10/2021	7.0252	
BR035786	AGETLSTENIA, CONCENTRAÇÃO 40 MG/ML, FÓRMULA FARMACÉUTICA XAROPE	FRASCO 80.00 ML	Não	28/04/2021	Pregão	21/09/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACÉUTICA LTDA	A.C. CORREIO FARMACÊUTICA DE BÉL	MUNICÍPIO DE SAÚDE	NOVO REPARTIMENTO	PA	4000	7.340	30.1500	10/2021	7.6620	
BR035786	AGETLSTENIA, CONCENTRAÇÃO 40 MG/ML, FÓRMULA FARMACÉUTICA XAROPE	FRASCO 120.00 ML	Sim	22/09/2021	Pregão	27/09/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACÉUTICA LTDA	IMM MED COMERCIO DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA - ME	AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RACIARI	RACIARI	PR	15	8.1500	30.5900	10/2021	7.0292	
BR035786	AGETLSTENIA, CONCENTRAÇÃO 40 MG/ML, FÓRMULA FARMACÉUTICA XAROPE	FRASCO 120.00 ML	Não	30/04/2021	Pregão	23/09/2021	A	LEGIAN FARMACIA INDUSTRIA FARMACÉUTICA LTDA	FRAGIARI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	MUNICÍPIO DE BATE	BATE	SP	12	8.3700	32.3100	10/2021	7.0292	
BR035786	AGETLSTENIA, CONCENTRAÇÃO 40 MG/ML, FÓRMULA FARMACÉUTICA XAROPE	FRASCO 120.00 ML	Não	01/07/2021	Dispensa de Pregão	20/10/2021	A	LEGIAN FARMACIA INDUSTRIA FARMACÉUTICA LTDA	CANUSICA OLIVEIRO - EIRELI - EPP	MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO ARAUJO	SANTO ANTONIO DO ARAUJO	SP	50	9.3000	32.3100	10/2021	7.0292	
BR035786	AGETLSTENIA, CONCENTRAÇÃO 40 MG/ML, FÓRMULA FARMACÉUTICA XAROPE	FRASCO 120.00 ML	Não	07/07/2021	Pregão	21/09/2021	A	LEGIAN FARMACIA INDUSTRIA FARMACÉUTICA LTDA	EXCLUSIVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO ARAUJO	PIMENTA BUENO	RO	300	11.2700	32.0800	10/2021	7.0292	
BR035786	AGETLSTENIA, CONCENTRAÇÃO 40 MG/ML, FÓRMULA FARMACÉUTICA XAROPE	FRASCO 120.00 ML	Sim	14/09/2021	Pregão	24/09/2021	A	EUROFARM INDUSTRIA FARMACÉUTICA LTDA	REPERIS DISTRIBUIDORA LTDA	MUNICÍPIO DE COTIA	COTIA	SP	1400	15.9600	27.2700	10/2021	7.0292	

Mostrando 1 a 11 de 11 registros(s)





PERICUDO  
Data de compra  
19/04/2021  
Data de entrega  
19/10/2021

Data de entrega  
19/10/2021

19/10/2021

RF 3111301

Sua de Desce BPS

Mostrar 20

DADOS DO ITEM				DADOS DA COMPRA				DADOS DO FABRICANTE/FORNECEDOR				DADOS DA INSTITUIÇÃO				VALORES			
CODIGO BR	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE	GENÉRICO	DATA	MONITORIA	DATA	TPO	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	NOVA DA	MUNICÍPIO	UF	QTD ITENS	PREÇO	VALOR	COMETIDA	MÉDIA
CATMAT	COMPRIMENTO	COMPRIMENTO	COMPRIMENTO	COMPRIMENTO	COMPRIMENTO	COMPRIMENTO	COMPRIMENTO	COMPRIMENTO	COMPRIMENTO	COMPRIMENTO	COMPRIMENTO	COMPRIMENTO	COMPRIMENTO	COMPRIMENTO	COMPRIMENTO	COMPRIMENTO	COMPRIMENTO	COMPRIMENTO	COMPRIMENTO
BPS028375	ACOLVIR	BPSMGA 10.00 G	SM	28/04/2021	Preço	05/07/2021	A	PRATI DONAUZZI	PRATI DONAUZZI	PRATI DONAUZZI	PRATI DONAUZZI	FUNDO MUNICIPAL	PALMERAS	PI	500	0.0316	15.1400	10/02/21	1.7781
BPS028375	ACOLVIR	BPSMGA 10.00 G	SM	13/08/2021	Preço	13/10/2021	A	PRATI DONAUZZI	PRATI DONAUZZI	PRATI DONAUZZI	PRATI DONAUZZI	SECRETARIA DA	PORTO ALEGRE	RS	68540	0.2200	15.7704	10/02/21	1.7781
BPS028375	ACOLVIR	BPSMGA 10.00 G	SM	16/08/2021	Preço	16/07/2021	A	PRATI DONAUZZI	PRATI DONAUZZI	PRATI DONAUZZI	PRATI DONAUZZI	FUNDO MUNICIPAL	FLOMANOPOLIS	SC	16090	1.2000	15.5516	10/02/21	1.7781
BPS028375	ACOLVIR	BPSMGA 10.00 G	SM	28/06/2021	Preço	28/06/2021	A	PRATI DONAUZZI	PRATI DONAUZZI	PRATI DONAUZZI	PRATI DONAUZZI	MUNICÍPIO DE	JAGUARUNA	SP	900	1.7770	N/A	N/A	1.7781
BPS028375	ACOLVIR	BPSMGA 10.00 G	SM	27/08/2021	Preço	03/09/2021	A	PRATI DONAUZZI	PRATI DONAUZZI	PRATI DONAUZZI	PRATI DONAUZZI	MUNICÍPIO DE	JAGUARUNA	PR	2208	1.7400	15.7704	10/02/21	1.7781
BPS028375	ACOLVIR	BPSMGA 10.00 G	SM	09/07/2021	Preço	14/09/2021	A	PRATI DONAUZZI	PRATI DONAUZZI	PRATI DONAUZZI	PRATI DONAUZZI	CONSORCIO	LAGEADO	RS	14020	1.7500	15.7704	10/02/21	1.7781
BPS028375	ACOLVIR	BPSMGA 10.00 G	SM	09/08/2021	Preço	13/07/2021	A	PRATI DONAUZZI	PRATI DONAUZZI	PRATI DONAUZZI	PRATI DONAUZZI	CONSORCIO	VAL DO PARAÍSO	SC	1100	1.7500	15.5516	10/02/21	1.7781
BPS028375	ACOLVIR	BPSMGA 10.00 G	SM	07/05/2021	Preço	13/09/2021	A	PRATI DONAUZZI	PRATI DONAUZZI	PRATI DONAUZZI	PRATI DONAUZZI	MUNICÍPIO DE	FLOMANOPOLIS	SC	43500	1.7500	15.5516	10/02/21	1.7781
BPS028375	ACOLVIR	BPSMGA 10.00 G	SM	22/07/2021	Preço	16/07/2021	A	PRATI DONAUZZI	PRATI DONAUZZI	PRATI DONAUZZI	PRATI DONAUZZI	MUNICÍPIO DE	SÃO JOSÉ DOS	PR	2400	1.7500	15.7704	10/02/21	1.7781





CEAF - Componente Especificidade: X [horus.saude.gov.br/horus-pes](https://horus.saude.gov.br/horus-pes) X Email - endereço Aquilino toni: X BPS - Bins de Preços em São: X

19/04/2021

<https://horus.saude.gov.br/horus-pes>

19/10/2021

RESULTADO

Processo: Bins - 895

Módulo 20 - V																																									
DADOS DO ITEM										DADOS DA COMPRA										DADOS DO FABRICANTE/FORNECEDOR										DADOS DA INSTITUIÇÃO						VALORES					
CÓDIGO BR	DESCRIÇÃO CATALAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	GENÉRICO	DATA COMPRA	MODALIDADE DA COMPRA	DATA INSCRIÇÃO	TIPO COMPRA	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FORNECEDOR	SOCIEDADE	INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	UF	CIDTENS COMPRADOS	PREÇO UNITÁRIO	VALOR CRED - PREÇO RIGIDO	PREÇO CRED - PREÇO RIGIDO	COMPETÊNCIA CRED	COMPETÊNCIA CRED	MÉDIA	PREÇO CRED - PREÇO RIGIDO	PREÇO CRED - PREÇO RIGIDO	COMPETÊNCIA CRED	COMPETÊNCIA CRED	MÉDIA														
B0044263	AMPROXOL COMPOSIÇÃO SAL CLORIDRATO 6 MG/ML, FORMULA FARMACÊUTICA XAROPE	FRASCO 100,00 ML	SM	09/04/2021	Pregão	13/07/2021	A	FARMACEUTICA CASERENSE LTDA	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NERD VALE DO ITAJAÍ	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NERD VALE DO ITAJAÍ	INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NERD VALE DO ITAJAÍ	INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NERD VALE DO ITAJAÍ	INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NERD VALE DO ITAJAÍ	INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NERD VALE DO ITAJAÍ	SC	40700	0,0175	9,7523	10/2/21	1,8100																					
B0044263	AMPROXOL COMPOSIÇÃO SAL CLORIDRATO 6 MG/ML, FORMULA FARMACÊUTICA XAROPE	FRASCO 100,00 ML	Não	28/04/2021	Pregão	05/07/2021	A	FARMACEUTICA CASERENSE LTDA	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NERD VALE DO ITAJAÍ	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NERD VALE DO ITAJAÍ	INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NERD VALE DO ITAJAÍ	INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NERD VALE DO ITAJAÍ	INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NERD VALE DO ITAJAÍ	INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NERD VALE DO ITAJAÍ	PI	5000	0,0255	N/A	N/A	1,8100																					
B0044263	AMPROXOL COMPOSIÇÃO SAL CLORIDRATO 6 MG/ML, FORMULA FARMACÊUTICA XAROPE	FRASCO 100,00 ML	Não	23/04/2021	Pregão	30/08/2021	A	FARMACEUTICA CASERENSE LTDA	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NERD VALE DO ITAJAÍ	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NERD VALE DO ITAJAÍ	INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NERD VALE DO ITAJAÍ	INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NERD VALE DO ITAJAÍ	INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NERD VALE DO ITAJAÍ	INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NERD VALE DO ITAJAÍ	PR	2200	1,8450	26,5400	10/2/21	1,8100																					
B0044263	AMPROXOL COMPOSIÇÃO SAL CLORIDRATO 6 MG/ML, FORMULA FARMACÊUTICA XAROPE	FRASCO 100,00 ML	Não	23/04/2021	Pregão	23/08/2021	A	FARMACEUTICA CASERENSE LTDA	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NERD VALE DO ITAJAÍ	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NERD VALE DO ITAJAÍ	INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NERD VALE DO ITAJAÍ	INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NERD VALE DO ITAJAÍ	INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NERD VALE DO ITAJAÍ	INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NERD VALE DO ITAJAÍ	PR	210	1,6590	24,1100	10/2/21	1,8100																					
B0044263	AMPROXOL COMPOSIÇÃO SAL CLORIDRATO 6 MG/ML, FORMULA FARMACÊUTICA XAROPE	FRASCO 100,00 ML	SM	24/07/2021	Pregão	24/06/2021	A	FARMACEUTICA CASERENSE LTDA	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NERD VALE DO ITAJAÍ	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NERD VALE DO ITAJAÍ	INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NERD VALE DO ITAJAÍ	INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NERD VALE DO ITAJAÍ	INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NERD VALE DO ITAJAÍ	INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NERD VALE DO ITAJAÍ	SP	3600	1,6500	8,1222	10/2/21	1,8100																					
B0044263	AMPROXOL COMPOSIÇÃO SAL CLORIDRATO 6 MG/ML, FORMULA FARMACÊUTICA XAROPE	FRASCO 100,00 ML	Não	07/09/2021	Pregão	01/09/2021	A	FARMACEUTICA CASERENSE LTDA	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NERD VALE DO ITAJAÍ	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NERD VALE DO ITAJAÍ	INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NERD VALE DO ITAJAÍ	INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NERD VALE DO ITAJAÍ	INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NERD VALE DO ITAJAÍ	INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NERD VALE DO ITAJAÍ	PR	200	1,1500	24,1100	10/2/21	1,8100																					
B0044263	AMPROXOL COMPOSIÇÃO SAL CLORIDRATO 6 MG/ML, FORMULA FARMACÊUTICA XAROPE	FRASCO 120,00 ML	SM	16/07/2021	Pregão	21/07/2021	A	FARMACEUTICA CASERENSE LTDA	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NERD VALE DO ITAJAÍ	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NERD VALE DO ITAJAÍ	INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NERD VALE DO ITAJAÍ	INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NERD VALE DO ITAJAÍ	INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NERD VALE DO ITAJAÍ	INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NERD VALE DO ITAJAÍ	PR	800	1,8550	14,1593	10/2/21	1,8100																					

DADOS DO ITEM				DADOS DA COMPRA				DADOS DO FABRICANTE/FORNECEDOR				DADOS DA INSTITUÇÃO				VALORES			
CÓDIGO BR	RESCOLTA CATAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	GERENCO	DATA COMPRA	MODALIDADE DA COMPRA	DATA INSCRIÇÃO	TIPO COMPRA	FABRICANTE	FORNECEDOR	NOME DA INSTITUÇÃO	MUNICÍPIO	UF	QTD ITENS COMPRADOS	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO RIGULADO	COMPETIÇÃO CME	MÉDIA PONDERADA		
BRI44234	AMERONOL COMPOSTO S&L CONCENTRADO 3 LEGAL, FORMAL FARMACEUTICA-XAHOPE	FRASCO 100,00 ML	SM	10/05/2021	Pregão	08/07/2021	A	FABRACE - INDUSTRIA QUIMICO-FARMACEUTICA CEARENSE LTDA	CHITRESELA COOPROD DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO ESTADO VALE DO PARAIBA	BLUMENAU	SC	537125	0,0195	6,7157	10/2021	1,6540		
BRI44235	AMERONOL COMPOSTO S&L CONCENTRADO 3 LEGAL, FORMAL FARMACEUTICA-XAHOPE	FRASCO 100,00 ML	Não	28/01/2021	Pregão	05/07/2021	A	FABRACE - INDUSTRIA QUIMICO-FARMACEUTICA CEARENSE LTDA	DESTILADO DE ALCOOL E REPRESENTACOES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALMEIRAS - FPM	PALMEIRAS	PI	5068	0,0338	27,7760	10/2021	1,6540		
BRI44236	AMERONOL COMPOSTO S&L CONCENTRADO 3 LEGAL, FORMAL FARMACEUTICA-XAHOPE	FRASCO 100,00 ML	SM	10/05/2021	Pregão	26/09/2021	A	FABRACE - INDUSTRIA QUIMICO-FARMACEUTICA CEARENSE LTDA	ALFAPIED COOPROD AGRICOLA DE PRODUTOS DE SADE E ALIMENTOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SALVADOR DE SAO FELIX	SALVADOR DE SAO FELIX	PE	2560	1,4000	9,4500	10/2021	1,6540		
BRI44237	AMERONOL COMPOSTO S&L CONCENTRADO 3 LEGAL, FORMAL FARMACEUTICA-XAHOPE	FRASCO 100,00 ML	SM	15/06/2021	Pregão	01/07/2021	A	FABRACE - INDUSTRIA QUIMICO-FARMACEUTICA CEARENSE LTDA	COMERCIAL CERUPICA PROCLARENSE LTDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAIRO MOIRAO	CAIRO MOIRAO	PR	19090	1,4980	6,7198	10/2021	1,6540		
BRI44238	AMERONOL COMPOSTO S&L CONCENTRADO 3 LEGAL, FORMAL FARMACEUTICA-XAHOPE	FRASCO 120,00 ML	SU	12/05/2021	Pregão	26/07/2021	A	FABRACE - INDUSTRIA QUIMICO-FARMACEUTICA CEARENSE LTDA	PROTEINARIAS E ALIMENTOS COMERCIAIS LTDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARA	GUARA	PR	2030	1,5300	8,3023	10/2021	1,6590		
BRI44239	AMERONOL COMPOSTO S&L CONCENTRADO 3 LEGAL, FORMAL FARMACEUTICA-XAHOPE	FRASCO 100,00 ML	SM	28/04/2021	Pregão	30/09/2021	A	FABRACE - INDUSTRIA QUIMICO-FARMACEUTICA CEARENSE LTDA	CEBRICA HORTIFRUTO LTDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUIZ DE FORA	MAZARAO	PR	2200	1,5440	6,7098	10/2021	1,6540		
BRI44240	AMERONOL COMPOSTO S&L CONCENTRADO 3 LEGAL, FORMAL FARMACEUTICA-XAHOPE	FRASCO 100,00 ML	SM	17/05/2021	Pregão	04/09/2021	A	FABRACE - INDUSTRIA QUIMICO-FARMACEUTICA CEARENSE LTDA	VALINHARMA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO PARAIBA-VALINHARMA	ASSIS	SP	37140	1,6500	6,1877	10/2021	1,6540		
BRI44241	AMERONOL COMPOSTO S&L CONCENTRADO 3 LEGAL, FORMAL FARMACEUTICA-XAHOPE	FRASCO 100,00 ML	SM	03/09/2021	Pregão	30/09/2021	A	FABRACE - INDUSTRIA QUIMICO-FARMACEUTICA CEARENSE LTDA	USFREDORA HOSPITALAR - FRED	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LOBATO	LOBATO	PR	800	1,4200	8,3853	10/2021	1,5590		
BRI44242	AMERONOL COMPOSTO S&L CONCENTRADO 3 LEGAL, FORMAL FARMACEUTICA-XAHOPE	FRASCO 100,00 ML	SM	27/05/2021	Pregão	03/09/2021	A	FABRACE - INDUSTRIA QUIMICO-FARMACEUTICA CEARENSE LTDA	CENTREDS - COOPROD DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAUDE DE APICABANA	APICABANA	PR	9510	1,4400	8,7096	10/2021	1,5540		
BRI44243	AMERONOL COMPOSTO S&L CONCENTRADO 3 LEGAL, FORMAL FARMACEUTICA-XAHOPE	FRASCO 100,00 ML	SM	02/07/2021	Pregão	11/10/2021	A	FABRACE - INDUSTRIA QUIMICO-FARMACEUTICA CEARENSE LTDA	CENTREDS - COOPROD DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DE CAMOIMAS	SC	13550	1,6500	6,5157	10/2021	1,5540			





CEAF - Componente Especializado X [homus.saude.gov.br/homus/pes](http://homus.saude.gov.br/homus/pes) X Email - endereço.jaqueline.toni X

BP5 - Banco de Preços em Salu X +

[homus.saude.gov.br/homus/pes](http://homus.saude.gov.br/homus/pes)

RESULTADO

Item 22 Dado: BP5

Mostrar 20

DADOS DO ITEM				DADOS DA COMPRA				DADOS DO FABRICANTE/FORNECEDOR				DADOS DA INSTITUIÇÃO				VALORES			
CODIGO BR	DESCRIÇÃO CATAFAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	GERERICO	DATA COMPRA	MODALIDADE DA COMPRA	DATA MENSURAÇÃO	TIPO COMPRA	FABRICANTE	FORNECEDOR	HOME DA INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	UF	QTD ITENS COMPRADOS	PREÇO UNITÁRIO	CHAMADO PREÇO RESULTADO	COMPRÉTIMO CÍVIL	MEIA PODERADA		
BR027511	AMINOGLUTAMATO DE SÓDIO 100 MG	COMPRIMIDO	Não	28/02/2021	Pregão	02/02/2021	A	FARMACEUTICA PARANAITA CEARENSE LTDA	DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMEIRAS - PI	PALMEIRAS	PI	12300	R\$ 0,017	N/A	N/A	0,0554		
BR027511	AMINOGLUTAMATO DE SÓDIO 100 MG	COMPRIMIDO	Sim	07/05/2021	Pregão	19/05/2021	A	FARMACIA FARMACÊUTICA	FARMACIA FARMACÊUTICA	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO RIO TIO	FLORIANÓPOLIS	SC	134825	R\$ 0,0075	0,0739	10/2021	0,0554		
BR027511	AMINOGLUTAMATO DE SÓDIO 100 MG	COMPRIMIDO	Sim	10/05/2021	Pregão	08/07/2021	A	FARMACIA FARMACÊUTICA	FARMACIA FARMACÊUTICA	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO RIO TIO	BLUMENAU	SC	168000	R\$ 0,0090	0,0739	10/2021	0,0554		
BR027511	AMINOGLUTAMATO DE SÓDIO 100 MG	COMPRIMIDO	Sim	05/07/2021	Pregão	14/05/2021	A	FARMACIA FARMACÊUTICA	FARMACIA FARMACÊUTICA	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO RIO TIO	LAJEADO	RS	131000	R\$ 0,0500	0,0739	10/2021	0,0554		
BR027511	AMINOGLUTAMATO DE SÓDIO 100 MG	COMPRIMIDO	Não	12/05/2021	Pregão	28/07/2021	A	FARMACIA FARMACÊUTICA	FARMACIA FARMACÊUTICA	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO RIO TIO	TUBARÃO	SP	25000	R\$ 0,0548	N/A	N/A	0,0554		
BR027511	AMINOGLUTAMATO DE SÓDIO 100 MG	COMPRIMIDO	Sim	17/06/2021	Pregão	04/09/2021	A	FARMACIA FARMACÊUTICA	FARMACIA FARMACÊUTICA	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO RIO TIO	ASPINHEIROS	SP	352000	R\$ 0,0590	0,0714	10/2021	0,0554		
BR027511	AMINOGLUTAMATO DE SÓDIO 100 MG	COMPRIMIDO	Sim	20/07/2021	Pregão	08/09/2021	A	FARMACIA FARMACÊUTICA	FARMACIA FARMACÊUTICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMEIRAS - PI	DOIS IRMÃOS	PI	20000	R\$ 0,0580	0,0739	10/2021	0,0554		
BR027511	AMINOGLUTAMATO DE SÓDIO 100 MG	COMPRIMIDO	Não	14/08/2021	Pregão	24/09/2021	A	FARMACIA FARMACÊUTICA	FARMACIA FARMACÊUTICA	MUNICÍPIO DE COTIA	COTIA	SP	100000	R\$ 0,0500	N/A	N/A	0,0554		
BR027511	AMINOGLUTAMATO DE SÓDIO 100 MG	COMPRIMIDO	Sim	02/07/2021	Pregão	11/10/2021	A	FARMACIA FARMACÊUTICA	FARMACIA FARMACÊUTICA	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO RIO TIO	CANDIÓIAS	SC	123500	R\$ 0,0560	0,0739	10/2021	0,0554		
BR027511	AMINOGLUTAMATO DE SÓDIO 100 MG	COMPRIMIDO	Sim	01/06/2021	Pregão	19/07/2021	A	FARMACIA FARMACÊUTICA	FARMACIA FARMACÊUTICA	MUNICÍPIO DE PATO BRANCO	PATO BRANCO	PI	10000	R\$ 0,0600	0,0739	10/2021	0,0554		
BR027511	AMINOGLUTAMATO DE SÓDIO 100 MG	COMPRIMIDO	Sim	09/06/2021	Pregão	31/08/2021	A	FARMACIA FARMACÊUTICA	FARMACIA FARMACÊUTICA	MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO	RIBEIRÃO CLARO	PI	5000	R\$ 0,0600	0,0739	10/2021	0,0554		
BR027511	AMINOGLUTAMATO DE SÓDIO 100 MG	COMPRIMIDO	Sim	21/04/2021	Pregão	13/05/2021	A	FARMACIA FARMACÊUTICA	FARMACIA FARMACÊUTICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMEIRAS - PI	UNIAÓIA	PI	1000	R\$ 0,0600	0,0739	10/2021	0,0554		







CPF - Componente Especializado: X

horas:andrade.gov.br/horas:pas: X

Email - andressa.jaqueline.toni: X

BPS - Banco de Preços em Sal: X

←

brs.saude.gov.br/assessoria/assessoria-geral/index.jsf



RESULTADO

Despacho: BPS

Mostrar: 20

DADOS DO ITEM				DADOS DA COMPRA				DADOS DO FABRICANTE/FORNECEDOR				DADOS DA INSTITUIÇÃO				VALORES			
CODIGO BR	DESCRIÇÃO CANTAR	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	DATA COMPRA	MODALIDADE DA COMPRA	DATA RECEPÇÃO	TIPO COMPRA	FABRICANTE	FORNECEDOR	NOBRE DA INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	UF	QUANTIDADE COMPROVADAS	PREÇO UNITÁRIO	CHÃO PREÇO RIGIDO	COMPETÊNCIA CHED	MÉDIA PORCEPADA		
BRO27170	AMODARONA, DOSAGE 500MG/L, MODOÇÃO METAVEL	AMPOLA 3,00 ML	Não	28/04/2021	Pregão	21/09/2021	A	HPOLABOR FARMACEUTICA LTDA	F.S. SINGULAR DE BENCALINOS ERLI	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	NOVO REPARTEMENTO	PA	1300	1.5400	N/A	N/A	1.5906		
BRO27170	AMODARONA, DOSAGE 500MG/L, MODOÇÃO METAVEL	AMPOLA 3,00 ML	SIM	28/04/2021	Despesa de Licitação	03/07/2021	A	HPOLABOR FARMACEUTICA LTDA	CONSORCIO COOP. DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	PONTA GROSSA	PR	2300	1.7500	1.8873	10/2021	1.5906		
BRO27170	AMODARONA, DOSAGE 500MG/L, MODOÇÃO METAVEL	AMPOLA 3,00 ML	SIM	05/07/2021	Pregão	14/05/2021	A	HPOLABOR FARMACEUTICA LTDA	ATUALIZADO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO RIO DO QUEIROZ, CONSORCIO VIT	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO RIO DO QUEIROZ, CONSORCIO VIT	LAJEADO	RS	860	1.7500	1.8873	10/2021	1.5906		
BRO27170	AMODARONA, DOSAGE 500MG/L, MODOÇÃO METAVEL	AMPOLA 3,00 ML	SIM	07/05/2021	Pregão	19/02/2021	A	HPOLABOR FARMACEUTICA LTDA	VAV COMERCIO DE MEDICAMENTOS ERLI	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO RIO DO QUEIROZ, CONSORCIO VIT	FLORENOPOLIS	SC	2705	1.8800	1.8646	10/2021	1.5906		
BRO27170	AMODARONA, DOSAGE 500MG/L, MODOÇÃO METAVEL	AMPOLA 3,00 ML	Não	02/07/2021	Pregão	11/10/2021	A	HPOLABOR FARMACEUTICA LTDA	ATUALIZADO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO RIO DO QUEIROZ, CONSORCIO VIT	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO RIO DO QUEIROZ, CONSORCIO VIT	CANONHAS	SC	3150	1.5546	N/A	N/A	1.5906		
BRO27170	AMODARONA, DOSAGE 500MG/L, MODOÇÃO METAVEL	AMPOLA 3,00 ML	Não	02/05/2021	Pregão	21/07/2021	A	HPOLABOR FARMACEUTICA LTDA	JETIMED CONSORCIO DE PRODUTOS DE HOSPITALARES LTDA	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO RIO DO QUEIROZ, CONSORCIO VIT	PRESENTE PRUDENTE	SP	12430	1.3870	N/A	N/A	1.5906		
BRO27170	AMODARONA, DOSAGE 500MG/L, MODOÇÃO METAVEL	AMPOLA 3,00 ML	SIM	28/05/2021	Pregão	09/10/2021	A	HPOLABOR FARMACEUTICA LTDA	RE - PRODUTOS DE HOSPITALARES LTDA	MUNICÍPIO DE NOVA HARTZ	NOVA HARTZ	RS	1000	1.3800	1.8873	10/2021	1.5906		
BRO27170	AMODARONA, DOSAGE 500MG/L, MODOÇÃO METAVEL	AMPOLA 3,00 ML	Não	14/08/2021	Pregão	22/08/2021	A	HPOLABOR FARMACEUTICA LTDA	PROD. SAUDE - CONSORCIO DE PRODUTOS DE HOSPITALARES LTDA - ME	ATUALIZADO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO RIO DO QUEIROZ, CONSORCIO VIT	MACAÏDO	PR	200	1.5950	N/A	N/A	1.5906		
BRO27170	AMODARONA, DOSAGE 500MG/L, MODOÇÃO METAVEL	AMPOLA 3,00 ML	SIM	10/05/2021	Pregão	09/07/2021	A	HPOLABOR FARMACEUTICA LTDA	SOMASC PRODUTOS DE HOSPITALARES LTDA	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO RIO DO QUEIROZ, CONSORCIO VIT	BLUMENAU	SC	1440	1.9000	1.5546	10/2021	1.5906		
BRO27170	AMODARONA, DOSAGE 500MG/L, MODOÇÃO METAVEL	AMPOLA 3,00 ML	SIM	30/07/2021	Pregão	28/08/2021	A	HPOLABOR FARMACEUTICA LTDA	A. G. MEHRE DA LITA	MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL	SÃO BARTUS	PR	600	1.5200	1.5870	10/2021	1.5906		
BRO27170	AMODARONA, DOSAGE 500MG/L, MODOÇÃO METAVEL	AMPOLA 3,00 ML	Não	11/05/2021	Pregão	14/05/2021	A	HPOLABOR FARMACEUTICA LTDA	A. G. MEHRE DA LITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GODOIE	GODOIE	PR	500	1.5200	N/A	N/A	1.5906		

BRO27170	AMODARONA, DOSAGE 500MG/L, MODOÇÃO METAVEL	AMPOLA 3,00 ML	SIM	15/05/2021	Pregão	01/07/2021	A	HPOLABOR FARMACEUTICA LTDA	PROD. SAUDE - CONSORCIO DE PRODUTOS DE HOSPITALARES LTDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GODOIE	CAMP	PR	100	1.9200	1.8873	10/2021	1.5906
----------	--	----------------	-----	------------	--------	------------	---	----------------------------	--	---	------	----	-----	--------	--------	---------	--------



CEAF - Componente Especializado X [Home](#) [saude.gov.br/proc/proc](#) X [Email](#) - [Endereço](#) [Janela](#) [Tela](#) X

[BPS - BPS - BPS em São](#) X

[BPS - BPS em São](#) X

RESULTADO

BPS - BPS em São

Mostrar 20

DADOS DO ITEM				DADOS DA COMPRA				DADOS DO FABRICANTE/FOURNCEOR				DADOS DA INSTITUICAO				VALORES			
CODIGO BR	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE	GENÉRICO	DATA	MODALIDADE	DATA	TIPO	FABRICANTE	FORNECEDOR	MODE DA	INSTITUICAO	MUNICIPIO	UF	QUANTIDADE	PREÇO	PREÇO	PREÇO	CONFERÊNCIA	NOTA
CATM	FORNECIMENTO			COMPRA	DA COMPRA	MISSÃO	COMPRA							COMPRADOS	UNITARIO	REBOLADO	CMED		PODERADA
B023712	ANTIPYLA CLOMADO DOSAGEM 25 MG	COMPRIMIDO	Não	28/04/2021	Pregão	05/07/2021	A	BRANFARMA FARMACEUTICA LTD	DISTRIB COMERCIAL REPRESENTAÇÕES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALMEIRAS - PI	PALMEIRAS	PI	2650	0,021	N/A	N/A		0,0993	
B023712	ANTIPYLA CLOMADO DOSAGEM 25 MG	COMPRIMIDO	Sim	27/07/2021	Pregão	14/10/2021	A	BRANFARMA FARMACEUTICA LTD	COMERCIAL COPACABANA	MUNICIPIO DE SALTO	SALTO	SP	420000	1,0600	0,0225	10/02/21		0,0993	
B023712	ANTIPYLA CLOMADO DOSAGEM 25 MG	COMPRIMIDO	Não	27/04/2021	Pregão	03/09/2021	A	HYPERA S.A.	PROFARMIA FARMACEUTICA LTD	MUNICIPIO DE SALTO	SALTO	SP	420000	1,0600	0,0225	10/02/21		0,0993	
B023712	ANTIPYLA CLOMADO DOSAGEM 25 MG	COMPRIMIDO	Sim	30/07/2021	Pregão	01/09/2021	A	BRANFARMA FARMACEUTICA LTD	PROFARMIA FARMACEUTICA LTD	MUNICIPIO DE SALTO	SALTO	SP	420000	1,0600	0,0225	10/02/21		0,0993	
B023712	ANTIPYLA CLOMADO DOSAGEM 25 MG	COMPRIMIDO	Sim	12/05/2021	Pregão	28/07/2021	A	ENS S.A.	DISTRIBUICAO DE MEDICAMENTOS RODOLFO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARA	GUARA	PR	151000	0,2650	1,4483	16/02/21		1,0993	
B023712	ANTIPYLA CLOMADO DOSAGEM 25 MG	COMPRIMIDO	Sim	02/07/2021	Pregão	11/10/2021	A	BRANFARMA FARMACEUTICA LTD	PROFARMIA FARMACEUTICA LTD	MUNICIPIO DE SALTO	SALTO	SP	420000	1,0600	0,0225	10/02/21		0,0993	
B023712	ANTIPYLA CLOMADO DOSAGEM 25 MG	COMPRIMIDO	Sim	05/07/2021	Pregão	14/09/2021	A	BRANFARMA FARMACEUTICA LTD	PROFARMIA FARMACEUTICA LTD	MUNICIPIO DE SALTO	SALTO	SP	420000	1,0600	0,0225	10/02/21		0,0993	
B023712	ANTIPYLA CLOMADO DOSAGEM 25 MG	COMPRIMIDO	Não	11/09/2021	Pregão	14/09/2021	A	BRANFARMA FARMACEUTICA LTD	PROFARMIA FARMACEUTICA LTD	MUNICIPIO DE SALTO	SALTO	SP	420000	1,0600	0,0225	10/02/21		0,0993	
B023712	ANTIPYLA CLOMADO DOSAGEM 25 MG	COMPRIMIDO	Não	18/05/2021	Pregão	27/07/2021	A	BRANFARMA FARMACEUTICA LTD	PROFARMIA FARMACEUTICA LTD	MUNICIPIO DE SALTO	SALTO	SP	420000	1,0600	0,0225	10/02/21		0,0993	
B023712	ANTIPYLA CLOMADO DOSAGEM 25 MG	COMPRIMIDO	Não	22/06/2021	Pregão	13/10/2021	A	BRANFARMA FARMACEUTICA LTD	PROFARMIA FARMACEUTICA LTD	MUNICIPIO DE SALTO	SALTO	SP	420000	1,0600	0,0225	10/02/21		0,0993	
B023712	ANTIPYLA CLOMADO DOSAGEM 25 MG	COMPRIMIDO	Não	02/06/2021	Pregão	13/10/2021	A	BRANFARMA FARMACEUTICA LTD	PROFARMIA FARMACEUTICA LTD	MUNICIPIO DE SALTO	SALTO	SP	420000	1,0600	0,0225	10/02/21		0,0993	
B023712	ANTIPYLA CLOMADO DOSAGEM 25 MG	COMPRIMIDO	Não	02/06/2021	Pregão	13/10/2021	A	BRANFARMA FARMACEUTICA LTD	PROFARMIA FARMACEUTICA LTD	MUNICIPIO DE SALTO	SALTO	SP	420000	1,0600	0,0225	10/02/21		0,0993	



RESULTADO

BPS 00.00255 BPS

DADOS DO ITEM				DADOS DA COMPRA				DADOS DO FABRICANTE/FORNECEDOR				DADOS DA INSTITUIÇÃO				VALORES			
CODIGO BR	DESCRIÇÃO CATEGORIA	UNIDADE DE FORNECIMENTO	GERENCIO	DATA COMPRÁ	MODALIDADE DA COMPRA	DATA INSCRIÇÃO COMPRÁ	TIPO COMPRÁ	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	NOME DA INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	UF	QTD ITENS COMPRADOS	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO C/REF. REGULADO	COMPETÊNCIA C/REF.	MÉDIA POTENCIAL
B00276333	AUTOPRIMA CLOREXATO DOSAGEU 75 MG	COMPRADO	Não	28/04/2021	Pregão	08/07/2021	A	GERMED FARMACEUTICA LTD.	GERMED FARMACEUTICA LTD.	GERMED FARMACEUTICA LTD.	GERMED FARMACEUTICA LTD.	MUNICÍPIO DE SAÚDE DE PALMEIRAS - PI	PALMEIRAS	PI	2250	0,0066	N/A	N/A	0,2196
B00276333	AUTOPRIMA CLOREXATO DOSAGEU 75 MG	COMPRADO	Não	27/08/2021	Pregão	03/08/2021	A	SANOFI MEDLEY FARMACEUTICA LTD.	SANOFI MEDLEY FARMACEUTICA LTD.	SANOFI MEDLEY FARMACEUTICA LTD.	SANOFI MEDLEY FARMACEUTICA LTD.	MUNICÍPIO DE SAÚDE DE ARACAJÁ, ALMS	ARACAJÁ	PR	13000	0,2090	N/A	N/A	0,2196
B00276333	AUTOPRIMA CLOREXATO DOSAGEU 75 MG	COMPRADO	Não	30/07/2021	Pregão	09/08/2021	A	GRUAS & GRUAS LTD. - ME	GRUAS & GRUAS LTD. - ME	GRUAS & GRUAS LTD. - ME	GRUAS & GRUAS LTD. - ME	MUNICÍPIO DE SAÚDE DE DOIS VIZINHOS	DOIS VIZINHOS	PR	5000	0,2100	N/A	N/A	0,2196
B00276333	AUTOPRIMA CLOREXATO DOSAGEU 75 MG	COMPRADO	Sim	05/07/2021	Pregão	14/09/2021	A	GRUAS & GRUAS LTD. - ME	GRUAS & GRUAS LTD. - ME	GRUAS & GRUAS LTD. - ME	GRUAS & GRUAS LTD. - ME	MUNICÍPIO DE SAÚDE DO VALE DO RIO TAQUARI - CONCHA, VRT	LAJEADO	RS	165000	0,2100	1,4260	10/2021	0,2795
B00276333	AUTOPRIMA CLOREXATO DOSAGEU 75 MG	COMPRADO	Não	13/05/2021	Pregão	17/05/2021	A	GRUAS & GRUAS LTD. - ME	GRUAS & GRUAS LTD. - ME	GRUAS & GRUAS LTD. - ME	GRUAS & GRUAS LTD. - ME	MUNICÍPIO DE SAÚDE DO VALE DO RIO TAQUARI - CONCHA, VRT	TUBARÃO	SC	120000	0,2139	N/A	N/A	0,2795
B00276333	AUTOPRIMA CLOREXATO DOSAGEU 75 MG	COMPRADO	Sim	10/05/2021	Pregão	08/07/2021	A	GRUAS & GRUAS LTD. - ME	GRUAS & GRUAS LTD. - ME	GRUAS & GRUAS LTD. - ME	GRUAS & GRUAS LTD. - ME	MUNICÍPIO DE SAÚDE DO VALE DO RIO TAQUARI - CONCHA, VRT	FLORIANÓPOLIS	SC	52200	0,2139	1,4117	10/2021	0,2196
B00276333	AUTOPRIMA CLOREXATO DOSAGEU 75 MG	COMPRADO	Sim	07/05/2021	Pregão	19/08/2021	A	GRUAS & GRUAS LTD. - ME	GRUAS & GRUAS LTD. - ME	GRUAS & GRUAS LTD. - ME	GRUAS & GRUAS LTD. - ME	MUNICÍPIO DE SAÚDE DO VALE DO RIO TAQUARI - CONCHA, VRT	FLORIANÓPOLIS	SC	698905	0,2199	1,4117	10/2021	0,2196
B00276333	AUTOPRIMA CLOREXATO DOSAGEU 75 MG	COMPRADO	Sim	17/05/2021	Pregão	24/05/2021	A	GRUAS & GRUAS LTD. - EPP	GRUAS & GRUAS LTD. - EPP	GRUAS & GRUAS LTD. - EPP	GRUAS & GRUAS LTD. - EPP	MUNICÍPIO DE SAÚDE DE CURITIBA	CURITIBA	PR	1000000	0,2200	1,4290	10/2021	0,2196
B00276333	AUTOPRIMA CLOREXATO DOSAGEU 75 MG	COMPRADO	Não	15/06/2021	Pregão	20/11/2021	A	GRUAS & GRUAS LTD. - EPP	GRUAS & GRUAS LTD. - EPP	GRUAS & GRUAS LTD. - EPP	GRUAS & GRUAS LTD. - EPP	MUNICÍPIO DE SAÚDE DE FLORIANÓPOLIS	FLORIANÓPOLIS	SC	300000	0,2289	N/A	N/A	0,2196
B00276333	AUTOPRIMA CLOREXATO DOSAGEU 75 MG	COMPRADO	Não	23/06/2021	Pregão	19/10/2021	A	GRUAS & GRUAS LTD. - ME	GRUAS & GRUAS LTD. - ME	GRUAS & GRUAS LTD. - ME	GRUAS & GRUAS LTD. - ME	MUNICÍPIO DE SAÚDE DE JACAREZINHO	JACAREZINHO	PR	1000	0,2308	N/A	N/A	0,2196
B00276333	AUTOPRIMA CLOREXATO DOSAGEU 75 MG	COMPRADO	Não	12/07/2021	Pregão	09/09/2021	A	GRUAS & GRUAS LTD. - EPP	GRUAS & GRUAS LTD. - EPP	GRUAS & GRUAS LTD. - EPP	GRUAS & GRUAS LTD. - EPP	MUNICÍPIO DE SAÚDE DE CAMPO DO BERTO	CAMPO DO BERTO	SE	40000	0,4200	2,7474	10/2021	0,2196
B00276333	AUTOPRIMA CLOREXATO DOSAGEU 75 MG	COMPRADO	Não	10/05/2021	Pregão	14/05/2021	A	GRUAS & GRUAS LTD. - EPP	GRUAS & GRUAS LTD. - EPP	GRUAS & GRUAS LTD. - EPP	GRUAS & GRUAS LTD. - EPP	MUNICÍPIO DE SAÚDE DE OBRAS	OBRAS	PI	7500	0,8000	N/A	N/A	0,2196

Mostrando 1 a 12 de 12 registros(s)



CAE - Componente Especialidade: X <https://saude.gov.br/novo/pes> X Enal - endereço: <https://saude.gov.br/novo/pes> X BPS - Plano de Preços em São X

RESULTADO

Bem ou Mal: BPS

DADOS DO ITEM				DADOS DA COMPRA				DADOS DO FABRICANTE/FORNECEDOR				DADOS DA INSTITUIÇÃO				VALORES			
CODIGO BR	DESCRIÇÃO CATEGÓRICA	UNIDADE DE FORNECIMENTO	GERENCIO	DATA COMPRA	MODALIDADE DA COMPRA	DATA RECEBIMENTO	TIPO COMPRA	FABRICANTE	FORNECEDOR	MODALIDADE DE INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	UF	QTD ITENS COMPRADOS	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO REGULADO	COMPETÊNCIA CÍVEL	MÉDIA PONDERADA		
B00272434	ANILÓPIO RESALTO DOSAGEIS MG	COMPRIMIDO	Sim	28/04/2021	Pregão	05/07/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA	DETERMINADO COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	PIUNO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALMEIRAS - N	PALMEIRAS	PR	16500	0,0010	1,1110	10/2021	0,0315		
B00272434	ANILÓPIO RESALTO DOSAGEIS MG	COMPRIMIDO	Não	02/07/2021	Pregão	11/10/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA	SOMASE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO OESTE DO PARANÁ	CANOAS	SC	75500	0,0230	1,0977	10/2021	0,0315		
B00272434	ANILÓPIO RESALTO DOSAGEIS MG	COMPRIMIDO	Sim	31/05/2021	Pregão	28/06/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA	DROGAFONTE LTDA	MUNICIPIO DE JACUAREMA	JACUAREMA	SP	44000	0,0230	1,0353	10/2021	0,0315		
B00272434	ANILÓPIO RESALTO DOSAGEIS MG	COMPRIMIDO	Não	05/07/2021	Pregão	14/08/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA	RS - PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO VALE DO RIO DO SUL	LAFIAO	RS	252000	0,0230	1,1111	10/2021	0,0315		
B00272434	ANILÓPIO RESALTO DOSAGEIS MG	COMPRIMIDO	Não	05/06/2021	Pregão	13/07/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA	SOMASE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO OESTE DO PARANÁ	BLUMENAU	SC	235500	0,0230	1,0977	10/2021	0,0315		
B00272434	ANILÓPIO RESALTO DOSAGEIS MG	COMPRIMIDO	Não	03/06/2021	Pregão	17/09/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA	RS - PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	MUNICIPIO DE FLORES DA CUNHA	FLORIS DA CUNHA	RS	70000	0,0230	1,1111	10/2021	0,0315		
B00272434	ANILÓPIO RESALTO DOSAGEIS MG	COMPRIMIDO	Não	15/07/2021	Pregão	21/09/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA	DROGAFONTE LTDA	MUNICIPIO DE FREDERICOSS	FREDERICOSS	SP	95000	0,0230	1,1111	10/2021	0,0315		
B00272434	ANILÓPIO RESALTO DOSAGEIS MG	COMPRIMIDO	Sim	11/05/2021	Pregão	07/10/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA	SOMASE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	MUNICIPIO DE OURINHOS	OURINHOS	SP	400000	0,0230	1,0353	10/2021	0,0315		
B00272434	ANILÓPIO RESALTO DOSAGEIS MG	COMPRIMIDO	Não	28/05/2021	Pregão	06/10/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA	RS - PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	MUNICIPIO DE NOVA MARIZ	NOVA MARIZ	RS	180000	0,0230	1,1111	10/2021	0,0315		
B00272434	ANILÓPIO RESALTO DOSAGEIS MG	COMPRIMIDO	Não	07/05/2021	Pregão	13/09/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA	MEGLAR FARMACIA E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO OESTE DO PARANÁ	FLORIANOPOLIS	SC	1147475	0,0237	1,0977	10/2021	0,0315		
B00272434	ANILÓPIO RESALTO DOSAGEIS MG	COMPRIMIDO	Não	30/07/2021	Pregão	30/08/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA	NOVAFARM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	MUNICIPIO DE SAO MATheus DO SUL	SAO MATheus DO SUL	PR	210000	0,0230	1,1111	10/2021	0,0315		
B00272434	ANILÓPIO RESALTO DOSAGEIS MG	COMPRIMIDO	Sim	02/06/2021	Pregão	21/07/2021	A	GEOLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA	NOVAFARM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO OESTE DO PARANÁ	PRUDENTE	SP	1195800	0,0230	1,0353	10/2021	0,0315		





19/04/2021 19/10/2021

RESUMO

Descrição: BPS

DADOS DO ITEM				DADOS DA COMPRA				DADOS DO FABRICANTE/FORNECEDOR				DADOS DA INSTITUIÇÃO				VALORES			
CÓDIGO BR	DESCRIÇÃO CATMAT	UNIDADE DE FOMECIMENTO	QUANTIDADE	DATA COMPRA	MODALIDADE DA COMPRA	DATA RECEPCAO	TIPO COMPRA	FABRICANTE	FOMECEDOR	NOME DA INSTITUICAO	MUNICIPIO	UF	QTD ITENS COMPRADOS	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL	COMPETENCIA	PREÇO UNITARIO	COMPETENCIA	PREÇO TOTAL
BPS23445	ALPRAZOLAM, DOSAGEM 2 MG	COMPRIMIDO	Não	28/04/2021	Pregão	05/07/2021	A	ENS S/A	DESTRAD COMERCIO E INDUSTRIA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALMEIRAS - PI	PI	4500	0,0030	N/A	N/A	0,1277			
BPS23445	ALPRAZOLAM, DOSAGEM 2 MG	COMPRIMIDO	SU	05/07/2021	Pregão	14/09/2021	A	ENS S/A	GRANIS & GRANIS LTDA - ME	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO RIO GRANDE DO NORTE - RGT	RN	65000	0,1080	1,9500	1,9500	0,1277			
BPS23445	ALPRAZOLAM, DOSAGEM 2 MG	COMPRIMIDO	SU	02/07/2021	Pregão	11/10/2021	A	ENS S/A	FF DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGAO DO CARIRI - CRT	SC	11000	0,1080	1,9500	1,9500	0,1277			
BPS23445	ALPRAZOLAM, DOSAGEM 2 MG	COMPRIMIDO	SU	13/05/2021	Pregão	27/09/2021	A	ENS S/A	GRANIS & GRANIS LTDA - ME	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ASTORGA	PR	1500	0,1100	1,9500	1,9500	0,1277			
BPS23445	ALPRAZOLAM, DOSAGEM 2 MG	COMPRIMIDO	Não	05/08/2021	Pregão	05/10/2021	A	EUROFARM LABORATORIOS LTDA	COMERCIAL MARK APACOSTA LTDA - ME	MUNICIPIO DE PALCATU	SP	20000	0,1100	N/A	N/A	0,1277			
BPS23445	ALPRAZOLAM, DOSAGEM 2 MG	COMPRIMIDO	SU	07/05/2021	Pregão	19/02/2021	A	ENS S/A	GRANIS & GRANIS LTDA - ME	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CARIRI - CRT	SC	54750	0,1199	1,9257	1,9257	0,1277			
BPS23445	ALPRAZOLAM, DOSAGEM 2 MG	COMPRIMIDO	Não	24/05/2021	Pregão	17/06/2021	A	ENS S/A	PR LITE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E PRODUTOS PARA SAUDE EREU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALMEIRAS - PI	PI	7000	0,1200	N/A	N/A	0,1277			
BPS23445	ALPRAZOLAM, DOSAGEM 2 MG	COMPRIMIDO	SU	12/07/2021	Pregão	28/09/2021	A	LEGRAND PHARMA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA	LOGER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E PRODUTOS PARA SAUDE EREU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALMEIRAS - PI	PI	6000	0,1300	2,5917	2,5917	0,1277			
BPS23445	ALPRAZOLAM, DOSAGEM 2 MG	COMPRIMIDO	Não	14/07/2021	Pregão	27/11/2021	A	ENS S/A	SOMASAP PRODUTOS FARMACEUTICOS E PRODUTOS PARA SAUDE EREU	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO CARIRI - CRT	SC	52840	0,1356	N/A	N/A	0,1277			
BPS23445	ALPRAZOLAM, DOSAGEM 2 MG	COMPRIMIDO	SU	13/09/2021	Pregão	21/09/2021	A	ENS S/A	FUTURA CONSORCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E PRODUTOS PARA SAUDE EREU	MUNICIPIO DE PALMEIRAS - PI	PI	15000	0,1428	1,5178	1,5178	0,1277			

Clef - Componente Especializado X home.saude.gov.br/home.pag X Email - endereço@preliminar.com X BPS - Banco de Preços em São X +

19/04/2021

19/10/2021

RESULTADO

Tela: Nul: 395

Mostrar 20 v

DADOS DO ITEM				DADOS DA COMPRA				DADOS DO FABRICANTE/FORNECEDOR				DADOS DA INSTITUIÇÃO				VALORES			
CODIGO BR	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	GENÉRICO	DATA COMPRA	MODALIDADE DA COMPRA	DATA RECEBIMENTO	TIPO COMPRA	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	FABRICANTE	MODELO DA INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	UF	QTD ITENS COMPRADOS	PREÇO UNITÁRIO	CMD - PREÇO RESULTADO	COMETÊNCIA	MEIO FONTE
BR027140	AZITROMICINA, DOSAGEM 500 MG	COMPRIMIDO	SM	28/04/2021	Preço	05/07/2021	A	GENJAL DO BRASIL FARMACÊUTICA LTDA	DISTRIBUIDORA E REPRESENTAÇÕES LTDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMEIRAS - PI	PI	30000	0,538	5,597	10/02/21	0,538			0,538
BR027140	AZITROMICINA, DOSAGEM 500 MG	COMPRIMIDO	SM	11/09/2021	Preço	28/04/2021	A	GENJAL DO BRASIL FARMACÊUTICA LTDA	DISTRIBUIDORA E REPRESENTAÇÕES LTDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMEIRAS - PI	PI	30000	0,548	4,812	10/02/21	0,548			0,548
BR027140	AZITROMICINA, DOSAGEM 500 MG	COMPRIMIDO	Não	07/10/2021	Preço	19/10/2021	A	MEDUNICA INDUSTRIA FARMACÊUTICA LTDA	MEDUNICA INDUSTRIA FARMACÊUTICA LTDA	MUNICÍPIO DE BARRILHEIRO	PI	15000	0,055	5,500	10/02/21	0,055			0,055
BR027140	AZITROMICINA, DOSAGEM 500 MG	COMPRIMIDO	SM	16/07/2021	Preço	28/09/2021	A	GENJAL DO BRASIL FARMACÊUTICA LTDA	DISTRIBUIDORA E REPRESENTAÇÕES LTDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CASCAVEL	PR	61000	0,546	4,812	10/02/21	0,546			0,546
BR027140	AZITROMICINA, DOSAGEM 500 MG	COMPRIMIDO	Não	02/09/2021	Preço	17/09/2021	A	GENJAL DO BRASIL FARMACÊUTICA LTDA	DISTRIBUIDORA E REPRESENTAÇÕES LTDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CASCAVEL	PR	1000	0,950	N/A	N/A	0,950			0,950
BR027140	AZITROMICINA, DOSAGEM 500 MG	COMPRIMIDO	SM	27/09/2021	Preço	03/09/2021	A	GENJAL DO BRASIL FARMACÊUTICA LTDA	DISTRIBUIDORA E REPRESENTAÇÕES LTDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CASCAVEL	PR	37000	0,550	3,853	10/02/21	0,550			0,550
BR027140	AZITROMICINA, DOSAGEM 500 MG	COMPRIMIDO	SM	05/07/2021	Preço	14/09/2021	A	GENJAL DO BRASIL FARMACÊUTICA LTDA	DISTRIBUIDORA E REPRESENTAÇÕES LTDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CASCAVEL	PR	423000	0,950	1,612	10/02/21	0,950			0,950
BR027140	AZITROMICINA, DOSAGEM 500 MG	COMPRIMIDO	SM	02/09/2021	Preço	05/10/2021	A	GENJAL DO BRASIL FARMACÊUTICA LTDA	DISTRIBUIDORA E REPRESENTAÇÕES LTDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CASCAVEL	PR	50000	0,970	7,100	10/02/21	0,970			0,970
BR027140	AZITROMICINA, DOSAGEM 500 MG	COMPRIMIDO	SM	05/09/2021	Preço	05/10/2021	A	GENJAL DO BRASIL FARMACÊUTICA LTDA	DISTRIBUIDORA E REPRESENTAÇÕES LTDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CASCAVEL	PR	15000	0,970	3,622	10/02/21	0,970			0,970
BR027140	AZITROMICINA, DOSAGEM 500 MG	COMPRIMIDO	SM	13/05/2021	Preço	17/09/2021	A	GENJAL DO BRASIL FARMACÊUTICA LTDA	DISTRIBUIDORA E REPRESENTAÇÕES LTDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CASCAVEL	SC	80000	0,980	4,583	10/02/21	0,980			0,980
BR027140	AZITROMICINA, DOSAGEM 500 MG	COMPRIMIDO	SM	07/05/2021	Preço	19/09/2021	A	GENJAL DO BRASIL FARMACÊUTICA LTDA	DISTRIBUIDORA E REPRESENTAÇÕES LTDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CASCAVEL	SC	251450	0,990	4,543	10/02/21	0,990			0,990





30000

Data de Compra

Data Inicio

19/04/2021

Data Fim

19/10/2021

Data Início

Data Fim

## RESULTADO

Base de Dados: BPS

Mostrar 20

DADOS DO ITEM				DADOS DA COMPRA			DADOS DO FABRICANTE/FORNECEDOR			DADOS DA INSTITUIÇÃO			VALORES				
CODIGO BR	DESCRIÇÃO CANTID	UNIDADE DE FORNECIMENTO	GENÉRICO	DATA COMPRA	MODALIDADE DA COMPRA	DATA INSERÇÃO	TIPO COMPRA	FABRICANTE	FORNECEDOR	NOME DA INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	UF	QTD ITENS COMPRADOS	PREÇO UNITÁRIO	CAMP. PREÇO REGULADO	COMPRÉTIMO CMED	DATA PONTUADA
BR0270590	BETAMETASONA, COMPOSIÇÃO DPROPRONATO, APRESENTAÇÃO ASSOCIADA COM BETAMETASONA FOSFATO, DOSAGEM 5MG + 2MG, USO RUETAVEL	AMPOLA 1,00 ML	SM	16/07/2021	Pregão	21/07/2021	A	EUROFARMA LABORATORIOS LTDA	AGL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	MUNICÍPIO DE SAÚDE DE BARBACAO	BARBACAO	PR	1200	2,7000	15,2667	10/2021	3,2015
BR0270590	BETAMETASONA, COMPOSIÇÃO DPROPRONATO, APRESENTAÇÃO ASSOCIADA COM BETAMETASONA FOSFATO, DOSAGEM 5MG + 2MG, USO RUETAVEL	AMPOLA 1,00 ML	SM	06/06/2021	Pregão	19/07/2021	A	EUROFARMA LABORATORIOS LTDA	DFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO	PATO BRAGADO	PR	1608	2,8900	16,9630	10/2021	3,2015
BR0270590	BETAMETASONA, COMPOSIÇÃO DPROPRONATO, APRESENTAÇÃO ASSOCIADA COM BETAMETASONA FOSFATO, DOSAGEM 5MG + 2MG, USO RUETAVEL	AMPOLA 1,00 ML	SM	05/07/2021	Pregão	14/09/2021	A	EUROFARMA LABORATORIOS LTDA	GRAUS & GRAUS LTDA - ME	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO RIO TAQUARI - CONSORC. VRT	LAJEADO	RS	16209	2,9470	15,2567	10/2021	3,2015
BR0270590	BETAMETASONA, COMPOSIÇÃO DPROPRONATO, APRESENTAÇÃO ASSOCIADA COM BETAMETASONA FOSFATO, DOSAGEM 5MG + 2MG, USO RUETAVEL	AMPOLA 1,00 ML	SM	02/07/2021	Pregão	11/10/2021	A	EUROFARMA LABORATORIOS LTDA	FAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTRASTO	CAVOMINAS	SP	26500	2,9700	15,0817	10/2021	3,2015
BR0270590	BETAMETASONA, COMPOSIÇÃO DPROPRONATO, APRESENTAÇÃO ASSOCIADA COM BETAMETASONA FOSFATO, DOSAGEM 5MG + 2MG, USO RUETAVEL	AMPOLA 1,00 ML	Não	30/07/2021	Pregão	27/09/2021	A	EUROFARMA LABORATORIOS LTDA	GRAUS & GRAUS LTDA - ME	MUNICÍPIO DE SÃO MATHEUS DO SUL	SÃO MATHEUS DO SUL	PR	7200	2,9730	15,2667	10/2021	3,2015
BETAMETASONA, COMPOSIÇÃO DPROPRONATO, APRESENTAÇÃO ASSOCIADA COM BETAMETASONA FOSFATO, DOSAGEM 5MG + 2MG, USO RUETAVEL																	





RESULTADO

Sanofi S.A. BPS

DADOS DO ITEM							DADOS DA COMPRA				DADOS DO FABRICANTE/FORNECEDOR			DADOS DA INSTITUIÇÃO			VALORES			
CÓDIGO BR	DESCRIÇÃO CATIAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	GERÊNCO	DATA COMPRA	MODALIDADE DA COMPRA	DATA INSCRIÇÃO	TIPO COMPRA	FABRICANTE	FORNECEDOR	NOME DA INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	UF	QTD ITENS COMPRADOS	PREÇO UNITÁRIO	DIÁD. PREÇO REGULADO	COMPETÊNCIA CREB	MÉDIA POSSIBILADA			
B0027148	BIMATOROSTA, DOSAGEM 3 UJUAL, APRESENTAÇÃO SOLUÇÃO OFTÁLICA	FRASCO 5.00 ML	SM	17/08/2021	Pregão	13/10/2021	A	GRUPO FARMACUTICA LTDA	FARMACIA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE FARMACIA LTDA - BPS	MINISTRO DE SAÚDE	BRASIL	SP	24	6.1000	108.5000	10/2021	6.1000			
B0027148	BIMATOROSTA, DOSAGEM 3 UJUAL, APRESENTAÇÃO SOLUÇÃO OFTÁLICA	FRASCO 3.00 ML	SM	20/04/2021	Pregão	28/09/2021	J	GRUPO FARMACUTICA LTDA	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO RIO CONGUA - VRT	SECRETARIA DA SAÚDE	PORTO ALEGRE	RS	144000	7.3000	59.8000	10/2021	7.3000			
B0027148	BIMATOROSTA, DOSAGEM 3 UJUAL, APRESENTAÇÃO SOLUÇÃO OFTÁLICA	FRASCO 3.00 ML	SM	05/07/2021	Pregão	14/09/2021	A	GRUPO FARMACUTICA LTDA	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO RIO CONGUA - VRT	SECRETARIA DA SAÚDE	PORTO ALEGRE	RS	470	18.5370	59.8000	10/2021	22.617			
B0027148	BIMATOROSTA, DOSAGEM 3 UJUAL, APRESENTAÇÃO SOLUÇÃO OFTÁLICA	FRASCO 3.00 ML	SM	12/08/2021	Pregão	16/09/2021	A	GRUPO FARMACUTICA LTDA	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO RIO CONGUA - VRT	SECRETARIA DA SAÚDE	PORTO ALEGRE	RS	3504	21.8800	59.8000	10/2021	22.617			
B0027148	BIMATOROSTA, DOSAGEM 3 UJUAL, APRESENTAÇÃO SOLUÇÃO OFTÁLICA	FRASCO 3.00 ML	SM	12/08/2021	Pregão	27/09/2021	A	GRUPO FARMACUTICA LTDA	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO RIO CONGUA - VRT	SECRETARIA DA SAÚDE	PORTO ALEGRE	RS	50	23.5200	76.1800	10/2021	22.617			
B0027148	BIMATOROSTA, DOSAGEM 3 UJUAL, APRESENTAÇÃO SOLUÇÃO OFTÁLICA	FRASCO 3.00 ML	Não	01/07/2021	Pregão	11/09/2021	A	GRUPO FARMACUTICA LTDA	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO RIO CONGUA - VRT	SECRETARIA DA SAÚDE	PORTO ALEGRE	RS	500	24.0000	71.7900	10/2021	22.617			
B0027148	BIMATOROSTA, DOSAGEM 3 UJUAL, APRESENTAÇÃO SOLUÇÃO OFTÁLICA	FRASCO 3.00 ML	SM	01/08/2021	Pregão	23/09/2021	A	GRUPO FARMACUTICA LTDA	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO RIO CONGUA - VRT	SECRETARIA DA SAÚDE	PORTO ALEGRE	RS	200	35.5000	76.2000	10/2021	22.617			
B0027148	BIMATOROSTA, DOSAGEM 3 UJUAL, APRESENTAÇÃO SOLUÇÃO OFTÁLICA	FRASCO 5.00 ML	SM	15/08/2021	Pregão	09/09/2021	J	GRUPO FARMACUTICA LTDA	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO RIO CONGUA - VRT	SECRETARIA DA SAÚDE	PORTO ALEGRE	RS	120	67.8200	73.544	10/2021	67.8200			

Atendendo à 6 e da 8 registre(s)

Mostrando 1 a 8 de 8 registros